

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E PLANEJAMENTO
UNIVERSITÁRIO

O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DA
UNIVALI E A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO

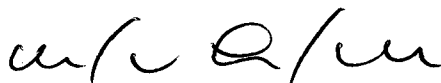
JONAS TADEU NUNES

Florianópolis, abril de 1995.

“O perfil sócio-econômico do estudante universitário da UNIVALI e a política de financiamento da instituição”

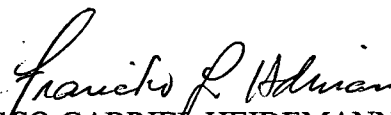
JONAS TADEU NUNES

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Administração (área de concentração: Políticas e Planejamento Universitário) e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração.



NELSON COLOSSI, Dr.
Coordenador do Curso

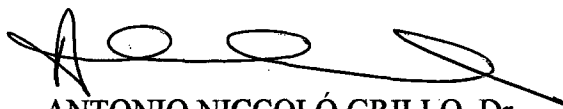
Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:



FRANCISCO GABRIEL HEIDEMANN, Dr.
Presidente



NELSON COLOSSI, Dr.
Membro



ANTONIO NICCOLÓ GRILLO, Dr.
Membro

Dedico o esforço deste meu trabalho

A minha esposa **Áurea**,
a meus filhos **Aline, Tiago e Bruno**,
razões de minha vontade em prosseguir.

MINHA GRATIDÃO

À Universidade Federal de Santa Catarina

pelos benefícios e oportunidades que gera.

Ao Prof. Teodoro Rogério Vahl, PhD

primeiro orientador deste trabalho.

Ao Prof. Nelson Colossi, PhD

pelo acompanhamento e apoio.

Ao Prof. Francisco Gabriel Heidemann, PhD

pela orientação segura e constante.

Ao Prof. Antônio Niccoló Grillo, PhD

pelo gentil acompanhamento deste trabalho.

Ao Prof. Júlio Queirós, PhD

pelo exaustivo e competente trabalho de revisão

**À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior -
CAPES**

pelo suporte financeiro através da bolsa de estudos.

**A todo o pessoal lotado no Programa de Mestrado em
Administração, de modo especial aos servidores da Secretaria,
Biblioteca e Reprografia**

pelo apoio amigo em todas as horas.

Aos meus familiares

pela compreensão da minha ausência para me dedicar a este trabalho.

RESUMO

Este estudo procura determinar os pontos característicos do perfil sócio-econômico do estudante universitário da UNIVALI, ao mesmo tempo em que explicita a política de financiamento por ela adotada. Uma vez evidenciados esses dois pólos, buscou-se verificar a relação que havia entre ambos.

O desenvolvimento deste trabalho estriba-se em resultados obtidos em duas pesquisas institucionais realizadas na UNIVALI, ambas levantando o perfil sócio-econômico de seu estudante universitário. Uma dessas pesquisas foi levada a efeito em 1989 e a outra em 1992. Cotejando-se os dados de ambas, foi possível traçar-se o perfil do alunado.

No outro pólo, explicita-se a política de financiamento da UNIVALI, analisando-se o comportamento da receita no período que vai de 1980 a 1992. Restou claro, no quadro assim levantado, ser o aluno o maior agente financiador da Universidade do Vale do Itajaí, ficando o poder público com um papel supletivo e secundário neste mister. É característico, também, o fato de que a ajuda financeira proporcionada pelo poder público oscila em altos e baixos, acompanhando a subida e a descida de dois políticos itajaienses de renome nacional, que muito têm feito em prol da universidade de sua terra natal. Esse fato, aliás, é característico de muitas instituições de ensino superior no Brasil, inclusive de universidades federais.

Metodologicamente falando, trata-se de um estudo de caso, assumindo a forma de um levantamento de dados e uma natureza predominantemente descritiva.

A UNIVALI é uma das novas universidades que integram o conjunto de instituições que compõem a Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACADE, caracterizando-se como uma fundação pública de direito privado, uma vez que foi instituída pelo poder público municipal, o qual, porém, não a sustenta ou mantém. Por essa contingência, a UNIVALI tem uma estrutura e um funcionamento assemelhados aos das escolas particulares, embora

não seja uma escola particular.

O aluno da UNIVALI possui um perfil marcadamente de nível médio e que coincide, em muitos pontos, com o perfil estabelecido para os estudantes das universidades federais.

A matriz teórica utilizada como pano de fundo para a análise política do estilo de gestão da UNIVALI foi a teoria da elite, desenvolvida por Thomas R. Dye, segundo a qual a sociedade está dividida entre os que têm o poder e os muitos que não o possuem. Institucionalmente isso também ocorre, num jogo de poder, onde alguém detém monocraticamente o comando, sem abrirlo a qualquer participação, sendo que à sua sombra, nenhuma outra liderança se desenvolve.

ABSTRACT

This study sets out to determine the characteristic points of the socio-economic profile of the university student at UNIVALI, and at the same time to explain the financing policy adopted by that institution. Once these two poles were clearly situated, it sought to verify the relationship between the two of them.

The development of this study was based on the results obtained in two institutional research projects carried out in UNIVALI, both of which show the socio-economic profile of the university student. One of these research projects was made in 1989 and the other in 1992. By collating the data of both, it was possible to trace the profile of the student body.

At the other pole, the financing policy of UNIVALI is closely analyzed, in terms of the revenue over the period from 1980 to 1992. It was very clear, from the picture that emerged from that study, that the student was the main financing agent of the "Universidade do Vale do Itajaí", and that the government played a secondary and supplementary role. Another characteristic is the oscillation between highs and lows of the financial aid offered by the government, depending on the rise or fall of two Itajaí politicians of national renown, who have done a great deal for the university of their home town. Actually this fact is characteristic of many higher education institution in Brazil, including federal universities.

Methodologically, this is a case study, taking the form of a data survey, and is of a largely descriptive nature.

UNIVALI is one of the new universities that belongs to the group of institutions comprising the "Associação Catarinense das Fundações Educacionais"- ACAFE (Santa Catarina Association of Educational Foundations), characterized as a public foundation of private law, inasmuch as it was instituted by the municipal government, which, however, neither supports nor maintains it. Due to this contingency, UNIVALI has structure and functioning similar to those of private schools, although it is not a private school.

The UNIVALI student has a markedly middle-class level, and coincides, in many points, with the profile established for students of federal universities.

The theoretical source used as a background for a political analysis of the administrative style of UNIVALI was the theory of the elite.

developed by Thomas R. Dye, according to whom society is divided between those who have power and those who do not have it. Institutionally it also occurs in a power game, in which someone monocratically holds on to the command, without opening it to any other participation, since no other leadership is allowed to develop under its shadow.

SUMÁRIO

RESUMO	iv
ABSTRACT	vi
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE GRÁFICOS	xii
LISTA DE TABELAS	xiii
1 - INTRODUÇÃO	14
1.1 - Apresentação do tema	14
1.2 - Formulação do problema de pesquisa.....	15
1.3 - Objetivos.....	16
1.3.1 - Objetivo Geral	16
1.3.2 - Objetivos Específicos.....	17
1.4 - Justificativa da pesquisa	17
1.5 - Plano de trabalho.....	20
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 - Um destaque para Santa Catarina.....	23
2.2 - Financiamento e seus problemas.....	25
2.3 - A política de financiamento.....	29
2.4 - Fundamentos sócio-econômicos	36
2.4.1 - A expansão desenfreada	37
2.4.2 - Democratização e massificação	39
2.4.3 - Trabalho versus Educação	40
2.5 - A privatização como solução.....	43
2.5.1 - Nasce uma categoria intermediária.....	47
2.5.2 - O que resta ao trabalhador-estudante?	50
2.6 - Educação é investimento.....	54
3 - METODOLOGIA DO ESTUDO	59
3.1 - Caracterização da pesquisa	59

3.2 - Perguntas de pesquisa	60
3.3 - Definição de termos e variáveis	61
3.4 - Delimitação da pesquisa	62
3.4.1 - Abrangência dos dados.....	62
3.4.2 - Delineamento da pesquisa.....	62
3.5 - Dados: tipo, coleta e tratamento	63
3.5.1 - Tipo de dados, técnica de coleta e instrumento	63
3.5.2 - Tratamento dos dados	65
3.6 - Alguns limites da pesquisa	65
3.6.1 - Quanto à técnica e à coleta de dados	65
3.6.2 - Quanto ao método	66
4 - ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS.....	68
4.1 - O perfil da organização em estudo	68
4.1.1 - O início: uma escola particular.....	68
4.1.2 - A mudança: do privado ao público.....	69
4.1.3 - Novos caminhos: o consórcio público/privado.....	70
4.1.4 - Um salto qualitativo: a universidade	72
4.1.5 - Implantando a universidade	73
4.1.6 - Uma universidade multi-campi	74
4.1.7 - Outros níveis e funções.....	76
4.1.8 - O ingresso e expansão dos corpos discente e docente... 77	
4.1.9 - Orçamento e crescimento	79
4.1.10 - O estilo de gestão.....	80
4.2 - Identificação da clientela	84
4.3 - Características educacionais.....	90
4.4 - Situação sócio-econômica do aluno.....	92
4.5 - A política de financiamento da UNIVALI.....	100
4.6 - Reflexos do perfil sócio-econômico sobre a política de financiamento da UNIVALI.....	104
5ª- CONCLUSÕES.....	106

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 114

7 - ANEXOS..... 122

LISTA DE QUADROS

QUADRO N° 1 - CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVALI	73
QUADRO N° 2 - RECEITA DA UNIVALI: 1980 - 1992	100

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 1 - ALUNOS POR SEXO: 1989-1992	85
GRÁFICO Nº 2 - ESTADO CIVIL DOS ALUNOS: 1989-1992	86
GRÁFICO Nº 3 - IDADE DOS ALUNOS: 1989	87
GRÁFICO Nº 4 - IDADE DOS ALUNOS: 1992	88
GRÁFICO Nº 5 - PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS: 1989	89
GRÁFICO Nº 6 - PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS: 1992	89
GRÁFICO Nº 7 - TIPO DE ESCOLA DE 2º GRAU: 1989-1992	91
GRÁFICO Nº 8 - RESIDÊNCIA DOS ALUNOS: 1989.....	92
GRÁFICO Nº 9 - RESIDÊNCIA DOS ALUNOS: 1992.....	93
GRÁFICO Nº 10 - LOCOMOÇÃO PARA O TRABALHO: 1989	94
GRÁFICO Nº 11 - MEIO DE TRANSPORTE PARA IR À UNIVALI/92	95
GRÁFICO Nº 12 - OCUPAÇÃO DOS PAIS: 1992.....	96
GRÁFICO Nº 13 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS PAIS: 1992	97
GRÁFICO Nº 14 - RENDA DOS PAIS EM SALÁRIOS MÍN.: 1992	98

LISTA DE TABELAS

TABELA Nº 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR SEXO	84
TABELA Nº 2 - ESTADO CIVIL DOS ALUNOS.....	85
TABELA Nº 3 - IDADE DOS ALUNOS: 1989-1992.....	86
TABELA Nº 4 - PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS: 1989-1992.....	89
TABELA Nº 5 - RESIDÊNCIA DOS ALUNOS: 1989-1992	92
TABELA Nº 6 - LOCOMOÇÃO PARA O TRABALHO: 1989	93
TABELA Nº 7 - OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS PAIS: 1992	95
TABELA Nº 8 - ESCOLARIDADE DOS PAIS: 1992.....	96
TABELA Nº 9 - RENDA DOS PAIS: 1992.....	97
TABELA Nº 10 - PARTICIPAÇÃO DO ALUNO NA FAMÍLIA: 1992	99
TABELA Nº 11 - NÚMERO DE FILHOS NA FAMÍLIA: 1992	99

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Apresentação do tema

Considerando-se que a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI é uma instituição que se mantém, basicamente, por meio de receita própria, o perfil sócio-econômico de seu aluno adquire uma importância toda especial na fixação da política de financiamento que a norteia. O bom desempenho da administração universitária exige que se pesquise e se conheça tal perfil, já que representa um condicionante organizacional de primeira grandeza.

Considerando-se, também, que as instituições que seguem este modelo organizacional adotam, em sua quase totalidade, uma política de financiamento semelhante, fica ainda mais evidenciada a importância desta pesquisa.

Espera-se que os resultados da análise sócio-econômica, que aqui se procederá sobre a clientela que frequenta os cursos de graduação da UNIVALI, venha a contribuir, de algum modo, para o estudo do financiamento do ensino superior fundacional catarinense.

A grande presença feminina nos quadros estudantis da UNIVALI e, do mesmo modo, a presença maciça de jovens com idade inferior a vinte anos, bem como de muitos servidores públicos e de trabalhadores do setor terciário, são fatores que podem influenciar e até condicionar seriamente a ação administrativa universitária. A mulher, por uma das características sociais e econômicas de nossa sociedade, que a remunera de modo diferenciado do homem e, muitas vezes em montantes bem inferiores ao daquele, pode sentir dificuldades em se manter numa instituição de ensino pago. Da mesma forma, o

jovem, como iniciante na vida profissional, auferindo baixos salários, pode ser levado à inadimplência. Um significativo número de alunos, proveniente do setor terciário da economia e do serviço público, além de mal remunerado ou recebendo em atraso, traz para o interior da Universidade seus problemas de ordem financeira. Como dissemos acima, um contingente elevado deste tipo de clientela pode trazer transtornos financeiros para uma instituição, aumentando sobremaneira o número de inadimplentes e tumultuando o fluxo de caixa, o que poderá levar uma organização universitária a ter dificuldades de desenvolvimento.

Diante disto, coloca-se como tema deste trabalho a questão de conhecer-se o perfil sócio-econômico do estudante universitário da UNIVALI, para se poder analisar os reflexos que, eventualmente, possa ter tal perfil sobre a fixação da política de financiamento daquela Instituição.

Encontra-se facilmente na literatura a afirmação de que o perfil sócio-econômico do aluno da rede privada é inferior ao do aluno da rede pública, diferenciando-se radicalmente tais grupos, de forma a estabelecer-se um antagonismo entre ambos, como se poderá ver adiante.

Pretende-se, assim, desenvolver um estudo na tentativa de fazer avançar os conhecimentos na área da Administração Universitária. Se levarmos em consideração que a Universidade do Vale do Itajaí possui uma estrutura semelhante às das demais instituições do sistema fundacional catarinense, os estudos aqui feitos poderão ser de proveito a todas elas.

1.2 - Formulação do problema de pesquisa

O tema a que se propõe este trabalho pode nos levar a um alargamento da visão que se tem do financiamento de instituições de ensino superior em Santa Catarina (as pertencentes ao Sistema ACADE), as quais, embora sendo públicas por origem e por missão, funcionam como se fossem

particulares. Todo o sistema fundacional catarinense possui essa característica.

Situando mais adequadamente a questão, iniciamos esclarecendo que o enfoque a ser dado a esta pesquisa é o seguinte: o perfil do estudante universitário da UNIVALI nos será dado por meio de um conjunto de informações sobre o aluno e sobre seu grupo familiar, entre outras. Tais informações, uma vez trabalhadas tecnicamente, revelar-nos-ão um determinado quadro sócio-econômico, que pode traduzir a capacidade de pagamento do aluno da UNIVALI.

Nessa linha de raciocínio, uma pergunta de fundo pode ser feita, ao se relacionar o perfil sócio-econômico do aluno com a política de financiamento do ensino superior em uma determinada escola: será o simples perfil sócio-econômico um indicador da capacidade de pagamento do aluno?

Com vistas à busca de esclarecimentos que possam nortear as ações administrativas de quem tem a responsabilidade de gerir os destinos de instituições de ensino superior nos moldes da UNIVALI, coloca-se como indagação chave: **Que relação tem o perfil sócio-econômico do estudante universitário com a política de financiamento de uma instituição?**

1.3 - Objetivos

1.3.1 - Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em verificar a relação existente entre o perfil sócio-econômico do estudante universitário da UNIVALI e a política de financiamento da Instituição.

1.3.2 - Objetivos Específicos

Na busca daquele objetivo geral, procurar-se-á especificamente:

- 1 - Determinar o perfil sócio-econômico do estudante universitário da UNIVALI
- 2 - Identificar a política de financiamento da UNIVALI
- 3 - Relacionar o perfil sócio-econômico do estudante com a política de financiamento da UNIVALI.

1.4 - Justificativas da Pesquisa

A universidade é hoje uma instituição em crise, profundamente marcada pelas contradições modernas. Das concepções de NEWMAN, a respeito da educação liberal e geral por intermédio do saber universal, de HUMBOLDT, da universidade como templo da pesquisa, de WHITEHEAD, que a concebeu como fonte de serviços à comunidade, chega-se a uma situação crítica:

"É a contradição que toda a universidade vive hoje; a mesma instituição deve, atualmente, satisfazer a duas exigências contraditórias: 1) assegurar a pesquisa livre; 2) prover a sociedade de profissionais médios e superiores. Esta contradição explica que a universidade, tendo se expandido além dos limites em que foi concebida, está hoje sem idéia. É somente o nome coletivo dado a todos os estabelecimentos, onde é ministrado um ensino pós-secundário" (RICOEUR apud DRÈZE & DEBELLE, 1983, p. 16).

É facilmente constatável, também, que *"a universidade está*

cada vez mais ligada à profissionalização" (REBELLO, 1974, p. 17). De acordo com essa autora, a busca de uma profissão por meio do ensino superior é um fenômeno quase unânime no meio universitário, sendo que este não é um processo exclusivamente brasileiro, mas um fenômeno universal.

A sobrevivência da sociedade e a necessidade de organização da produção realinharam o mundo na direção do trabalho, colocando-se todas as forças na busca da auto-realização do homem e na sua integração no mundo do trabalho (ibidem).

Por outro lado, *"a crise da escola, na sociedade de hoje, está menos na limitação do direito ao estudo, do que na recusa do direito ao trabalho"* (LETTIERI apud SPOSITO, 1989, p. 9). Constata-se esta realidade, e com muita ênfase, na situação brasileira.

A crença generalizada de que, pela educação se consiga ascender socialmente é um poderoso impulsionador da juventude, fazendo-a supor que o simples fato de cursar uma universidade tem o condão de proporcionar-lhe a superação de inúmeras dificuldades.

Além disso, o desenvolvimento da sociedade moderna e a divisão capitalista do trabalho exigem novos profissionais, cada vez mais especializados e mais competentes.

Ante a expansão do mercado de trabalho e as necessidades individuais crescentes, acentua-se a procura do ensino superior por componentes dos estratos mais baixos da sociedade. A deselitização do ensino superior traz consigo uma natural mudança de rumos, de perspectivas e de hábitos para as instituições, já que o perfil da clientela condiciona todas as políticas dentro dela.

Como o fenômeno referido no parágrafo anterior é algo que a literatura nacional atribui quase que exclusivamente às escolas da rede privada, temos a preocupação de, com este trabalho, focar a problemática enfrentada pelas escolas de ensino superior privado. Entendemos aqui o privado

como o não estatal e, não, como, necessariamente, o particular.

"O financiamento privado do ensino superior traduz-se, na prática, pelo pagamento direto das anuidades escolares por parte dos próprios alunos" (COSTA, 1991, p. 229). A constatação do autor retrata a realidade, pois, de um modo geral, o item da receita referente às mensalidades é o que responde pelo maior nível de recursos numa escola da rede privada.

"Em todos os países do mundo, o governo central financia, em maior ou menor grau, o ensino superior" (ZYMELMAN apud COSTA, 1991, p. 228), via projetos de pesquisa ou dotações orçamentárias diretas. O financiamento deste grau de ensino é uma tarefa extremamente complexa, que vai desde o desenvolvimento dos meios capazes de localizar e conseguir os recursos, até a sua distribuição.

Uma universidade que sobreviva, basicamente, da cobrança de mensalidades escolares, poderá vir a enfrentar dificuldades em sua ação administrativa, ao ter que se adaptar à realidade que a limitação lhe impõe, já que a receita de uma única fonte é perigosamente insuficiente para fazer frente aos gastos que normalmente tem.

Nessas rápidas colocações se assentam as âncoras teóricas do tema objeto desta pesquisa. O perfil sócio-econômico da clientela parece ter implicações e reflexos diretos sobre todo o processo de fixação da política de financiamento de uma instituição.

Considerações e análises sobre este perfil podem lançar luzes que, eventualmente, auxiliem na solução concreta dos problemas do dia-a-dia do administrador universitário.

A justificativa prática para um estudo sobre o perfil sócio-econômico do aluno da Universidade do Vale do Itajaí se assenta na possibilidade que tal trabalho traz em si de contribuir para a geração de indicativos que apontem para a solução de alguns dos problemas desta e das demais instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina.

1.5 - O Plano de Trabalho

A fim de propiciar o encadeamento dos assuntos aqui abordados, bem como situar organizadamente as partes de que se compõem este trabalho, daremos a seguir uma visão seqüencial do mesmo, destacando cada capítulo e seu respectivo conteúdo.

Um primeiro capítulo introdutório apresenta o tema do financiamento de instituições do ensino superior. Não de todas, porém, ou de toda a variedade delas, senão, especialmente, das IES privadas, isto é, das de direito privado. A formulação do problema de pesquisa revela a preocupação de afunilar, de centrar e delimitar o assunto, traçando-se os seus objetivos de forma clara e coerente: conhecer o perfil sócio-econômico do estudante universitário da UNIVALI, identificando a seguir o impacto deste perfil sobre a política de financiamento da Instituição. Traça-se, por fim, uma justificativa para a realização de um estudo desta natureza.

No segundo capítulo estão os esteios que dão suporte teórico para a pesquisa, levantando-se o que há na literatura sobre o financiamento de instituições de ensino superior e como esses problemas são ali abordados. Parte-se basicamente do conceito universal de financiamento e levantam-se alguns dos problemas que lhe são inerentes. Dessa fundamentação geral, encaminha-se o estudo para a aposição de alguns fundamentos buscados na ciência política, especialmente no que se refere à análise política e a mais algumas colocações sócio-econômicas, considerando-se imprescindível a visão e o entendimento do *boom* privatista, da intensa massificação pela qual passou todo o sistema de ensino superior brasileiro a partir de 1968 e, ainda, as relações que existem entre trabalho e educação na questão da ascensão social. Como temáticas intermediárias, mas não menos importantes, aborda-se, ainda, nesse capítulo, as questões da escola comunitária, como uma alternativa interessante consagrada pela Constituição Federal de 1988, além da imensa problemática do ensino superior noturno, freqüentado pelo estudante-

trabalhador, vítima de preconceitos e de enormes limitações. Ao final desse segundo capítulo de fundamentação, levanta-se a questão da educação, encarada como investimento, a relação custo/benefício, como tema central da Economia da Educação e algumas abordagens complementares ao tema sob foco.

No terceiro capítulo são descritos os aspectos relacionados com a metodologia utilizada, incluindo-se sua caracterização, as perguntas de pesquisa, a definição de alguns termos usados nesse trabalho e a delimitação da pesquisa, além de se abordar a questão dos dados, seu tipo, coleta e tratamento.

O capítulo quarto faz uma análise descritiva dos dados coletados nas pesquisas efetuadas em 1989 e 1992. Os dados são comentados, às vezes separadamente, outras comparando-se ambos os levantamentos. Para maior clareza, foram elaborados gráficos e tabelas, de forma a se oportunizar uma melhor visualização dos resultados. Busca ainda este capítulo explicitar a política de financiamento da UNIVALI a qual, pela ausência de um planejamento formal e de uma administração aberta e participativa, é apresentada de forma implícita. É importante a clara explicitação dessa política, já que aqui se pretende analisar a relação que tem ela com o perfil sócio-econômico da clientela a que se destina. Este capítulo situa também o leitor no contexto específico, junto ao qual se realizou a pesquisa, desenhando-se alguns contornos históricos da UNIVALI, acrescentando-se algumas informações institucionais características e comentando-se rapidamente seu *modus operandi* administrativo.

O capítulo quinto contém as conclusões a que foi possível se chegar após a análise de todo o conteúdo pesquisado. Tais conclusões se traduzem em respostas às perguntas de pesquisa formuladas, que são, em última análise, a resposta à grande pergunta feita nesta introdução.

São partes finais deste trabalho as referências bibliográficas e os anexos, contendo os instrumentos de coleta das pesquisas de base.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As idéias abordadas nas páginas imediatamente anteriores, situando a UNIVALI num determinado contexto e levando o leitor a compreendê-la em sua conjuntura, juntaremos uma série de outros princípios básicos e fundamentais que introduzam a questão do financiamento e nos conduzam aos objetivos deste trabalho.

Ao abordar o financiamento do ensino superior no Brasil, somos colocados de frente com o problema da manutenção propriamente dita desse nível de ensino, isto é, diante do público e do privado. *"Se nas primeiras décadas deste século a educação privada tendia a se limitar a grupos socialmente privilegiados, enquanto que a educação pública buscava ser universal e gratuita, em nossos dias esta polarização se inverteu: hoje o ensino público é o setor mais elitizado. O ensino privado, na quase totalidade dos casos, não tem uma agenda pedagógica que o distinga do público. O que resta é a questão financeira"* (DURHAM, 1989, p. 3-4).

Constata-se no ensino superior brasileiro uma característica comum: de um modo geral as IES públicas brasileiras dependem quase que exclusivamente dos recursos do Tesouro Nacional, enquanto que o ensino privado depende, quase que exclusivamente, da arrecadação das mensalidades escolares. Um gerem e aplicam fundos públicos e outras gerem e aplicam fundos privados. A exclusividade de fontes de financiamento, porém, pode condicionar e limitar a ação das instituições de ensino superior, reduzindo-lhes a eficiência e a eficácia administrativas.

Não existe no Brasil um sistema único e unificado de ensino. Cada instância do poder público, possui seu próprio sistema de educação e mantém um regime próprio de financiamento, cobrindo totalmente os

orçamentos e as despesas das IES ou delas participando de alguma forma.

2.1 - Um destaque para Santa Catarina

Santa Catarina é um estado que se distingue dos demais estados brasileiros por possuir um modelo peculiar de estrutura e de organização do ensino superior. Em nosso Estado temos uma universidade federal, uma estadual e, somente uma particular; todas as demais, são instituições municipais.

O Estado de Santa Catarina destaca-se no cenário nacional por possuir oito Universidades em um território relativamente pequeno. São instituições novas e com projetos regionalizados. Excetuando-se a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Associação Catarinense de Ensino (ACE), mantidas, as duas primeiras, integralmente pelos poderes públicos federal e estadual, e pela iniciativa privada, a última, todas as demais são fundações públicas de direito privado, ou seja, todas elas foram instituídas pelo poder público municipal, o qual, porém, não as sustenta ou mantém, obrigando-se todas à cobrança de mensalidades escolares, como se fossem escolares particulares, apesar de serem estabelecimentos oficiais de ensino. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, esta situação acabou por consolidar-se, por meio do que se insculpiu no artigo 242. Ante esse artigo, não se aplica às fundações catarinenses o disposto no artigo 206, IV, da Carta Magna, determinando que o ensino público seja gratuito nos estabelecimentos oficiais.

Com esta disposição constitucional, firma-se sobremaneira o sistema fundacional catarinense, cristalizando-se um modelo de financiamento do ensino superior que é único no País. A peculiaridade do Sistema ACAFE está no fato de que em nenhum outro estado da federação brasileira existem instituições educacionais oficiais, criadas por lei estadual ou municipal, que não

sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.

A viabilidade global dessas instituições estará garantida até que seu crescimento atinja proporções tais, que comece a exigir um tratamento financeiramente diferenciado para cada uma de suas funções. No presente momento da evolução histórica dessas promissoras casas de ensino, vivenciam elas o estágio inicial e, diria, embrionário como universidades. Nessa fase, como é próprio da cultura educacional brasileira, privilegia-se acentuadamente a função ensino. Em fases posteriores e sucessivas ampliar-se-á o raio de ação dessas instituições, implantando-se a pesquisa e a extensão.

Ao chegar a essa fase, as instituições desse tipo enfrentarão sérios problemas de financiamento, como facilmente se pode prever, pois o que arrecadarem, a título de cobrança de mensalidades escolares, servirá, em última análise, para cobrir os serviços de ensino prestados à população estudantil, e tal montante não será, certamente, suficiente para desenvolver projetos de pesquisa ou de extensão, que são funções mais afetas ao estado do que aos indivíduos.

BRAGA, (1989, p. 7) aponta algumas características da dependência das IFES do Tesouro da União: 1- A partir de uma dotação orçamentária inicial, o principal critério de correção anual é incremental, vale dizer, corrigem-se, quase sempre por baixo, os aumentos inflacionários. 2 - O orçamento compreende recursos para o pagamento de pessoal docente e técnico-administrativo, compra de material de consumo, pagamento de serviços, manutenção de prédios, de laboratórios e de hospitais universitários de ensino, etc. Em verdade, é um orçamento de manutenção. 3 - O orçamento esgota-se, fundamentalmente no pagamento do pessoal. 4 - Dado o acelerado ritmo inflacionário, a dotação anual inicial prevista esgota-se na metade do ano.

Um sistema de financiamento nesses moldes "*coloca à mostra a sua fragilidade: a falta de critérios para a alocação de recursos; o consumo da quase totalidade dos recursos na manutenção e a ausência de programas que catalizem o ensino para a qualidade e a eficiência; a assimetria entre custos, número de alunos e produtividade docente; a desproporção entre gastos com pessoal e dispêndios com outros custeios e capital; nítida deficiência de informações sobre recursos de outras fontes, originadas em*

outros setores públicos (como no caso da pesquisa e da pós-graduação) e convênios com setores da indústria, etc. Fica realmente difícil para o governo aumentar os recursos financeiros para as instituições federais, sem antes ter um quadro de referência mais transparente sobre seu adequado uso. Diante do horizonte da crise econômica, que parece mais estrutural que conjuntural, tudo indica que o dinheiro para as universidades torna-se mais difícil, mais competitivo com outras áreas sociais (saúde e previdência) e outros graus de ensino; por outro lado, aumenta a exigência de recuperação da capacidade instalada, a pressão por melhores salários docentes (sic), a necessidade de assistir aos mais carentes com bolsas de estudo e de investir nas áreas prioritárias de ciência e tecnologia" (BRAGA, 1989, p. 12).

Num outro pólo temos a questão do financiamento do ensino privado, que guarda certas diferenças e semelhanças com o ensino público e gratuito, conforme veremos mais adiante neste capítulo. Fundamentalmente, a rede privada de ensino sobrevive por meio da gestão de fundos privados, constituídos pela arrecadação de mensalidades, sofrendo, de um lado, enormes pressões do pessoal docente e técnico-administrativo por melhores salários e, de outro, dos alunos pela manutenção dos preços por eles pagos. Ante essas pressões e as necessidades crescentes, o ensino privado reclama um apoio mais significativo e mais sistemático por parte do governo.

2.2 - O financiamento e seus problemas

Com essas colocações gerais, atingimos um ponto razoavelmente fundamentado para assentarmos um conceito de financiamento, tal qual o entendemos nesta pesquisa: "*Quando se fala em financiamento do ensino superior, estamos nos referindo, em termos muito simples, à maneira pela qual se provêm os fundos necessários para cobrir os gastos envolvidos nas atividades universitárias, quais sejam, sua administração, as remunerações, o custo da docência, pesquisa e extensão e correlatos" (VAHL, 1991, p. 125).*

O financiamento, como se vê, é um fato global e complexo,

que envolve muitas variáveis e que demanda muita análise e aperfeiçoamento. Trata-se de uma função essencial da administração, sem a qual fica impossibilitado o funcionamento de qualquer instituição de ensino superior. Depende ele, intrinsecamente, de toda uma cultura que envolve a sociedade, transformando-se em fator político de primeira grandeza. Dele depende, basicamente, a ponderação de qualquer prioridade, já que sem dinheiro se esvai todo o sonho e fica a descoberto qualquer objetivo.

O que se percebe como característica nacional, e mesmo mundial, é que os gastos públicos com educação têm diminuído, envolvidos no bojo de um turbilhão de problemas outros de toda a ordem. A indefinição de critérios que permitam uma adequada alocação dos recursos públicos a cada instituição que os mereça, segundo suas características, necessidades e grau de desenvolvimento, seguida de perto pelos lentos e complicados processos de gestão e, ainda, a defasagem deletéria e corrosiva da inflação, ou melhor, da estaginflação, pela convivência com a recessão econômica, tornam este quadro gravíssimo e desanimador.

Como esta situação se arrasta indefinidamente por anos e anos, é natural que as consequências já se tenham tornado crônicas: o plantel acadêmico de professores bem capacitados vem sofrendo contínuas baixas, ante a deterioração salarial e a desvantajosa competição com outros setores do mercado de trabalho; o escasso incentivo à pós-graduação de jovens brilhantes, como forma de prover as carreiras acadêmicas de pessoal capacitado; a séria deterioração física de prédios e equipamentos; a sempre crescente falta de condições para o trabalho acadêmico dos professores, pesquisadores e alunos; a grave redução dos montantes dos recursos financeiros destinados ao ensino superior, que impede o seu desenvolvimento e a consolidação de inúmeros projetos. Estas são algumas das consequências da ausência de políticas claramente definidas para o financiamento do ensino superior.

Além do sucateamento da universidade como um todo, fica seriamente comprometido o processo de modernização ou de retomada do crescimento do País, no qual deveriam estar engajadas todas as instituições de ensino superior. Por oportuno, concluímos aqui que qualidade e financiamento

andam intimamente ligados, dependendo aquela do necessário suporte em que este se constitui.

"Somente instituições suficientemente consolidadas, do ponto de vista econômico e livres da tensão pela sobrevivência diária, podem assumir e promover uma identidade acadêmica de qualidade; e somente essas instituições podem, efetivamente, complementar-se, interagir e ainda competir, beneficiando todo o conjunto" (ANUIES, 1990, p.95).

Apesar da insuficiência do aporte financeiro destinado às universidades, *"parece bastante claro que a percentagem de recursos públicos dedicados à educação não poderá ir muito além das proporções definidas na Constituição, e que haverá uma tendência cada vez maior de dedicar esses recursos à educação fundamental, deixando a universidade pública em segundo plano. Independentemente de benefícios e vitórias pontuais que se possa obter aqui e ali, parece inegável que o volume de recursos públicos para a educação superior já se aproxima bastante de um teto só superável na medida em que a economia como um todo retome o seu processo de crescimento." (DURHAM e SCHWARTZMAN, 1989, p. 3).*

Mesmo que tenhamos hoje atingido um teto dificilmente superável quanto ao montante de recursos financeiros, é sempre importante lembrar a lei de BOWEN, segundo a qual, a universidade consome todos os recursos que por ventura estejam ao seu alcance (MEYER JR., 1991, p. 13). Segundo essa característica, todo o recurso é sempre bem-vindo, sendo de obrigação do administrador providenciar sua captação onde quer que ele esteja. *"A captação de recursos é uma das funções financeiras específicas da administração pública ou privada. Objetiva satisfazer as reivindicações monetárias da organização, através do fluxo de fundos que atenda às necessidades decorrentes da execução física de suas atividades fim e meio. A identidade e harmonia entre esses dois fluxos - o físico e o financeiro - condicionam todo o sucesso ou o fracasso da administração" (QUEIROZ, 1985, p. 15).*

Em tempos de poucos recursos é preciso usá-los e distribuí-los bem. *"Não há dúvida que uma primeira tomada de posição deverá ser*

persistir na busca de meios para aumentar a eficácia dos escassos recursos que lhe são destinados" (SOUZA, 1983, p. 106). Além da postura defensiva da austeridade, uma universidade nessas condições de precariedade financeira, deve partir, corajosa e planejadamente, para uma administração financeira criativa e audaciosa ao mesmo tempo, buscando fontes alternativas e, principalmente, otimizando e racionalizando o uso dos recursos, quer dizer, não basta simplesmente poupar, é preciso administrar com eficiência e criatividade, planejando corretamente as ações e estabelecendo um nível ótimo de prioridades, cortando o desnecessário e o supérfluo, adiando decisões que possam esperar.

"Ponto importante, apesar de tudo, é que é imperativo para uma universidade moderna enfrentar a crise com uma administração planejada. As atividades devem ser claramente identificadas, os custos devem ser calculados com exatidão as prioridades devem ser estabelecidas com coragem. A ambigüidade e a evasão não podem ajudar a universidade a enfrentar as crises. Os problemas devem ser delineados distintamente, enfrentados ousadamente e resolvidos corajosamente" (RODRIGUEZ, 1983, p. 272).

Reiteram-se reclamações no ensino superior, acusando-se indiscriminadamente pessoas e instituições pela falta de recursos. *"A insuficiência financeira do setor universitário não deve ser entendida como escassez de recursos; deve antes, limitar-se em sua justa dimensão. A insuficiência pode advir por muitas razões: pela incompetência, pela ineficácia, pela existência de estruturas inflexíveis, pela existência de grupos e interesses, que praticam dentro da universidade aquilo que criticam fora dela, pela existência de vícios de difícil erradicação, pela existência de um poder que, em grande parte das vezes é utilizado para forjar democracia e liberdade, mas que, em outras tantas vezes, é usado para destruir e danificar, de forma irracional e irresponsável as bases de um sistema educativo que, em sua melhor forma, deve produzir mais democracia, mais desenvolvimento e mais liberdade" (GARCIA, 1988, p. 117).*

Evidentemente, o financiamento do ensino superior participa

de todo esse quadro e tem relações estreitas com todos os aspectos da vida acadêmica diária, neles influenciando e por eles sendo influenciado, já que o dia-a-dia se desenrola numa função dialética de contradições e o financiamento é uma das tarefas corriqueiras desse cenário.

O partidarismo político infiltrado, seja de direita seja de esquerda, é fator deletério de relações, podendo gerar crises e necessidades, que repercutirão nas finanças da universidade. Esse é um problema que, invariavelmente, se faz acompanhar de outro não menos destrutivo: o corporativismo. A idéia corporativista é altamente corrosiva e lesiva do espírito universitário, pois sobrepõe os interesses pessoais aos coletivos. "*No caso da gestão da universidade, não são os interesses de professores, funcionários e estudantes que devem estar representados, mas os interesses acadêmicos do ensino, da pesquisa e da extensão*" (DURHAM, Correio Brasiliense, 1991). Quando interesses menores entram em jogo, invariavelmente, quem perde é a instituição.

2.3 - A política de financiamento

Fundamentando a questão da política de financiamento, vamos abordar alguns aspectos teóricos esclarecedores, mais especificamente no que diz respeito à análise de políticas públicas, por ser esta dissertação um trabalho que se preocupa fundamentalmente com a descrição da política de financiamento da Universidade do Vale do Itajaí.

Inicialmente, é necessário partir-se do conceito de política pública e, nesse passo, ficamos com a definição de **Thomas R. Dye**: "*A política pública é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer*" (1987, p. 3).

Parece evidente que toda a ação administrativa seja fruto de uma política, explicitamente declarada ou implícita e silenciosa. De acordo com

o conceito acima, uma política pode funcionar implicitamente, sem nunca ter sido colocada no papel ou sem jamais ter sido objeto de consideração ou deliberação ao redor de uma mesa de diretoria. As coisas simplesmente funcionam de um determinado modo, havendo aceitação latente e um consentimento tácito do grupo. Em outras palavras, a cultura organizacional absorve implicitamente certas políticas, passando elas a circular no inconsciente coletivo e sendo aceitas como padrões legítimos de conduta, sem merecer qualquer crítica ou esforço de reconsideração. Tais políticas nascem mudas da mente do dirigente e assim permanecem, acolhidas pela cultura organizacional da instituição, geralmente acrítica, amorfa e não participativa. É evidente que um quadro assim, somente se desenvolve em organizações sem um planejamento estratégico claramente definido e tecnicamente composto.

O financiamento de uma instituição de ensino superior é fruto de uma política específica, declarada ou não, que tem, é claro, como qualquer fato, uma série de causas e antecedentes e, também, uma série de consequências, que dela advêm. É sempre possível perguntar: Porque uma instituição adota esse tipo determinado de política? O que leva um dirigente a fazer o que faz? Quais os efeitos ou os impactos que causa uma determinada política sobre a comunidade educativa: professores, alunos e servidores? Adotando-se uma política de financiamento qualquer, qual o seu impacto sobre os salários, sobre os investimentos, sobre as mensalidades?

Parece clara a influência deletéria ou construtiva de determinada política sobre as pessoas ou a instituição. Uma política é uma diretriz essencial, vital, decisiva para o andamento de uma organização; mais do que palavras, ela é ação viva. Muitas vezes a decisão de fazer ou não fazer determinadas coisas, passa diretamente do cérebro do tomador de decisões para a ação, sem discussões ou maiores participações, afetando profundamente a vida das pessoas e da organização em si.

"Hoje muitos cientistas políticos estão dirigindo suas atenções para a política pública, ou seja, para a descrição e a explanação das causas e consequências das atividades dos governos" (DYE, 1987, p. 4), mais

do que sobre a estrutura institucional ou as justificativas de índole filosófica dos governos, como se fazia tradicionalmente.

Como preleciona Aaron Wildavsky (in DYE, 1987, p. 18), a análise política é uma atividade que não possui um programa ou um método específico e fixo de trabalho, mais sendo uma atividade que exige criatividade e leveza, pois que estas devem ser estimuladas pela teoria e aguçadas pela prática. Pode-se aprender a efetuar análise política, porém, não há como ensinar alguém a fazê-lo.

Sob o ponto de vista da administração, fixar políticas significa estabelecer guias para a ação, delimitar uma faixa, dentro da qual a organização, ou parte dela, deve se ater. Uma política é uma baliza, que obriga as pessoas a respeitá-la e a conter-se em seus limites. Tais diretrizes servem para conduzir as ações em direção aos objetivos desejados, proporcionando *“orientação uniforme e consistente nos casos de problemas, questões ou situações que se repetem freqüentemente”* (JUCIUS, 1970, p. 177).

É despiciendo dizer-se que a fixação de políticas para reger funções administrativas só tem verdadeiro sentido se vier no bojo de um sólido e bem pensado planejamento. Sendo o planejamento a atividade intelectual de pensar a instituição, tem como parte essencial em sua composição a fixação de políticas, situando-se, metodologicamente, em seu início, isto é, naquela fase em que se estabelecem os parâmetros, os trilhos sobre os quais deve a organização se deslocar, rumo a seus objetivos. Dessa forma, as políticas têm uma natureza essencialmente instrumental, não sendo ações ou objetivos em si, não substituindo a boa administração e não se aplicando por si mesmas (JUCIUS, 1970, p. 176).

Uma instituição de ensino superior que não disponha de políticas explícitas e por todos conhecidas, jamais conseguirá operar uma administração descentralizada e eficiente. O descentralizar supõe políticas claras e definidas, já que o executivo não pode estar presente em todos os setores ao mesmo tempo. A ausência do executivo é, muitas vezes, coberta pela presença

de políticas bem assentadas. Não que elas substituam o administrador, mas representam-no à distância. Sem esse instrumento, não resta outra alternativa a quem dirige senão centralizar tudo em si, criando com isto uma organização dependente e infantilizada e fazendo com que ao seu redor todos entoem a mesma cantiga de roda.

Obviamente que, quando não se tem um planejamento formal, estratégico e participado, um processo por meio do qual se dê uma orientação institucional explícita, muitas políticas terminam por ser fixadas de modo implícito e informal. São diretrizes genericamente sabidas, das quais não se conhecem o como ou de onde se originaram. Nasceram informalmente, sem estudo prévio e consciente, quase que à revelia da organização. Casos assim são freqüentes e traduzem a situação de administrações não participativas e centralistas, onde uma liderança ditatorial acaba por impor direções implícitas à instituição; todas as idéias e todas as ações têm uma única fonte: a cabeça do dirigente maior.

Apesar de parecer óbvio que todas as políticas devam ser escritas e claramente determinadas, não é isto que normalmente ocorre entre nós, recusando-se incompetentemente o administrador a formalizar qualquer instrumento que auxilie na tomada de decisões, por ignorância ou por desprezo ao que chama de “teórico”, em relação à sua infundada e ineficiente “prática”.

As políticas devem ser conhecidas, compreendidas e aceitas por todos, pois como poderia uma política orientar a alguém, se esse alguém sequer sabe de sua existência? *“As pessoas devem saber por que as políticas foram estabelecidas e que razões amparam a sua adoção”* (JUCIUS, 1970, p. 190). Isto é o mínimo que se exige. Esse mínimo, porém, implica e supõe todo um processo de participação, em todos os níveis organizacionais, o que leva à construção das metas, das políticas e das estratégias, em busca dos objetivos, estando estes a serviço da missão e do negócio da instituição.

As instituições de ensino superior, apesar de serem organizações complexas e de possuírem uma estrutura peculiar que as diferencia

das demais organizações e, dados ainda seu espírito, suas finalidades públicas e suas funções sociais, vêm-se, tantas vezes, dominadas por pessoas, tidas como carismáticas, depositárias da confiança geral e que a ela se impõem de forma absurda e inconseqüente. Acabam estas instituições por ver suas políticas encaradas sob o prisma das preferências e dos valores de uma elite. Nesses casos, as políticas não refletem os interesses da comunidade, mas somente da minoria usurpadora e prepotente.

“A teoria elitista sugere que ‘o povo’ é apático e mal informado quanto a políticas públicas e que as elites moldam, na verdade, a opinião das massas sobre questões políticas, mais do que as massas formam a opinião da elite. Assim, as políticas públicas, na realidade, traduzem as preferências da elite.” (DYE, 1984, p. 12).

As políticas não são debatidas, fluindo ditatorialmente de cima para baixo, sem qualquer reflexo nas demandas da massa.

Assim resume **THOMAS R. DYE** a teoria da elite: a sociedade está dividida entre os poucos que têm o poder e os muitos que não o possuem. A minoria que domina aloca valores para toda a comunidade submissa, decidindo unilateralmente que política deve ser implementada em cada setor. É um jogo de gato e rato, um jogo de poder, no qual alguém detém monocraticamente o comando, sem abri-lo a qualquer participação, sendo que, à sua sombra, nenhuma outra liderança se desenvolve.

Somente podem ser aceitos nos altos círculos aqueles que aceitarem o consenso básico da elite, ou seja, alguns iniciados que, aos poucos, vão sendo guindados aos altos escalões da organização, ali permanecendo se apuserem o seu *placet* à ideologia dominante, bastando um leve deslize para serem dali alijados como inimigos e traidores dos interesses da elite.

Continua Dye (1984, p. 13): há na elite um consenso quanto aos valores básicos do sistema social e à preservação de tal estado de coisas. Este consenso se traduz nos comportamentos que o grupo dominante assume perante a comunidade, ficando, de certa forma, claro o que ele deseja e o como

quer ver atingidos os objetivos comuns. Os valores básicos não são buscados na comunidade, mas impostos intencionalmente pelos de cima, que cercam os bastiões do poder de profundo mistério, inacessibilidade e de indisfarçado sistema de ameaças a seus opositores. Usam a máquina administrativa em seu favor e na busca da preservação dos valores por si fixados, tendo nisso a garantia de continuação no poder. A estabilidade e a sobrevivência do sistema imposto dependem fundamentalmente do consenso da elite, que concorda entre si com todas as regras do jogo.

Outra característica dessa postura, segundo Thomas R. Dye, é que, pelo fato de as políticas públicas não refletirem as demandas das massas, mas sim os valores predominantes da elite, que lhes garante a permanência no poder, as mudanças naquelas políticas serão muito mais incrementais do que revolucionárias. O grupo no poder tudo fará para lá continuar, para reproduzir e manter o *status quo*, introduzindo, por vezes, microscópicas modificações em suas diretrizes e entrincheirando-se na atitude defensiva e conservadora daqueles que acreditam que “*não se mexe em time que está ganhando*”.

E complementa o autor, afirmando que as elites ativas são sujeitas a uma influência direta relativamente pequena das massas apáticas. A influência que a elite exerce sobre a massa é maior que a que delas recebe, considerando-a profundamente passiva, amorfa e apática. Essa postura ideológica coloca a comunidade como objeto inútil e incapaz de pensar e de contribuir construtivamente.

Como as comunicações fluem de cima para baixo, é óbvio que com elas venha a dominação e a total influência sobre a comunidade, mormente quando esta se encontra mergulhada na apatia, não participando das decisões e entregando-se confiadamente nas mãos dos detentores do poder, deixando que eles decidam seu destino, permitindo, como diria Harvey Cox, “*que a serpente decida por nós*”, colocando, ingenuamente, enfim, a raposa como guardião do galinheiro.

Finalizando, assevera **DYE**: “*na maioria das vezes, as instituições ‘democráticas’ - eleições e partidos - são importantes somente por seu valor simbólico. Elas ajudam a atar as massas ao sistema político, dando-lhes um papel a desempenhar no dia (o grifo é nosso) da eleição e um partido político com o qual se identificar*”.

O grupo dominante “permite” que o povo “participe” em alguns eventos, desde que isto não signifique ou traduza qualquer pretensão deste em querer ditar regras àquele. O jogo do poder continua, fazendo-se crer ao povo que ele “participa” do processo decisório, quando, em verdade, é triste massa de manobra e instrumento ingênuo de manipulação da elite dominante.

Confirmando as colocações aqui expendidas, o insigne pensador brasileiro, sociólogo e jurista, **ALBERTO GUERREIRO RAMOS** afirma que “*o homem moderno é uma fluida criatura calculista, que se comporta, essencialmente, de acordo com regras objetivas de conveniência*” (1981, p. 54), traduzindo antigo princípio hobbesiano e estabelecendo uma clássica distinção entre comportamento e ação.

Faz coro com os autores aqui citados, o não menos ilustre jurista **RAYMUNDO FAORO**, ao explicitar magistralmente as origens da nossa sociedade patrimonialista e da formação do estamento burocrático que domina a sociedade brasileira e que se entranhou profunda e indelevelmente na cabeça de chefes e chefetes, mandarins e mandarinetes por todo o País, de tal forma, que não é difícil de encontrar em nossas instituições de ensino superior “*sadam husseins e idi amin dadas*”, perfeitos ditadores e donos do poder.

“*A minoria exerce o poder em nome próprio, não se socorre da nação para justificar o poder ou para legitimá-lo jurídica e moralmente*” (**FAORO**, 1989, p. 89).

Deixa **FAORO** ao povo, como um todo e aos grupos em particular, um rasgo de esperança quando lapidarmente sentencia: “*a história não é senão um cemitério de elites*”, não sendo a classe dirigente de hoje a mesma de ontem. Alternam-se as pessoas, continua, porém, a mesma

mentalidade, a mesma ideologia, os mesmos métodos da elite: nada muda e a esperança de participação morre, se não for construída sobre forte base de consciência democrática. *“A idolização do passado fecha-lhes as portas criadoras, perdidas as instituições numa glorificação das estátuas mortas. Toda a sociedade se retarda, no seu fieri, seduzida por formas arcaicas, que a sufocam, num congelamento mal adequado à circulação do sangue”* (Idem, p. 93).

E vitupera **FAORO**: *“A opinião pública, os interesses de classe, não têm autonomia: são a sombra do governo, do grupo encastelado na vitaliciedade, vitaliciedade ávida de buscar, na hereditariedade, o domínio além das gerações”* (1989, p. 390).

A análise que aqui procedemos e que buscamos fundamentar, aplica-se direta e adequadamente ao mundo universitário, já que uma instituição de ensino superior é uma fração da sociedade, reflete todas as virtudes e todas as mazelas macrossocietárias. Vivemos em nossos pequenos mundos, o que se vive no todo.

2.4 - Fundamentos sócio-econômicos

Ante o conceito de financiamento anteriormente firmado e toda a fundamentação que vem sendo posta, começamos a dirigir nossa análise para alguns aspectos sócio-econômicos que venham a servir de suporte às considerações que pretendemos fazer neste trabalho. A sociedade civil, como um todo, é responsável pelo estabelecimento das verdadeiras políticas educacionais que comandam o País. Tais diretrizes são aplicadas e praticadas na base da sociedade que, *“além de produzir a estrutura de classes, aloca, dentro de cada uma delas, os indivíduos na estrutura ocupacional”* (**FREITAG**, 1980, p. 68). A universidade, como agência formadora de mão-de-obra, se presta, também, como aparelho ideológico do estado, a reproduzir as classes sociais e nelas

alocar as pessoas.

Uma das características do modelo capitalista é o privilégio que têm as classes sociais mais altas de freqüentar o ensino superior. É lógico que, desse jogo, fiquem excluídas as classes subalternas. **FREITAG** (1980, p.64), comparando estudos feitos por vários autores e confrontando a seletividade que existe entre o ensino médio e o ensino superior, constata que a participação da classe baixa diminui à medida em que se ascende no nível de instrução e acentua o corolário de que a evasão escolar atinge os filhos da classe baixa, já que a escola é privilégio das classes média e alta. Frente a uma sociedade competitiva e discriminadora, os mais pobres se lançam à busca de uma chance, por mais remota que seja, de ascensão social. *"Há uma crença muito definida, atualmente, de que a educação escolar é um meio muito eficaz e disponível para que as pessoas possam melhorar a sua posição na sociedade"* (**CUNHA**, 1978, p. 27). Pela trilha da educação se pensa subir e ascender socialmente, conquistar status, prestígio e renda. *"As aspirações dos membros da classe baixa são, além de subir, conseguir um título acadêmico dentro dos cursos tradicionais - direito, medicina, engenharia"* (**FREITAG**, 1980, p. 67).

2.4.1 - A expansão desenfreada

O movimento reformista de 1968 lançou o ensino superior brasileiro numa desabalada corrida em busca da reversão do tempo perdido e da superação do atraso do País, em relação a outras nações do mundo. Era preciso, no dizer de **NEHRU**, aprender a correr antes de aprender a andar ou, para usar a imagem de **JUSCELINO KUBITSCHEK**, realizar cinquenta anos de progresso em apenas cinco (**PONTES**, 1971, p. 88). O quadro que temos hoje é o retrato fiel da atitude tomada pela nação brasileira no trato que dispensou ao ensino universitário: improvisação, imprevidência, carência.

A política, então adotada de expansão indiscriminada do

sistema, ampliando a rede de cursos e de escolas, com ênfase para as instituições privadas de ensino superior, acabou por "*alterar a composição social do quadro discente das escolas de nível de terceiro grau*" (RABELLO, 1974, p. 19), empurrando para dentro das universidades um amplo espectro de pessoas, provindas das camadas inferiores da população.

O que determinou esta "corrida do ouro", foi a expectativa de que a posse de um título acadêmico pudesse redimir o seu possuidor das torturas e incertezas que lhe impõe o fato de pertencer aos estratos mais baixos da sociedade. O mercado de empregos, a busca de uma formação básica profissional infundiram nos jovens brasileiros a crença de que o exercício de técnicas cientificamente aprendidas pudesse abrir maiores oportunidades no mundo do trabalho e, com isto, pudessem eles ascender socialmente.

"Se inicialmente a escola era vista como um modelo de igualitarismo social, a tônica se vai deslocando para vê-la como um meio de ascensão social e profissional. Vem depois, especialmente nos países do mundo subdesenvolvido, a compreensão da escola como responsável pelo desenvolvimento social e econômico, além de ser um direito individual" (CASTANHO, 1989, p.33).

A professora **OPHELINA RABELLO**, da Universidade Estadual de Campinas, estudando o perfil sócio-econômico do estudante universitário brasileiro, concluiu que os jovens de todas as camadas sociais, em especial os das camadas médias e baixas, vêm a universidade ou o ensino superior, como um dos poucos e legítimos canais de ascensão social. A busca da universidade os move, talvez, nem sempre pelo prazer de saber, de aprender, de estudar, solucionar problemas, enfrentar desafios por si mesmos ou por anseios incontidos de vocação mas, por meio desse exercício, poder atingir status mais altos e adquirir novos estilos de vida na sociedade competitiva e de classes, em que vivem. Entre eles alguns, evidentemente, buscam a ciência, a pesquisa pura, a cultura, pelo valor em si de saber, de ser ou de tornar-se. O fenômeno da demanda crescente pelas universidades, especialmente pelos jovens das camadas mais baixas, talvez não se deva tanto ao próprio fenômeno das transformações

sócio-econômicas e culturais, como pelo anseio da busca de uma formação básica de uma profissão, confiando que seu exercício lhes proporcionará oportunidades e os meios para maior mobilidade social.

Na profissionalização em nível superior reside o maior motivo de que dispõe um jovem para buscar uma universidade, pois por intermédio dela pode ele, de maneira honrosa, adquirir o instrumental que lhe garanta a conquista de mais *status*, bem como de papel social reconhecido pela sociedade, já que "*a educação é uma credencial que permite a seleção de pessoal pelo grupo de status dominante, em função de características sócio-culturais*" (COLLINS apud GOMES, 1989, p. 108).

A universidade brasileira, até inícios da década de 60 e desde sua criação, na expressão de **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**, foi uma cópia fiel da universidade elitista européia, preocupada em manter-se enclausurada em sua *turris aeburnea*, engendrando a elite dos bacharéis. Já na década de 50 foi este modelo fortemente criticado e sacudido como, aliás, o foi em todo o mundo ocidental, vinculando-se as universidades ao desenvolvimento das nações.

2.4.2 - Democratização e massificação

No dizer de **RONALD BRAGA** (1989) a modernização da universidade significou, sobretudo, sua massificação, o que, no caso brasileiro, tem quatro sentidos interligados, que são fundamentais para sua compreensão.

Primeiro, o crescimento numérico das matrículas. O contingente estudantil passa de 100 mil estudantes, em 1960, para um milhão em 1975. Esse número não expressa somente o atendimento à demanda reprimida, senão que incorpora, também, um novo tipo de estudante: as mulheres e os adultos. Fatores importantes como a interiorização do ensino e sua regionalização, como no caso de Santa Catarina, participam do brutal processo

de expansão do ensino superior brasileiro. Segundo esse mesmo autor, "*a interiorização e a regionalização do ensino superior é que explicam, também, porque os dez cursos mais populosos abarcam ao redor de 70% da população total dos alunos*" (BRAGA, 1989, p.26).

Segundo, o crescimento numérico do professorado, que passa a somar um contingente médio de nove mil professores novos a cada ano, a partir de 1970. "*Estes professores são, naturalmente, improvisados e somente recém-graduados*" (idem).

Terceiro, a massificação torna-se possível fisicamente, com a construção dos *campi* e das "cidades universitárias", que passam a abrigar largas faixas da população estudantil. Um crescimento assim caracterizado exige mais espaço, mais alunos, mais professorado, mais organização burocrática, mais pessoal de apoio técnico. Tudo isto ocorreu sem muito planejamento e previsão, levando-nos aos problemas que tão bem conhecemos.

Quatro, o pior aspecto da massificação se deu em plena sala de aula, quando se "*substituiu pensamento por conhecimento, especialização por visão do todo, saber por simples pacotes informativos*" (idem).

Massificar o ensino superior significou, em termos bem pragmáticos, carrear para o interior da universidade toda a diversidade de problemas que aflige a massa que a ela acorre. "*Passa a constituir sua missão encarar frontalmente o volume crescente de jovens universitários sem recursos financeiros para a própria manutenção, procurando uma oportunidade ocupacional*" (RABELLO, 1974, p. 23).

2.4.3 - Trabalho versus Educação

A fundamentação teórica para essa abordagem situa-se especialmente na tradicional aliança que se faz entre trabalho e educação. Essa

ligação, tradicionalmente feita, aponta para duas características fundamentais: ela é direta e é linear.

CASTANHO (1989) sintetiza o assunto, enfocando três abordagens: a teoria do capital humano de Theodore W. Schultz (1971) estabelece uma ligação linear e direta entre educação e trabalho; na década de 80, **CLÁUDIO SALM** escreve sua tese da natureza não capitalista da escola: nem a escola é capitalista, nem o capital precisa dela (do modo como existe) para preparar o trabalhador, tese esta que também é linear. "*Há uma ligação positiva, um vínculo direto entre educação e trabalho na análise da teoria do capital humano e na reprodutivista; há vínculo também direto, porém negativo, na teoria da natureza não capitalista da educação*" (**CASTANHO**, 1989, p. 25).

"A reflexão mais conseqüente aponta para a existência de uma relação entre trabalho e educação que se caracteriza por ser indireta e mediatizada. E a grande tarefa é apreender tais mediações, desvelar o que está aparente de imediato" (**FRIGOTTO**, 1986, 45-52; 1986a, apud **CASTANHO**, 1989, p. 25).

É proposta ainda, da professora **MARIA EUGÊNIA CASTANHO** que se promova a inversão dos termos, colocando-se o trabalho sempre adiante da educação, já que aquele é a atividade humana fundamental, envolvendo a cultura, o lazer e todo o conjunto de relações sociais (1989, p. 18).

"A busca do curso noturno representa uma aspiração de massa, de fugir à condição social, de ascender na hierarquia social que, geralmente, acaba em fracasso, porque não há vínculo entre o trabalho e a escola, entre a necessidade de mudar a natureza e a organização do trabalho e o que a escola ensina. Isto porque a escola separa cultura e produção, ciência e técnica, trabalho manual e trabalho intelectual" (**LETTIERI**, 1980, p. 193).

O grande afluxo das massas à universidade em busca da profissionalização aponta na direção de "*que o binômio universidade-profissão*

já tem profundo sentido popular" (RABELLO, 1974, p. 17). Minando e frustrando essa busca está a desvinculação metodológica entre o trabalho e a educação, o que gera crises no sistema e o descrédito na universidade perante a sociedade.

Pelo que se observa, não há uma ligação direta entre esses dois termos, sendo *"a educação uma prática mediadora, que fornece um saber geral, articulado com o saber específico e prático desenvolvido no processo produtivo"* (FRIGOTTO, 1984, in GOMES, 1989, p. 108).

Nessa busca do trabalhador pela educação, naturalmente, se processa uma relação por meio da qual, aquele modifica a esta, sendo ao mesmo tempo por ela atingido e modificado. O trabalhador sofre um processo ideológico de moldagem durante toda sua vida, submetendo-se a um trabalho "educativo", no interior das próprias relações de produção.

"O saber do trabalhador não ultrapassa o senso comum. Daí porque, para estes, é relevante apropriar-se do saber socialmente produzido através da escola, como um meio de resistência às estratégias de desqualificação da escola, da empresa e da sociedade." (KUENSER, 1985, p. 93). A massificação do ensino superior, portanto, caracterizada, entre outras coisas, pela modificação sócio-econômica do perfil do estudante universitário, é algo sociologicamente relevante em nosso país, pois o trabalhador, na busca obstinada da ascensão social, procura apropriar-se do saber escolar como forma de profissionalizar-se e de mobilizar-se socialmente.

"Ao lado de uma política econômica que velozmente se associa ao capital internacional, cujo escopo é a exacerbação da concentração da renda e da centralização do capital, torna-se a "democratização" do acesso à escola - particularmente à universidade - o instrumento básico de mobilidade, equalização e justiça social. Produz-se, então, a crença de que o progresso técnico não só gera novos empregos, mas exige uma qualificação cada vez mais apurada. De outra parte, enfatiza-se a crença de que a aquisição de capital humano, via escolarização e acesso aos graus mais elevados de

ensino, se constitui em garantia de ascensão a um trabalho qualificado e, conseqüentemente, a níveis de renda cada vez mais elevados" (FRIGOTTO, apud SPÓSITO, p. 11).

O fenômeno da corrida para o ensino superior no Brasil é facilmente constatável por tudo o que até aqui foi dito.

Corolário deste fato, é que ele se faz acompanhar de uma intensa massificação que, dentre outras, possui a característica de modificar o perfil sócio-econômico do alunado das instituições de ensino superior, observando-se seu rebaixamento e uma espécie de proletarização desse nível de ensino. Essa invasão exigiu a multiplicação das vagas e das oportunidades, para que se pudesse acolher, pelo menos em parte, a demanda que se fazia sentir em milhares de jovens que batiam às portas da universidade, procurando uma chance para nela ingressar. Como a rede federal oficial não iria agüentar tamanho peso, por contingências físicas, financeiras e de toda a ordem, colocou-se em prática, no Brasil, uma política de facilitação da privatização do ensino superior. O setor privado cresceu violentamente, causando preocupações em todos quantos se debruçam no estudo do fenômeno. Hoje os problemas se avolumam de forma espantosa e se agravam de tal forma, não só na rede federal, que se torna imperiosa uma tomada de posição do poder público, a fim de tomar as rédeas da situação, tranquilizando-a e resolvendo-a.

2.5 - A privatização como solução

Afirma BRAGA (1989, p. 2) que em 1960, 62.1% do total dos alunos de nível superior faziam cursos em 247 escolas públicas; 37.9% estavam em 103 escolas particulares. Já em 1980, a situação se havia literalmente invertido, com 38.2% dos alunos, freqüentando 222 escolas públicas e 62.3% do total do alunado em 641 escolas particulares. Em 1987, do total de 1.470.557 alunos do sistema, 875.501 (59.5%) estavam nas particulares

e 595.056 alunos (40.5%), nas públicas.

Na realidade, o grau de privatização aumenta se considerarmos as escolas municipais (juridicamente públicas, instituídas pelo poder público), que vivem sob o regime do ensino pago, sustentadas, pois, pelas anuidades escolares. Se o critério pelo qual uma instituição passa a ser considerada como pública for não só a criação, mas também a manutenção pelos cofres públicos, o percentual de privatização ascende a 70% das matrículas.

Apesar de toda a crise e da situação lastimável do ponto de vista financeiro, o crescimento do ensino superior é um fato extremamente significativo. *"Mas o crescimento não se deve ao maior índice de investimento de recursos financeiros pelo poder público federal e, sim, à expansão do ensino superior privado. A pequena parcela de crescimento no índice de matrículas que cabe ao poder público, foi devida à política de preenchimento de vagas, inaugurada pelo vestibular classificatório"* (MELCHIOR, 1980, p. 9). Desde então a rede pública federal estagnou em número de vagas e de cursos.

Mais especificamente, a partir de 1968, com a decisão governamental de transferir a responsabilidade pelo ensino superior para a iniciativa privada, segundo VAHL (1981, p. 62), teve lugar, entre nós, o "boom" das IES privadas isoladas. Inclinou-se o governo pela política privatista nesse nível de ensino *"como única fórmula capaz de diminuir a forte pressão dos estudantes que lutavam pela obtenção de uma vaga no ensino superior"* (VAHL, 1981, p. 62). E, realmente, que outra solução poderia tentar o Governo Brasileiro ante a explosão dos estudantes, excedentes de um sistema injusto e discriminador?

Na mesma linha de pensamento, acrescenta FREITAG (1977, p. 104) que, *"como não foi possível conter a pressão sobre as universidades, nem ampliar suficientemente as vagas da rede oficial e como o governo não pode deixar de dar uma solução ao impasse, por ser este potencialmente conflitante, permitiu que o setor privado participasse de sua solução... Assim, conseguiu, sem investimentos e despesas maiores, garantir o*

aumento substancial do número de vagas." (in VAHL, 1981, p. 62).

O Governo Federal, consciente de que "*a colaboração privada é absolutamente desejável para as finanças da educação*" (VAHL, 1987, p. 44), usou-a, simplesmente, para justificar sua omissão, sua incompetência e seu abuso do poder. Por pura inépcia, o poder público e as elites dominantes de nosso país jamais montaram um sistema de educação coerente e coeso. Paliativamente, colocou-se a responsabilidade pela educação superior de todo um povo, em mãos privadas. Por que tantas críticas negativas sobre um setor que tudo faz para crescer e melhorar? O panorama do ensino superior brasileiro é o que aí está e mostra-se, hoje, exatamente como foi pensado e planejado na década de 60. Irresponsável seria pensar-se que, sem maciço investimento financeiro, a rede privada de ensino superior consiga atingir os padrões de qualidade que se lhe reclama. Financiada pelas mensalidades escolares, esta rede chegou aonde está e este é o seu limite máximo.

O capital privado, pode e deve ser chamado a participar no esforço pela solução dos problemas da educação superior mas, jamais, deve ser abandonado à própria sorte e, por fim, responsabilizado por todas as mazelas, incongruências e pela falta de qualidade do ensino. É óbvio que a rede privada, principalmente as escolas isoladas (e são a maioria), não pode, pela sua fragilidade, assumir os cursos que exigem grande aporte de recursos ou grande demanda por equipamentos. Não existe má vontade em se assumir tais cursos, mas, sim, pura impossibilidade de assim proceder.

Parece claro, também, que a "*capacidade de pagamento dos alunos não está ao nível das exigências de uma educação mais apurada*" (BRAGA, 1989, p. 9).

Ora, justamente no momento mais crucial da expansão desordenada e da óbvia e esperada queda dos padrões de qualidade, o Governo se omitiu e, "*a partir desta época, assistiu-se a uma crescente desobrigação do Estado com o financiamento das IES*" (COELHO, 1987, p. 63). Desobrigar-se,

omitir-se e reclamar são atitudes pouco nobres para quem tem a responsabilidade de conduzir um processo. É claro que, ao lado de excelentes iniciativas, isoladamente, surgiram o "oportunismo", "a comercialização do ensino superior", "a institucionalização da indústria do ensino", "as empresas de ensino", "a educação como um negócio", etc. Isto, porém, não livra nossos homens públicos do julgamento que a história já começa a lhes fazer. Intenções maldosas e omissão são crimes que clamam pela vingança pública e pedem a punição dos responsáveis.

"O que podemos esperar é que o crescimento do setor público se dê num ritmo mais acelerado, de forma a aumentar a sua participação relativa no conjunto do sistema. A defesa do sistema público não deve ser confundida com a negação do setor privado, cuja existência não podemos dispensar" (DURHAM, 1989, p. 12).

DURHAM E SCHWARTZMAN (1989, p. 3) constata que *"a disputa entre educação pública e educação privada existe no Brasil desde pelo menos os anos 30, trazida da Europa. No seu contexto de origem, era uma disputa referida ao conteúdo da educação - a escola privada reivindicava, essencialmente, o direito à educação religiosa, enquanto que a escola pública deveria ser a instituição do ensino leigo. Havia na disputa um forte conteúdo social, uma vez que a educação privada tendia a se limitar a grupos socialmente mais privilegiados, enquanto a educação pública buscava ser universal e gratuita. No Brasil do final dos anos 80 e ao nível do ensino superior, esta polarização perdeu totalmente o sentido original. O ensino público é agora o setor mais elitizado".*

Hoje, o irresponsável e falido Estado Brasileiro se arroga o direito de controlar e fixar os percentuais de aumento das mensalidades escolares, esquecido de que ele próprio deu origem a esse estado de coisas.

"O sistema do governo de fixação das anuidades escolares através de índices homogêneos para todas as escolas é tecnicamente incompetente e termina por premiar as escolas de menor qualidade. Os índices

deveriam ser liberados..." (BRAGA, 1989, p. 37). É do conhecimento público o fato de que os índices de aumento somente acompanham a inflação por baixo.

Dadas as diversas circunstâncias que influem nesses fatos, inclusive a questão da economia de escala, parece-nos lícito observar que somente as escolas de um certo porte, de um tamanho médio para cima, conseguem um melhor equilíbrio financeiro. O que a realidade nos mostra é que as de menor porte costumam ser pobres, deficitárias e até mesmo economicamente inviáveis. É evidente que quem administra uma organização nessas condições não pode lançá-la na manutenção de programas pesados e caros; dará os passos conforme lho permitam as pernas, sob pena de total fracasso. O que esperar então do sistema de ensino superior brasileiro? Com a idade que possuem as instituições privadas (e grande parte delas são coetâneas), atingiram elas um grau de desenvolvimento e de crescimento além do qual dificilmente irão, a não ser que se reconheça a necessidade de se implementar um sistema de ensino de verdade, prestigiado, qualificado, subsidiado, controlado, avaliado.

2.5.1. - Nasce uma categoria intermediária

É evidente, e é pensamento unânime na literatura nacional, que as verbas governamentais somente deveriam ser distribuídas às escolas sem fins lucrativos e que, num processo sério de avaliação institucional, atingissem níveis de consistência tais que justificassem a apropriação do dinheiro público. Em outras palavras, o mais eficaz critério para a distribuição de verbas às instituições não governamentais de ensino estaria centrado na qualidade dos serviços que prestam, considerados os limites de cada qual.

A nova LDB (Projeto de Lei n. 1,258-C, de 1988) define em seu artigo 20, I, que as instituições são "*comunitárias, quando, criadas com ou sem a interveniência do poder público, são organizadas, mantidas e*

administradas por associações e fundações de caráter comunitário, cooperativas ou sindicatos e têm por objetivo o atendimento de necessidades educacionais da comunidade". Bem, com o surgimento dessa figura no panorama da educação brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988, ficou relativizada, em grande parte, a dicotomia do público e do privado. As universidades comunitárias são uma ponte de ligação entre as públicas e as privadas.

"A reivindicação mais viva, por parte das universidades comunitárias é que a União assegure, como no modelo japonês, um percentual fixo ao redor de 30% de seu orçamento anual" (BRAGA, 1989, p. 13). Logicamente, que com o subsídio oficial garantido, essas instituições de ensino superior se desenvolveriam melhor, teriam um desempenho mais competitivo, aumentando a eficiência do sistema.

Pergunta-se: *"Seria possível manter instituições de alto nível, com produção científica de qualidade, atendendo a uma população de baixa renda, com pesadas deficiências na escolarização anterior? Não seria o caso, em relação ao setor privado, de terminar com a prática do controle de preços e substituí-la por uma política de mercado desregulado, por um lado, e subsídio às iniciativas social, econômica e academicamente mais significativas, por outro?" (DURHAM e SCHWARTZMAN, 1989, p. 7).*

O controle indiscriminado dos preços das anuidades é absurdo e acintoso, ferindo a livre iniciativa e a própria autonomia universitária. Entre nós, que sabemos que a política de privatização do ensino superior teve o claro objetivo de *"abafar o nível de reivindicações por mais vagas e abafar a subversão dos que queriam mais escolas..." (BELCHIOR, 1980, p. 7),* é fácil concluir, também, que, negando-se o Governo a resolver os problemas do ensino superior federal, volta-se para o bode expiatório do ensino privado, submetendo-o a toda a sorte de privações. A política de controle dos preços tem variado muito: *"num momento, permite-se corrigir antigas defasagens, mas, no próximo, os reajustes são inferiores aos índices inflacionários. Esta dinâmica de instabilidade leva a sacrificar lucros, a ter prejuízos, a adotar soluções*

desonestas, a enganar..., a aumentar custos fictícios, a fechar cursos já controlados e a abrir outros ainda não submetidos ao controle de preços. É a própria balbúrdia institucionalizada, por um motivo simples: o controle fundamental é o padrão de ensino e não o de preços" (BELCHIOR, 1980, p. 8). Como desenvolver o financiamento de uma instituição, se sua principal fonte de recursos está sob o controle externo de pessoas que não vivenciam os problemas do seu dia-a-dia?

Outro ponto, que, amiúde, se encontra na literatura, é a afirmação de que *"as instituições particulares de ensino devem buscar os recursos de que necessitem junto a fontes privadas"*(MELLO E SOUZA, 1985, p. 123). Esta tese foi sustentada pelo Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior - GERES, do Ministério da Educação, portanto uma opinião que traduz muito do pensamento daquele órgão central. Ora, sustentar um argumento assim é desconhecer toda a história da educação brasileira, transformando-se tal posição em ingênua afirmação sem sentido. Vejamos: vincular o ensino privado unicamente às *"fontes privadas"* é condená-lo à morte, pois tais fontes simplesmente inexistem. A rede privada se mantém com a cobrança de mensalidades, ou seja, quase que exclusivamente às custas dos alunos e suas famílias. Entre nós, não existem outras *"fontes privadas"*, como doações de ex-alunos, generosidades de empresas ou coisas semelhantes, como ocorre em outros países. A pesquisa, que poderia gerar tecnologias, sendo os seus frutos comercializados no meio privado, é uma função universitária ainda utópica para a rede não oficial de ensino superior.

Mais do que evidente, *"faz-se necessário e premente o aporte de verbas públicas para determinadas IES particulares, cujo projeto educacional não se desenvolve pela lógica do lucro, mas procura se pautar pelo nível de excelência impresso em suas atividades e pelo compromisso com as expectativas sociais mais legítimas. Tal postura, segundo nossa concepção, significa imprimir um caráter público ao serviço realizado por essas IES."* (COELHO, 1987, p. 66).

Reforçando esta assertiva, **DEMerval SAVIANI** é de

parecer que o poder público não pode desconhecer o papel dessas instituições na absorção de matrículas e na formação de profissionais de nível superior, já que não há condições de desenvolverem suas atividades apenas com recursos provenientes das anuidades escolares (SAVIANI, 1979, p. 33).

2.5.2 - O que resta ao trabalhador-estudante?

Assim abordada a dinâmica intercorrente do "sistema" de ensino superior brasileiro que ainda confronta o público e o privado voltamos novamente nossa análise para alguns aspectos sócio-econômicos, considerando que toda essa imensa corrida para a universidade nada mais é do que a manifestação do desejo e das necessidades que têm as pessoas de se posicionar neste mundo, do modo mais favorável possível.

As classes subalternas, trabalhadoras, dedicam-se ao seu trabalho durante oito horas por dia, realisticamente matriculam-se em cursos secundários noturnos, pagando por eles, já que os cursos estaduais gratuitos funcionam, quase sempre, no período diurno. O paradoxo é flagrante: os mais pobres são os que mais desembolsam na aquisição dos seus estudos, enquanto as classes mais abonadas se beneficiam da gratuidade.

Acompanham esta situação uma infinidade de outras mazelas e desvantagens. Estudando o assunto, FREITAG (1980, p. 68) afirma que a opção por diferentes cursos (mais ou menos profissionalizantes) em nível médio e superior, não é uma livre opção, mas algo imposto pela condição de classe, uma vez que aos mais pobres estão reservados os cursos de menores chances profissionais (humanidades, letras, educação, administração), enquanto que aos mais bem situados na escala social, cabem os ramos de estudo de maior prestígio. Este fato não é de difícil constatação, pois os cursos mais nobres são ministrados durante o dia, exigem tempo integral de dedicação e impedem que as pessoas que neles ingressam possam trabalhar e estudar. O trabalhador-

estudante vê-se compelido ao trabalho e completamente limitado em relação a seu tempo; suas chances somente se abrem para os cursos noturnos, sem prestígio e que implicam em custos elevados.

A Reforma Universitária de 1968 pretendeu implantar no Brasil o modelo da universidade de pesquisa, pontificando a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. O que ocorreu a partir dali, todos sabemos: uma política fortemente privatizadora, um poderoso "*movimento de expansão, na direção do setor privado, dos estabelecimentos isolados, dos cursos de ciências sociais aplicadas e humanas*" (TRAMONTIN e BRAGA, 1991, p. 55), "*tão expressivo no período de 1965 a 1974, que as IES públicas absorviam, no final daquele período, pouco mais de 24% das matrículas*" (VAHL, 1980, p. 72).

Nesse clima, acentuaram-se algumas dicotomias: cursos nobres e populares, instituições de elite e de massa, carreiras tradicionais e modernas, cursos diurnos e noturnos, o público e o privado, a rede oficial e a rede particular, e assim por diante.

Como se vê, nos últimos vinte anos ocorreu uma inversão total no quadro, passando a rede federal a ser minoria e quase exceção à regra. A chamada rede privada não merece a execração pública que lhe votam alguns autores, pois no desenvolvimento da história do ensino superior, num país que não prima pela qualidade em quase nada, ela tem bem representado o seu papel e conseguido mudar radicalmente alguns panoramas ao seu redor. Pelo que se depreende da realidade educacional brasileira, as universidades e escolas isoladas não federais vieram para ficar e compõem hoje um quadro institucional que impõe somente acuradas críticas.

FREITAG (1980, p. 96) ao analisar a situação brasileira, afirma que: "*Explorando a motivação educacional e o desejo de ascensão das classes subalternas, os estabelecimentos particulares de ensino passaram a fazer da educação um negócio*", ministrando cursos de baixa qualidade e produtividade, justamente em áreas não prioritárias. Continua a autora, dizendo que os cursos oferecidos pela rede particular são facilitados, supérfluos,

ministrados em péssimas instalações e por professores mal preparados. Os alunos, "*mais interessados nos diplomas que nos conteúdos... preferem as carreiras consideradas fáceis...*" (idem). A rede privada vende um produto de má qualidade. Como consequência desse quadro, o egresso das escolas privadas é profissional medíocre, com chances menores e que nem sequer concorre com os egressos da rede oficial.

A rede privada, antagonizada perante uma rede oficial, assemelha-se à "*gata borralheira*" do conto de Grimm: foi gerada para cumprir uma função social inferior, atendendo aos pobres, prestando serviços em áreas superadas, tradicionais e incompatíveis com as prioridades do projeto desenvolvimentista, enquanto que a rede oficial, gozando de todos os privilégios, serve às camadas ricas da população, oferecendo serviços de qualidade e prestígio, compatíveis com a modernidade.

E prossegue a autora em sua análise: "*o ensino particular participa da solução da crise universitária, absorvendo os excedentes da rede oficial e proporcionando-lhes uma chance de adquirirem um título acadêmico...*" (FREITAG 1980, p. 116). "*Estes excedentes pertencem, em sua maior parte, às classes baixa e médio-baixa, ávidos por ascenderem na escala social e dispostos a qualquer sacrifício*" (idem), não passando as instituições privadas de meras "*fábricas de diplomas*" (MACEDO DE OLIVEIRA apud FREITAG, 1980, p. 116).

À luz dessa análise, a Universidade do Vale do Itajaí, objeto deste estudo, parece ser colocada como uma das peças desse quadro geral, desconfortável e periférico, absorvendo candidatos rejeitados pela rede oficial. Os rejeitos universitários pertencem às classes baixa e médio-baixa, que buscam na educação escolar uma forma de ascensão social. Como o aluno não faz o curso que quer, mas o que pode fazer, assim também a universidade não oferece todos os cursos que gostaria de oferecer, mas, tão somente, aqueles que seus limites lhe permitem, contingenciada que é pelos escassos recursos humanos e financeiros. O quadro de pobreza é individual e institucional.

Caracterizando-se ainda um pouco melhor essa situação, vamos levantar, mesmo que em breves linhas, a questão do privilégio que representa estudar na rede oficial de ensino, dada a proximidade dos temas: *"Abordando o problema dos privilégios dos estudantes das IES oficiais, em relação aos das IES particulares, RIBEIRO (1975, p. 141) observa que nas universidades mantidas exclusivamente ou em parte pelo Estado, o problema da democratização do ensino superior e o da seletividade devem ser claramente expressos. Nelas há investimentos de fundos públicos e apropriação individual deles, por uma minoria. O que justifica tal apropriação? Na prática, as famílias mais ricas proporcionam maiores vantagens para que seus filhos se apropriem das inversões públicas, representadas pelo custo da formação de cada egresso"* (VAHL, 1980, p. 64).

Os cursos noturnos têm uma nítida feição popular (VAHL, 1980, p. 66) e deles participam pelo menos 65% dos alunos brasileiros (TRAMONTIN e BRAGA, 1991, p. 56). SCHWARTZMAN (1991, p. 22), constata que os alunos que ingressam nas IFES são em larga escala provenientes dos estratos de renda mais elevados da sociedade brasileira... Tipicamente, o aluno das IFES é solteiro, tem menos de vinte anos de idade, fez o curso secundário em horário diurno e em estabelecimento privado e a maioria ainda fez cursinho pré-vestibular. Os pais têm elevado padrão de instrução e possuem alta renda familiar para os padrões brasileiros. É claro que existe também uma pequena parcela de estudantes que pode ser considerada pobre. Ela se localiza exatamente nos cursos de menor prestígio social (e de menor demanda) e geralmente em horário noturno. Desta forma, o sistema universitário público acentua ainda mais a má distribuição de renda no País, ao concentrar os investimentos educacionais para o nível superior numa população já privilegiada, e que, além disso, vai usufruir de estudos gratuitos, assegurados pela Constituição Federal.

2.6 - Educação é investimento

Ainda dentro desse quadro teórico assim desenhado, podemos acrescentar algumas idéias que embasam a questão da educação como investimento, uma vez que as pessoas das classes menos favorecidas e que buscam na educação uma saída, nada mais estão fazendo do que investir em seu futuro.

MELLO E SOUZA (1979, p. 115) garante que, no período anterior aos estudos de **THEODORE W. SCHULTZ** sobre o capital humano, "*a demanda por educação era vista como uma demanda por um bem de consumo e, portanto, função do nível de renda familiar, do preço pago pela educação, da preferência ou gostos*".

A apresentação da educação, não como um bem de consumo, mas como um investimento, descortinou um novo horizonte para muitas pessoas. A teoria do capital humano tem o mérito de considerar a educação como um investimento. Do ponto de vista de quem investe, há custos diretos com todo o processo educativo e custos outros que advêm da renda sacrificada, isto é, da renda que se deixa de auferir para se dedicar aos estudos, pois é certo que "*quem estuda não tem tempo para ganhar dinheiro*", como muito bem diz o ditado popular.

Todo o investimento é feito com a esperança do retorno, com lucro. No caso da educação superior, "*os benefícios seriam os acréscimos salariais esperados, atribuíveis a esse investimento*" (**MELLO E SOUZA**, 1979, p. 115), além, é claro, de se adquirir conhecimentos e habilidades ou de se obter credenciais.

As classes subalternas preferem o investimento em educação a outras inversões de caráter financeiro, mesmo porque não têm dinheiro para aplicar, na esperança de que isto venha a reverter, posteriormente, em seu benefício, provocando alguma melhora em suas posições sociais. O simples

consumo da educação por diletantismo e prazer está, praticamente, descartado nos nossos dias.

Os investimentos em educação trazem retornos individuais e coletivos. Os retornos individuais ou privados, consideram "*os custos e os benefícios derivados da educação em nível de indivíduo*" (CASTRO, 1991, p. 180). Afirma ainda **NANCY CAMPI DE CASTRO** que, autores estrangeiros (citados abaixo), especialmente americanos, estimam que as taxas de retorno privado em educação, estejam por volta de 10% sobre o investimento total, "*o que representa resultado significativamente alto, se comparado às taxas de retorno dos investimentos, por exemplo, em capital físico*" (idem). A educação superior, portanto, devidamente analisada, é, quase sempre, um alto negócio, tanto para os indivíduos, quanto para as organizações e para o estado.

O retorno social do investimento em educação, apesar da difícil mensurabilidade, é constatável nos benefícios e no desenvolvimento que aparecem na sociedade como um todo. Mesmo o retorno privado tem reinversões coletivas, já que a sociedade é formada de indivíduos e, dentro do princípio básico do liberalismo, melhorando-se os indivíduos, melhora-se a sociedade. Informa **CASTRO** (1991, p. 180), que autores como **WEISBROD, BLANG, HANSEN, DECKER E BOWMAN**, concluíram pela superioridade das taxas de retorno individual sobre as taxas sociais e que autores brasileiros, como **CASTRO** e **MELLO E SOUZA**, chegaram às mesmas conclusões, em favor das taxas privadas de retorno. Portanto, como justificar a gratuidade indiscriminada no ensino superior?

As classes menos favorecidas, ao buscar a educação, procuram as opções de menor custo, "*que pode ser reduzido com a escolha de escolas de menor qualidade e com a frequência a cursos noturnos. A escola noturna representa uma alternativa em que o custo deixa de ser a renda sacrificada e passa a ser o lazer sacrificado*" (**MELLO E SOUZA**, 1979, p. 121). Paradoxalmente, o aluno dos cursos diurnos da rede oficial e gratuita tem aumentado o seu retorno individual, já que investe pouco e lucra muito com o que recebe.

A educação é proclamada como um direito de todos e como um dever do estado e da família (art. 205, C.F.). O estado deve assumir o seu papel de coordenador do desenvolvimento social. Num país com grandes avanços no desenvolvimento social, os benefícios advindos da educação superior são mais individuais que sociais; nessas circunstâncias deve o aluno assumir a maior parte dos custos de sua educação, arcando com o peso do seu rendoso investimento. O estado, contudo, é claro, jamais fica liberado do seu dever constitucional de fiador co-responsável, juntamente com a família, da educação do cidadão. Há custos sociais, entretanto, que devem ser assumidos integral e totalmente pelo estado, pois não há sentido, por exemplo, em ter o aluno que assumir e bancar os investimentos feitos em prédios e equipamentos ou em pesquisa básica. Em outras palavras, uma universidade não pode ser financiada integralmente pelo aluno.

A universidade é uma instituição social, seja ela privada ou não, e necessita do apoio estatal, dada sua complexidade e a amplitude de suas metas e funções. O aluno deve ser responsabilizado pela parte que lhe toca e a sociedade, como um todo, deve assumir também sua parte. O aluno deve assumir sua cota de contribuição, pagando pelos serviços que lhe presta a universidade, quer seja ela privada ou não. Não há justificativa plausível para adotar-se a gratuidade total no ensino superior, de modo indiscriminado e abrangente, favorecendo os mais ricos às custas dos mais pobres. O usuário deve pagar pelos serviços que recebe, já que o País não nada em dinheiro e o investimento irracionalmente feito em um lado, implacavelmente fará falta em outro. Somente o aluno carente deve ser assistido pelo Estado, reembolsando, posteriormente, os benefícios recebidos, pois, se recebeu, terá como devolvê-los, depois.

Em países subdesenvolvidos ou terceiro-mundistas, em que o avanço social é extremamente limitado, deve o Estado empenhar-se de forma mais substancial do que o indivíduo na educação superior, sem, contudo, assumi-la paternalisticamente, custeando sozinho todas as despesas. Não há lógica nisso.

Entre nós, apesar de a União ter um papel supletivo na manutenção do ensino superior, é ela quem vem arcando com a maior parte das despesas das universidades públicas.

"O que se observa, entretanto, na prática, é que o Governo Federal atua como responsável pelo ensino superior chamado dispendioso, ou seja, os cursos de elevado custo" (VAHL, 1987, p. 42), enquanto somente um pequeno número de estados da Federação se preocupa em desenvolver e financiar o ensino superior com os próprios recursos. A observação deste autor é extremamente pertinente e lógica.

O desconhecimento dos dispositivos constitucionais determina este quadro, aliando-se a isto uma aguda falta de visão de muitos homens públicos e a inexistência de um sistema integrado de ensino em todos os níveis e de políticas que contemplem a educação como verdadeira prioridade e como investimento real. Uma vez que os recursos são escassos e muitas são as necessidades, há que se priorizá-las. Se, contudo, a priorização das necessidades segue critérios que não incluem a educação como ponto fundamental, então o que esperar de um país assim?

VAHL (1987, p. 45) estudando a atuação dos diferentes níveis de governo no financiamento do ensino superior no Brasil, deixa claro que *"é necessário que se tenha plena consciência de que a educação é dispendiosa. A verdade é que o desafio educacional é considerável"*, diz, e aponta situações em que os recursos educacionais são mal aplicados e mal geridos. Aliás, este é um ponto crucial na questão do financiamento: a otimização dos recursos disponíveis e o pleno aproveitamento de todas as condições que reúne uma instituição de ensino superior, segundo corrobora COSTA (1991, p. 233).

"Como decorrência direta da falta de recursos públicos para atender às exigências da expansão do ensino superior, abriu-se a oportunidade à iniciativa privada nessa área, uma vez que sua atuação nos demais níveis de ensino já é mais antiga" (VAHL, 1987, p. 49). A participação

da iniciativa privada na expansão do ensino superior brasileiro é destacada e fundamental. Sem esse estratagema, como teria o Governo podido desenvolver o ensino superior no País? Naturalmente que um sistema assim pensado apresenta sérias deficiências de qualidade, organização e de postura científica; isto, porém, ocorre no ensino superior como um todo, não sendo característica exclusiva do ensino privado.

No mundo competitivo em que vivemos, nada se obtém de graça, muito pelo contrário, busca-se tirar sempre alguma vantagem em tudo. A universidade não deve esmolar e suplicar por auxílios; deve, sim, oferecer vantajosas parcerias a quem dispõe de capital: o comércio, a indústria, as organizações de serviços. A esmola se dá ao miserável, àquele que não nos pode dar nada em troca e que nada pode produzir. A universidade tem muito a oferecer e a dar, em troca.

A doação generosa será sempre bem-vinda, não, porém, na forma de desprezível esmola, que humilha e desmoraliza. O que a moderna administração universitária tem a fazer é propor parcerias justas e inteligentes à sociedade organizada. Como não é missão da universidade fazer assistencialismos à pobreza, também não faz parte de sua índole ser paternalisticamente sustentada como uma inválida. A manutenção paternalista do Governo é um acinte à inteligência, à criatividade e à capacidade produtiva de uma universidade.

Se a universidade não se estruturar para buscar os recursos, onde quer que eles existam, nada conseguirá. Essa atividade é uma das funções da administração universitária, pecando por omissão e incompetência técnica quem dela não se utilizar.

3 - METODOLOGIA DO ESTUDO

3.1 - Caracterização da pesquisa

O presente estudo, a par de sua fundamentação teórica, que buscou embasar alguns pontos de vista e responder a algumas perguntas aqui levantadas, vem calcado, também, em duas pesquisas, a partir das quais se fazem algumas inferências. Deste modo, metodologicamente, assume ele a forma de um levantamento de dados e se concretiza numa visão particularizada da Universidade do Vale do Itajaí.

Ademais dessa característica básica, trata-se de um estudo descritivo-exploratório que busca, além do levantamento de uma situação, descrevê-la, conhecê-la e interpretá-la (RUDIO, 1983, p. 35). A descrição, o conhecimento e a interpretação da realidade da UNIVALI, quanto a sua política de financiamento, interessam não só à Instituição em si, mas a todas as demais instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina, que possuam estrutura semelhante.

Um estudo exploratório tem a característica básica de servir de apoio para estudos posteriores e a função de *“aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno que deseja investigar em estudo posterior...”* (SELLTIZ, 1974, p. 60).

No presente caso, procedeu-se a uma associação entre descrição e exploração, na tentativa de ampliar a visão sobre o problema em foco. *“Os estudos combinados descritivo-exploratórios são aqueles estudos exploratórios que procuram descrever completamente um determinado fenômeno”* (TRIPODI, 1975, p. 64).

Outra característica metodológica a se destacar nesta pesquisa é o fato de tratar-se de um estudo de caso, ou seja, de uma *“análise*

intensiva empreendida numa única organização real” (BRUYNE, 1982, p. 224). Isso mostra seu caráter não experimental, já que não se procedeu à manipulação de variáveis.

Como é próprio dessa metodologia, limitamo-nos ao estudo e à análise intensiva de uma única organização, relacionando o perfil sócio-econômico do aluno com a fixação da política de financiamento, convencido de que há uma relação estreita entre ambos. Desta forma assumiu também este estudo um certo caráter comparativo, dele se extraíndo algumas conclusões que podem vir a contribuir para o avanço dos estudos sobre o financiamento de instituições de ensino superior no Brasil. Evidentemente, um estudo de caso tem suas limitações e a *“generalização de um caso para uma classe de outros ou para todos os outros possíveis permanece submetida ao princípio da ‘validade transitória até novas informações’”* (BRUYNE, 1982, p. 227).

Finalmente, colocando-se este estudo numa perspectiva temporal, caracterizamo-lo como sincrônico, já que as variáveis comparadas (perfil sócio-econômico e política de financiamento) se referem a um período de tempo determinado (1989 a 1992), sem um processamento evolutivo no tempo. No dizer de RICHARDSON (1985, p. 94), fez-se aqui um corte transversal, coletando-se dados em um período determinado de tempo, baseando-se em uma amostra selecionada e objetivando-se descrever certa população naquele período específico.

3.2 - Perguntas de Pesquisa

Secundando a indagação chave desta pesquisa e formando o conjunto que garante a resposta àquela questão, formularam-se algumas perguntas de pesquisa, com base nas quais se desenvolveu o estudo:

- 1 - Quais são as características do perfil sócio-econômico do estudante universitário da UNIVALI?

2 - Quais são as características da política de financiamento adotada pela UNIVALI?

3 - Que relação existe entre o perfil sócio-econômico do estudante universitário e a política de financiamento da UNIVALI?

3.3 - Definição de termos e variáveis

1 - *ASCENSÃO SOCIAL*: é um dos tipos de mobilidade social. Consiste na elevação praticada por indivíduos ou grupos na escala social. Ascende-se socialmente pela acumulação de riquezas, por promoção, investidura, usurpação, apropriação ou pela aquisição de prestígio. (SANTOS, 1978, p. 32).

2 - *CLASSE SOCIAL*: camada social ou estrato não hereditário, cujos membros se consideram socialmente iguais em virtude de semelhanças de nível econômico, profissional e educacional e, ainda, atitudes morais, afiliação política e religiosa, localização de certas áreas residenciais, qualidade e quantidade do consumo simbólico, sucesso profissional, etc. (DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA, GLOBO, 1969, p. 67).

3 - *PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO*: é um delineamento coletivo de traços que traduzem e revelam os comportamentos e níveis sociais e econômicos de indivíduos ou grupos. O perfil sócio-econômico surge sobre parâmetros como: residência, salário, situação econômico-financeira, profissão, propriedades, hábitos, renda, etc.

4 - *FINANCIAMENTO*: é a maneira pela qual se provêm os fundos necessários para cobrir os gastos envolvidos na atividade universitária, quais sejam, sua administração, as remunerações, o custo da docência, da pesquisa e da extensão e correlatos (VAHL, 1991, p. 125).

5 - *MANUTENÇÃO*: é o resultado de um conjunto de

atividades e ações administrativas capazes de propiciar a uma organização a consecução de suas finalidades, fazendo-a funcionar e se desenvolver.

6 - *IES PARTICULAR*: entende-se por IES particular neste trabalho, toda a instituição de ensino superior que não seja totalmente mantida pela União ou Estado, isto é, aquela instituição que necessita cobrar mensalidades escolares para se manter.

7 - *MENSALIDADE ESCOLAR*: é a contraprestação pecuniária paga pelo aluno, pelos serviços educacionais postos à sua disposição pela escola, em razão do vínculo constituído pela matrícula.

3.4 - Delimitação da pesquisa

3.4.1 - Abrangência dos dados

A presente pesquisa deter-se-á sobre dados referentes aos anos de 1989, quando foi criada a Universidade do Vale do Itajaí, até 1992. Trata-se de uma análise de dados que revelam o perfil sócio-econômico do aluno que frequenta a Instituição. Num segundo momento, serão estes dados relacionados com todo o esforço de manutenção da universidade, isto é, com a política específica de financiamento.

3.4.2 - Delineamento da pesquisa

O estudo aqui desenvolvido assumiu a forma de um levantamento de dados, concretizando-se, afinal, numa visão particularizada da UNIVALI, de tal forma que se conseguiu levantar o perfil sócio-econômico do

seu aluno, bem como o nível de participação deste no financiamento da Instituição.

Tentou-se aqui estabelecer alguns fatores que limitam ou dificultam o financiamento de uma universidade que sobrevive, basicamente, da cobrança de mensalidades dos usuários de seus serviços.

3.5 - Dados: tipo, coleta e tratamento

3.5.1 - Tipo de dados, técnica de coleta e instrumentos de pesquisa

Os dados que embasam esta pesquisa são do tipo secundário, uma vez que foram colhidos em relatórios de pesquisas já existentes e disponíveis em dois levantamentos realizados no interior da Universidade do Vale do Itajaí. Outra fonte importante de dados foi a Divisão de Contabilidade da UNIVALI, de onde se extraiu informações que possibilitaram a detecção da política de financiamento daquela Instituição.

Duas pesquisas institucionais foram levadas a efeito na UNIVALI: uma no ano de 1989 e outra em 1992. Ambas buscaram levantar e traçar o perfil sócio-econômico do seu estudante universitário. A primeira pesquisa foi realizada pelo Centro de Estudos e Planejamento Administrativo do Vale do Itajaí - CEPAVI, que é um órgão vinculado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, onde estão os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação e Comércio Exterior. A segunda pesquisa aqui utilizada foi promovida e realizada pela Pró-Reitoria Comunitária.

O interesse nessas pesquisas, por parte da administração da UNIVALI, era, naturalmente, pragmático e não acadêmico: buscavam-se dados que iluminassem a prática administrativa. O traçado do perfil sócio-econômico

da clientela sempre foi tido, por quem dirige uma instituição, como algo relevante e como auxílio para a fixação de políticas. Mormente, numa instituição que sobrevive à base da cobrança de mensalidades, o conhecimento das potencialidades e dos limites da clientela é fundamental para o processo de tomada de decisão.

Os questionários utilizados nas pesquisas buscaram, além de uma identificação do acadêmico, o levantamento de dados significativos, que servissem para traçar-lhe um perfil sócio-econômico. Assim, configurou-se a situação escolar anterior ao ingresso na UNIVALI, a situação financeira e profissional do aluno propriamente dito e a de sua família. O conjunto de dados levantados permitiu algumas conclusões, como veremos oportunamente.

A pesquisa de 1989 promoveu um levantamento de informações específicas, junto a 2550 universitários. Os questionários foram aplicados a alunos de todos os cursos superiores que a UNIVALI mantinha na época, abrangendo 61,77% da comunidade estudantil, uma vez que o total de alunos matriculados nos cursos de nível superior era de 4128.

A tabulação e o tratamento dos dados daquela primeira pesquisa foram efetuados de duas formas: uma global, para toda a Universidade e outra por faculdade, dando uma visão macro e setorial da realidade sócio-econômica da clientela.

Os questionários foram aplicados em horário de aula, contando com a colaboração e o empenho de secretárias e professores. A dinâmica de aplicação dava tempo suficiente para a resposta, sendo as respostas recolhidas na mesma ocasião.

A pesquisa de 1992 teve os mesmos objetivos da anterior, sendo os questionários aplicados no mês de outubro daquele ano, seguindo-se, basicamente, os mesmos critérios utilizados na primeira, de modo a garantir-se a lisura e a fidedignidade que merece o rigor científico.

Responderam a essa pesquisa 4027 alunos, perfazendo um

total de 58,56% de um universo de 6877 acadêmicos matriculados no ensino superior, naquele ano.

3.5.2 - Tratamento dos dados

Os dados coletados em ambas as pesquisas foram devidamente registrados e anotados em fichários próprios. Após a tabulação, foram eles submetidos a tratamento estatístico, aplicando-se as técnicas descritivas necessárias à realização dos respectivos relatórios.

As tabelas e os gráficos foram conseguidos informaticamente, usando-se softwares adequados ao tratamento.

3.6 - Alguns limites da pesquisa

3.6.1 - Quanto à técnica e à coleta dos dados

A literatura sobre metodologia da pesquisa é farta em alertas sobre as limitações e os vieses que podem assolar o trabalho científico. Aliás, os limites da pesquisa são os limites do próprio homem. **RICHARDSON** (1985) e **BRUYNE** (1982) advertem os pesquisadores sobre as limitações inerentes a todas as técnicas e métodos de pesquisa. Mormente a pesquisa social está propícia a vir eivada de erros, capazes de comprometer seriamente os resultados.

Os dados secundários têm sempre algumas restrições quanto ao acesso e à confiabilidade das fontes de origem. Apesar do cuidado, zelo e capacidade de controle dos pesquisadores, alguns limites sempre se impõem.

O questionário possui as vantagens da uniformidade de apresentação das questões, do anonimato que descompromete as respostas e da facilidade da apuração e exame dos resultados. Pode, porém, haver desvios, causados por sua rigidez, além de equívocos na interpretação das perguntas.

Ambos os questionários continham perguntas abertas e fechadas; estas últimas com a finalidade de facilitar o preenchimento do instrumento e a agilização do processamento das informações obtidas. Neste particular, **RICHARDSON** (1985) aponta como limitação o fato de ficar o entrevistado tolhido em sua liberdade de optar por um amplo leque de respostas.

É de se destacar também o fato de que os dados foram colhidos em 1989, na primeira pesquisa, e em 1992, na segunda, ou seja, com intervalo de três anos. Neste período intermediário houve a implantação da Universidade do Vale do Itajaí, criando-se oito novos cursos de graduação e, portanto, abrindo-se a Instituição a uma clientela com perfil sócio-econômico potencialmente diferente da de até então. A rápida alteração da realidade da Instituição pode ter afetado, de alguma forma, os resultados obtidos.

3.6.2 - Quanto ao método

A presente pesquisa utilizou-se do método do estudo de caso, tentando obter uma visão aprofundada da UNIVALI, com relação às variáveis analisadas.

O estudo de caso, apesar das limitações, especialmente no que concerne à generalização dos resultados, "*proporciona uma avaliação em profundidade do comportamento organizacional*" (**CHAMPION**, 1985, p. 125). Aqui, em especial, aprofundou-se a análise do financiamento em uma instituição de ensino superior que, por possuir estrutura e problemas comuns a várias IES

do Estado de Santa Catarina, pode estabelecer alguns parâmetros para a administração universitária, com limites, é claro, dado o caráter particularizante do estudo.

4 - ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

4.1 - Perfil da organização em estudo

4.1.1 - O início: uma escola particular

Da **Escola Professor Flávio Ferrari**, fundada em Itajaí em 1949, surgiu, já no ano seguinte, a **Sociedade Professor Flávio Ferrari**, entidade civil, literária, que tinha por escopo a cultura moral, cívica, intelectual e física da comunidade itajaiense, principalmente da sua mocidade (art. 1º do Estatuto da SPFF).

Após alguns anos de funcionamento, tendo atingido a **Sociedade Professor Flávio Ferrari** os objetivos a que se propusera, instituiu-se, em 5 de novembro de 1962, a **SIES - Sociedade Itajaiense de Ensino Superior**, entidade que se destinava à difusão da instrução de nível universitário, no interior do Estado de Santa Catarina, especialmente no Município e Comarca de Itajaí, em todo o Vale do Itajaí-Açú e do Itajaí Mirim, e que previa o funcionamento de duas faculdades: a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Vale do Itajaí, sendo seu estatuto registrado em cartório somente em 16 de setembro de 1964, apesar de já existente desde 1962. Os primeiros cursos da SIES tiveram início em março de 1965.

Dadas as dificuldades de se encaminhar uma instituição particular de ensino superior e, em especial, conseguir-se a autorização e o reconhecimento dos cursos criados, junto aos Conselhos Estadual e Federal de

Educação, os dirigentes da SIES optaram por celebrar um Convênio com a Prefeitura Municipal de Itajaí, criando uma ficção jurídica, segundo a qual, para efeitos de apresentação diante daqueles Conselhos, os cursos ministrados pela SIES eram municipais e, portanto, públicos.

4.1.2 - A mudança: do privado ao público

Em consequência daquele convênio, foram as Faculdades de Ciências Jurídicas e de Filosofia, Ciências e Letras do Vale do Itajaí oficializadas como estabelecimentos de ensino superior municipais, pela Lei nº 599, de 22 de setembro de 1964; isto ocorreu uma semana depois, portanto, do registro do Estatuto da SIES, traduzindo a vocação nitidamente pública que deveria assumir aquele empreendimento educacional e a intenção claramente social de seus instituidores. Mesmo na condição de estabelecimentos municipais, exercia a SIES, com plena autonomia, a direção, tanto administrativa quanto técnica, de ambas as Faculdades.

Naquele mesmo dia, o Executivo Municipal exarou o Decreto nº 48-A/64, determinando que as escolas superiores seriam, de aí em diante, autarquias municipais, consideradas de direito público, com função técnica desmembrada da administração municipal e tutelada por esta, continuando, entretanto, sua direção nas mãos da SIES, que era uma sociedade civil de direito privado. Como se vê, já pelas raízes históricas, desde o início, existe uma contradição consorciada do público e do privado. O decreto do Prefeito Municipal foi, em verdade, um golpe fatal na SIES, pois pelo convênio celebrado com a Prefeitura, deveria esta "devolver" as faculdades e seu patrimônio a seus donos, assim que fossem legalizadas perante os Conselhos Estadual e Federal de Educação; tal devolução, porém, não se realizou.

Devido à insustentável situação assim criada, em torno da figura jurídica de que se deveria revestir o novo empreendimento educacional, em 28 de março de 1968 foi publicada a Lei nº 857, a qual revogou todos os dispositivos existentes sobre a SIES e suas faculdades, declarando inexistente qualquer compromisso entre a Prefeitura Municipal de Itajaí e aquela Instituição. Já a esta altura corria no Fórum de Itajaí ação judicial da SIES contra a PMI, tentando reaver suas faculdades. A sentença final deu ganho de causa ao poder público municipal no ano de 1969.

Foi criada, em virtude de tal situação, uma Comissão Especial, composta de seis membros, desdobrada em duas Juntas Governativas, uma para cada Faculdade, cabendo àquela Comissão promover as medidas que se fizessem necessárias à regularização, funcionamento, reconhecimento, administração e direção das Faculdades existentes.

Com a Lei nº 892, de 25 de outubro de 1968, o Município fortaleceu muito sua posição, criando a **Autarquia Municipal de Educação e Cultura da Cidade de Itajaí - AMECCI**, desvinculando-a totalmente da SIES, pois, agora, as faculdades já eram dirigidas pelos próprios professores, sem interferências externas daquela sociedade, constando o estatuto da AMECCI de uma carta outorgada pelo Executivo Municipal, em 12 de novembro de 1968, através do Decreto nº 278/68.

4.1.3 - Novos caminhos: o consórcio público/privado

Num passo jurídico a mais, a Autarquia Municipal de Educação e Cultura da Cidade de Itajaí transformou-se em fundação, figura jurídica mais conveniente e mais adequada à sua realidade, nascendo, então, a

Fundação de Ensino do Pólo Geo-Educacional do Vale do Itajaí - FEPEVI, pela Lei nº 1047, de 11 de novembro de 1970. Com a extinção da autarquia e a criação da fundação, pensava a prefeitura municipal estar se livrando de um pesado e incômodo fardo que assumira no calor dos embates políticos. Chamara a si a responsabilidade de organizar, conduzir e manter um estabelecimento de ensino superior, talvez não consciente do que isto significasse. Ao perceber, porém, todo o alcance, principalmente financeiro, do que assumira, tão rapidamente como o tomou, desfez-se do compromisso, alterando juridicamente a forma de que revestira o empreendimento: de autarquia para fundação.

Não há, porém, como apagar-se o caráter nitidamente público que assumiu o ensino superior de Itajaí, com sua assunção pela prefeitura, e a vinculação intrínseca que tem com o poder público municipal. Uma instituição criada por lei não tem como esconder sua face pública. Hoje a UNIVALI é uma fundação pública de direito privado, ou seja, uma órfã com pais vivos e já acostumada a essa situação de autonomia e não interferência do poder público municipal. Ao mesmo tempo em que se apresenta como uma rejeitada órfã, é ela intensamente cobiçada e desejada pelos políticos que compõem o poder público municipal, ávidos de deitar as mãos em algo que lhes amplie o prestígio. Dela, porém, só querem as benesses, não lhes interessando, de maneira alguma, o compromisso de sustentá-la e desenvolvê-la.

Pelos decretos presidenciais nº 69.799, de 9 de setembro de 1971 e 71.650, de 2 de janeiro de 1973, foram reconhecidas a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Vale do Itajaí. Inicialmente, com elas, foram reconhecidos cinco cursos superiores.

Em 1978, foram autorizados a funcionar os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, sendo criada a Faculdade de Ciências Administrativas, Econômicas e Contábeis do Vale do Itajaí. Dois anos após, em 1980, foi criada a Faculdade de Enfermagem e

Obstetrícia do Vale do Itajaí e, em 1987, a Faculdade de Psicologia do Vale do Itajaí.

4.1.4 - Um salto qualitativo: a universidade

Chegados a esse ponto, começou a amadurecer internamente a idéia e a necessidade de se transformar a FEPEVI, que mantinha então cursos e estabelecimentos isolados, em uma universidade. Foram encaminhados os devidos estudos internos e preparada toda a estrutura para a implantação definitiva da universidade. Um dos passos decisivos dado foi a implantação de uma estrutura pré-universitária, que se consolidou por meio das **Faculdades Integradas do Litoral Catarinense - FILCAT**. A integração das faculdades gerou uma expectativa favorável e um clima institucional positivo para a criação da UNIVALI, estabelecendo-se toda uma estrutura, como se se tratasse, efetivamente, de uma universidade. Isto possibilitou ajustes, discussões e políticas de tratamento de todo o conjunto.

Já no ano de 1986 foi nomeada e constituída uma comissão responsável pela elaboração da Carta Consulta, visando planejar e conduzir o processo de criação e reconhecimento da **Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI**. Daí em diante processaram-se as necessárias ações internas e externas para a conquista dos objetivos estabelecidos e já queridos coletivamente. A Carta Consulta foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação, pelo Parecer nº 820, de 3 de dezembro de 1986, iniciando-se o processo de visitas de acompanhamento em março de 1987 e encerrando-se o relatório final em janeiro de 1989. Logo a seguir foi a Universidade do Vale do Itajaí reconhecida pelo Ministério da Educação. Com isto chegou ela à figura jurídica que hoje tem: **Fundação Universidade do Vale do Itajaí**. Como se

pode notar por estas referências históricas, a evolução da UNIVALI foi rápida e constante, promovendo os passos necessários ao avanço da Instituição.

4.1.5 - Implantando a Universidade

Hoje, a Universidade do Vale do Itajaí oferece 28 cursos de graduação, conforme o quadro a seguir:

CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS PELA UNIVALI

CAMPUS I - ITAJAÍ

CURSOS	VAGAS	TURNO	AUTORIZ	RECONHEC.
Administração	55	Matutino		P. 023/82
Administração	50	Noturno		P. 023/82
Ciências Contábeis	50	Matutino		P. 023/82
Ciências Contábeis	50	Noturno		P. 023/82
Ciências da Computação	50	Noturno	R. 05/89	
Ciências do 1 Grau	50	Noturno	R. 06/91	
Ciências Econômicas	50	Noturno		P. 023/82
Comércio Exterior	60	Noturno	R. 08/90	
Com. Soc. - Jornalismo	40	Noturno	R. 11/90	
Direito	100	Matutino		D69799/7
Direito	50	Noturno		D69799/7
Enfermag. e Obstetria	60	Integral		P. 276/84
Estudos Sociais	60	Noturno		D79739/7
Farmácia e Bioquímica	30	Integral	R. 02/92	
Fonoaudiologia	50	Integral	R. 08/90	
Geografia	50	Noturno		D71650/7
História	60	Noturno		D71650/7
Letras	60	Noturno		D71650/7
Odontologia	35	Integral	R. 05/89	P. 272/94
Pedagogia	100	Noturno		D71650/7
Psicologia	40	Vespertino		P. 053/89

CAMPUS II - BALNEÁRIO CAMBORIÚ

CURSO	VAGAS	TURNO	AUTORIZ	RECONHEC.
Turismo e Hotelaria	50	Noturno	R. 05/89	

CAMPUS III - TIJUCAS

CURSO	VAGAS	TURNO	AUTORIZ	RECONHEC.
Pedagogia	50	Noturno		D71650/7

CAMPUS IV - BIGUAÇÚ

CURSO	VAGAS	TURNO	AUTORIZ	RECONHEC.
Administração	50	Noturno		P. 023/82
Ciências Contábeis	50	Noturno		P. 023/82
Ciências da Computação	30	Noturno	R. 05/89	
Direito	50	Noturno		D69799/7
Direito	50	Matutino		D69799/7

CAMPUS V - PENHA

CURSO	VAGAS	TURNO	AUTORIZ	RECONHEC.
Oceanografia	30	Integral	R. 01/92	

4.1.6 - Uma Universidade multi-campi

A UNIVALI se estrutura fisicamente como uma universidade multi-campi, atuando em cinco municípios diferentes. Por tratar-se de uma instituição de direito privado e que, portanto, deve prover o seu sustento e preocupar-se seriamente com a posição de sua clientela no mercado, decidiu-se ela a percorrer esses caminhos. A implantação dos diversos campi, nas diversas cidades, obedeceu, rigorosamente aos limites estabelecidos para o Sub-Distrito Geoeducacional 34/1, que interliga a região de Itajaí à Grande-Florianópolis. O Estado de Santa Catarina constitui-se, todo ele, no Distrito Geoeducacional 34, tendo sido dividido em vários Subdistritos.

A ocupação territorial procedida pela UNIVALI manifesta a sua preocupação com a qualidade do serviço que quer prestar e com a potencialidade do mercado que pretende abranger como empreendimento educacional e como organização.

O Campus 1 de Itajaí oferece 22 cursos de graduação e a principal estrutura administrativa da UNIVALI, constituindo-se no Campus Sede da Universidade.

A cidade de Balneário Camboriú abriga o Campus 2, mantendo-se ali um curso de graduação em Turismo e Hotelaria, atendendo-se à vocação turística da cidade e da região.

O Campus 3 está na cidade de Tijucas, onde se inicia um trabalho de implantação do ensino superior que virá atender a toda a região do Rio Tijucas de onde, tradicionalmente, provém um significativo contingente de jovens para a UNIVALI.

O Campus 4 situa-se em Biguaçu e possui a maior estrutura física fora da sede já montada pela UNIVALI; ali funcionam três faculdades, sendo oferecidos quatro cursos de graduação e alguns de pós-graduação, em nível de especialização. Grande parte dos alunos da UNIVALI provém da Grande-Florianópolis. A extensão da Universidade nessa direção atende a necessidades de mercado e a constantes apelos da comunidade.

No município de Penha (Armação do Itapocorói) está o Campus 5 da UNIVALI, situando-se à beira-mar, abriga a Faculdade de Ciências do Mar que, hoje, oferece o curso de Oceanografia. Constituiu-se já ali uma nascente e sólida base de pesquisas marinhas, oferecendo toda a infraestrutura para a parte prática do curso.

O Campus 6, em Ilhota, numa área de 600 mil metros quadrados, está sendo preparado para oferecer cursos e serviços na área das ciências agro-veterinárias, funcionando ali já alguns projetos de pesquisa em convênio com a EPAGRI.

4.1.7 - Outros níveis e funções

A UNIVALI, em nível de pós-graduação, *lato sensu*, oferece, de modo permanente, cerca de 25 cursos, possuindo aproximadamente 1000 alunos nessa área. A criação de programas de pós-graduação, *stricto sensu*, é objeto de estudos no interior da Universidade, podendo, ainda, eventualmente, vir a constituir-se uma pró-reitoria específica para a pesquisa e para a pós-graduação, uma vez que são funções propriamente ditas da universidade e que devem ter o devido destaque. Este deve ser o caminho natural para os próximos anos, nessa fase de consolidação da Instituição.

Dentre os diversos órgãos suplementares de que dispõe a UNIVALI, um é o Colégio de Aplicação. Nele estudam, aproximadamente, 1800 alunos, oferecendo-se ali o maternal, a pré-escola, cursos de primeiro e segundo graus e supletivos. A criação do Colégio de Aplicação da UNIVALI - CAU obedeceu à política de implantação de uma estrutura que fosse capaz de acolher e de manter uma criança e um jovem num mesmo estabelecimento durante todo seu tempo de estudos. Há pessoas que, tendo se iniciado na pré-escola do CAU, já terminaram seu curso de pós-graduação dentro da própria UNIVALI, graças a essa estrutura.

A Universidade do Vale do Itajaí foi concebida como uma universidade essencialmente voltada para a comunidade. Assim sendo, em sua estrutura de pró-reitorias, há uma que se destaca: a Pró-Reitoria Comunitária, a qual gerencia todo o trabalho de extensão que é desenvolvido dentro da UNIVALI, promovendo a cultura e provendo o atendimento à sociedade.

Essa relação com a comunidade é altamente relevante para os fins e funções organizacionais da Universidade, pois é uma porta de entrada e de escoamento, constituindo-se como uma via de mão dupla que, ao mesmo

tempo em que traz a comunidade para dentro da instituição, torna-se um canal de comunicação capaz de levar a ela os benefícios gerados no interior da mesma.

A extensão se processa em cada unidade, setor, núcleo e instituto, abrangendo as mais diversas áreas. Os estágios curriculares transformam-se em importante ocasião de se exercer a função da extensão dentro da universidade, sendo um caminho natural de contato entre a produção que se realiza nas unidades e cursos e a sociedade externa.

Por diversos fatores a UNIVALI não é uma universidade de pesquisas. A condição de instituição de direito privado torna a pesquisa quase que proibitiva, não havendo suporte financeiro para tal. Além disso, a história da instituição sempre privilegiou o ensino e, jamais, a pesquisa, sendo uma história curta e aderente às condições de penúria financeira e intelectual que envolvem a maior parte das instituições privadas de ensino superior em nosso país. A implantação da pesquisa exige um longo caminho e uma tradição de investimentos e de trabalhos nessa área. Após sua transformação em universidade a UNIVALI começou a despertar para o lado da pesquisa, iniciando seus primeiros passos nessa direção. Há uma Coordenação de Pesquisa, que centraliza e gerencia todos os projetos, que, aos poucos, vão se somando e formando um importante lastro de sustentação de toda uma construção científica do saber. Nesse campo, a Universidade tem um longo caminho a percorrer.

4.1.8 - Ingresso e expansão do corpo discente e docente

O ingresso de alunos na UNIVALI se dá pelo preenchimento de aproximadamente 1550 vagas semestrais, nos concursos vestibulares, organizados unificadamente pela Associação Catarinense das Fundações

Educacionais - ACAFE. A procura pelos cursos oferecidos pela UNIVALI vêm crescendo ano a ano, obrigando a Instituição a construir mais e a equipar-se melhor.

A Universidade do Vale do Itajaí foi planejada para abrigar entre quinze e vinte mil alunos, estando já na casa dos doze mil estudantes. Nessa fase inicial de implantação e de consolidação institucional, os problemas se acumulam e se avolumam, exigindo da administração rapidez e certeza nas decisões. Com o constante aumento no contingente de alunos, novas instalações e equipamentos são necessários, demandando da instituição recursos de grande monta, criatividade e agilidade administrativas.

O quadro de professores da UNIVALI é de 438 profissionais, sendo esse número acrescido a cada semestre, dadas as proporções que paulatinamente assumem os diversos campi e as necessidades criadas com a instalação de novas turmas. A estabilização desse quadro virá com a consolidação final dos cursos, e com a consagração definitiva de um plano de carreira docente. No estágio atual de evolução da Instituição, o que se observa é a dinâmica do crescimento e o afã de implementarem-se, rapidamente, novos cursos, laboratórios, e construções de grande porte.

Outra percepção que se desenvolveu muito agudamente na Universidade do Vale do Itajaí foi a de que ela somente se tornará uma instituição eficiente, eficaz e efetiva se trabalhar e desenvolver seus recursos humanos. A capacitação de seu pessoal é hoje uma das prioridades institucionais. A UNIVALI vem mantendo um número constante, em torno de oitenta professores, afastados para cursar mestrados e doutorados, investindo, de seus próprios recursos, cerca de trinta mil reais mensais em auxílio à capacitação desses professores. Pelo fato de possuir em seus quadros um número muito reduzido de professores somente graduados, a UNIVALI conquistou a vigésima oitava posição nacional, quanto ao Índice de Capacitação do Corpo Docente (ICCD), periodicamente atribuído pelo MEC a todas as

universidades brasileiras.

4.1.9 - Orçamento e crescimento

A Universidade do Vale do Itajaí é uma instituição que dispõe de um orçamento modesto, se o compararmos com o de outras instituições de ensino superior públicas ou até privadas. O orçamento anual da UNIVALI gira em torno de dez milhões de reais, servindo tão somente para cobrir as despesas ordinárias de pessoal, de manutenção e de investimentos em imobilizações. O crescimento que experimenta a Instituição, neste momento, custa-lhe o sacrifício de inúmeras funções e serviços, tornando árdua a tarefa de seu administrador, que se vê obrigado a gerir carências.

A dependência quase que exclusiva da cobrança de mensalidades e a ausência de condições de disputar fatias de recursos na área privada, são fatores condicionantes e limitadores da expansão quantitativa e qualitativa de uma instituição.

Dado o acentuado crescimento que vem experimentando nos últimos anos, passou a UNIVALI a adotar, políticas agressivas de informatização, ampliando significativamente o número e o porte dos computadores e passando a informatizar todo o setor administrativo e acadêmico. Mesmo longe do ideal nesse setor, a UNIVALI investe cerca de duzentos mil reais por ano em equipamentos e serviços de informática, percebendo ser impossível administrar sem modernizar.

4.1.10 - O estilo de gestão

Ainda procedendo a uma apresentação da Universidade do Vale do Itajaí e descrevendo algumas de suas características, de modo a tornar mais fácil a compreensão quanto à realidade que cerca a instituição objeto deste estudo, temos a considerar que, mesmo sendo pública por origem, pois foi criada por lei municipal, caracteriza-se, juridicamente, em seu estatuto, como uma instituição de direito privado, já que o poder público que a instituiu não a mantém. Essa caracterização privatista a que se condicionou historicamente a UNIVALI, acrescenta detalhes e matizes que modificam significativamente o quadro jurídico no qual se emoldura a Instituição

A decorrência direta disto é o fato de a UNIVALI ver-se forçada a adotar, efetivamente, um modelo de gestão mais privado do que público e um modelo de escrituração contábil do tipo mercantil, empresarial ou privado, sem empenhos, orçamento cativo ou cláusulas herméticas. Inegavelmente, a gerência de uma universidade nesses moldes torna-se mais ágil, se comparada com a dos modelos autárquicos ou de outras figuras da gestão pública. Talvez nisto resida a fórmula do seu sucesso e a possibilidade de se tornar viável como instituição de ensino superior, mesmo submetida a severas condições de privação financeira e de limitação orçamentária.

A administração universitária, quando exercida dentro dos cânones privados, assemelha-se em muito à administração doméstica. Essa atitude, porém, condiciona de tal forma o processo administrativo e decisório que torna a política de financiamento da Instituição completamente *sui generis*, altamente personalizada e até personalista.

A Universidade do Vale do Itajaí goza, efetivamente, de total autonomia financeira, dispondo seus colegiados e sua administração de amplos e totais poderes para o uso, bom ou mau dos seus recursos. A

administração pública se ressentir de um modelo assim, sendo vítima da centralização, da ineficiência e da falta de autonomia. Disso, pelo menos, a UNIVALI não pode se queixar.

Até este momento, a UNIVALI tem se desenvolvido alheia a qualquer processo rigoroso de planejamento estratégico, agindo de modo informal nesta área. A política de financiamento é ditada diretamente pelo dirigente maior, sem maiores compromissos com o seguimento de qualquer modelo teórico ou formal de administração universitária. O dinheiro arrecadado no mês, uma vez saldados os compromissos de praxe, é de livre aplicação, ficando a critério do dirigente a priorização das obras e tarefas a serem financiadas, tal qual se faz em uma empresa privada. Conforme forem surgindo as necessidades, vão elas sendo atendidas, processando-se as compras de materiais diversos e de equipamentos, autorizando-se afastamentos de pessoal, contratando-se obras e aplicando-se financeiramente os saldos. Não há processos complicados a vencer. As verbas de origem pública recebem o tratamento devido, procedendo-se regularmente à prestação de contas, de acordo com as exigências específicas de cada órgão.

Para melhor caracterizar-se a Universidade do Vale do Itajaí, há que se destacar seus componentes verdadeiramente públicos, para entender-se o contexto jurídico-financeiro no qual ela se configura. A UNIVALI é uma universidade comunitária, que não possui donos ou sócios. Todos os que nela trabalham são empregados da Fundação Universidade do Vale do Itajaí, pessoa jurídica tida como fundação pública de direito privado, sendo regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Por todo o seu aparato estatutário, a UNIVALI enquadra-se no preceito constitucional insculpido no artigo 213 da Carta Magna de 1988. É uma instituição sem fins lucrativos, com filantropia e utilidade pública declaradas em todos os níveis e que aplica seus excedentes financeiros exclusivamente nos fins para os quais foi instituída, não provendo seus

dirigentes de dividendos ou quaisquer outras vantagens deste tipo. Está solidamente assegurada em seu Estatuto a destinação de seu patrimônio ao poder público municipal, no caso de encerramento de suas atividades.

Com o surgimento da figura constitucional da "*Escola Comunitária*" (art. 213, C.F.), quebrou-se o dualismo que separava as escolas, unicamente em públicas e privadas, criando-se um *tertius genus* de instituições, que concentram em si algumas características especiais.

"O conceito de pública, aplicado às universidades comunitárias, não é jurídico, mas sociológico" (TRAMONTIN e BRAGA, 1988, p. 18). Em verdade a UNIVALI é uma *"entidade pública, e com existência a serviço do povo"* (ibidem).

Dos mesmos autores é a enumeração das características das instituições de ensino superior comunitárias:

"a) a instituição mantenedora não está subordinada a nenhum (sic) grupo de interesse empresarial de pessoa física ou de grupos, mas unicamente a um objetivo social.

b) seus bens não são propriedade de ninguém (sic) em particular, não são transmitidos por herança e têm uma profunda vinculação com a região ou com um amplo contingente da população.

c) a evidência de que a instituição não tem dono aparece, entre outras, na rotatividade dos cargos de direção da universidade.

d) o controle e a participação do poder estão com amplos segmentos da sociedade civil, através de suas organizações mais representativas. " (ibidem).

Preceitua a Constituição Federal, no caput do seu artigo 213 que *"os recursos públicos serão destinados às escolas públicas..."*. Uma instituição é pública, quando expressa os interesses da sociedade, de tal modo que estes sejam hegemônicos na sua dinâmica; é o que afirmam TRAMONTIN e BRAGA (1988, p. 18). E continuam: *"Não é esta a situação de um grande número de universidades federais, por exemplo. Estas IES são chamadas de públicas apenas porque são mantidas financeiramente pelo Estado. Em verdade estão profundamente distanciadas dos processos sócio-culturais e, conseqüentemente, da sociedade como um todo; tornaram-se, nesta medida, incapazes de representar os interesses coletivos ou, dito de outra forma, caracterizar-se como instância pública"* (TRAMONTIN e BRAGA, 1988, p. 18).

Estes autores expressam a luta de todo um contingente de instituições, a qual recrudesceu, especialmente no período da Constituinte, mobilizando a sociedade em favor da tese de que o poder público deve participar ativamente no financiamento das "escolas comunitárias", como caracterizadas acima. As instituições que conseguiram o benefício formam um grupo fechado, o que macula significativamente tal iniciativa. Por se enclausurarem, o movimento dessas escolas tornou-se casuísta, vindo as medidas legais a satisfazer exclusivamente os seus interesses, sem se pensar no todo. Se houvesse preocupação com todo o sistema de ensino superior (o que efetivamente não existe), haveria uma distribuição dos recursos de forma mais equitativa.

A figura jurídica e sociológica da universidade comunitária, portanto, existe e a Universidade do Vale do Itajaí nela se enquadra perfeitamente

4.2 - Identificação da clientela

Inicialmente, faremos uma análise dos dados referentes à identificação do aluno. A amostra efetuada em 1989 revelou que 56.59% dos alunos da UNIVALI eram do sexo feminino, contra 43.41% do sexo masculino. Havia naquele ano uma diferença de 13.18% em favor das mulheres. O levantamento de 1992 mostrou um aumento significativo da procura feminina pelos cursos da UNIVALI: 59.1% contra 40.2%. A diferença a favor das mulheres subiu de 13.18% para 18.9%.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DA UNIVALI POR SEXO 1989-1992

SEXO / ANO	1989	1992
MASCULINO	43.41	40.9
FEMININO	56.59	59.1

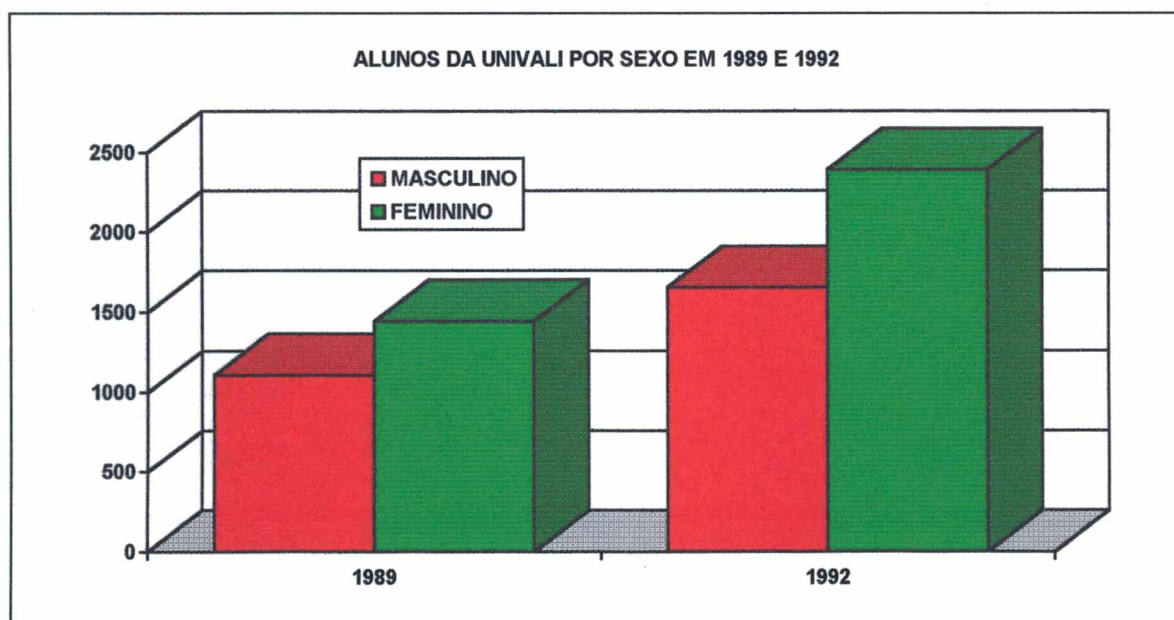
Fonte: Dados primários coletados em 1989 e 1992

A mulher constitui o maior contingente da população universitária, revelando sua disposição definitiva de ombrear com o homem em muitas tarefas, até agora tradicionalmente masculinas, bem como conquistar seu lugar ao sol, numa sociedade onde, tradicionalmente, o homem ocupa as posições de destaque.

Foi possível apurar, ainda, que há mais alunos de nível superior casados do que alunas casadas, talvez pelas dificuldades naturais do casamento, que obrigam a mulher aos trabalhos domésticos e à criação dos filhos. Alia-se a isto o fato de o salário da mulher, de um modo geral, ser inferior ao do homem, o que a torna injustiçada. Daí se pode inferir que os homens, mesmo os já casados, tenham mais facilidade que suas esposas para sair de casa e freqüentar a universidade noturna.

Em 1989, 66% dos acadêmicos que recebiam de um a três salários mínimos mensais eram mulheres. Com salários baixos, as acadêmicas têm dificuldades para se manter numa instituição paga.

GRÁFICO 1 - ALUNOS DA UNIVALI POR SEXO - 1989 e 1992



Fonte: Dados primários coletados em 1989 e 1992

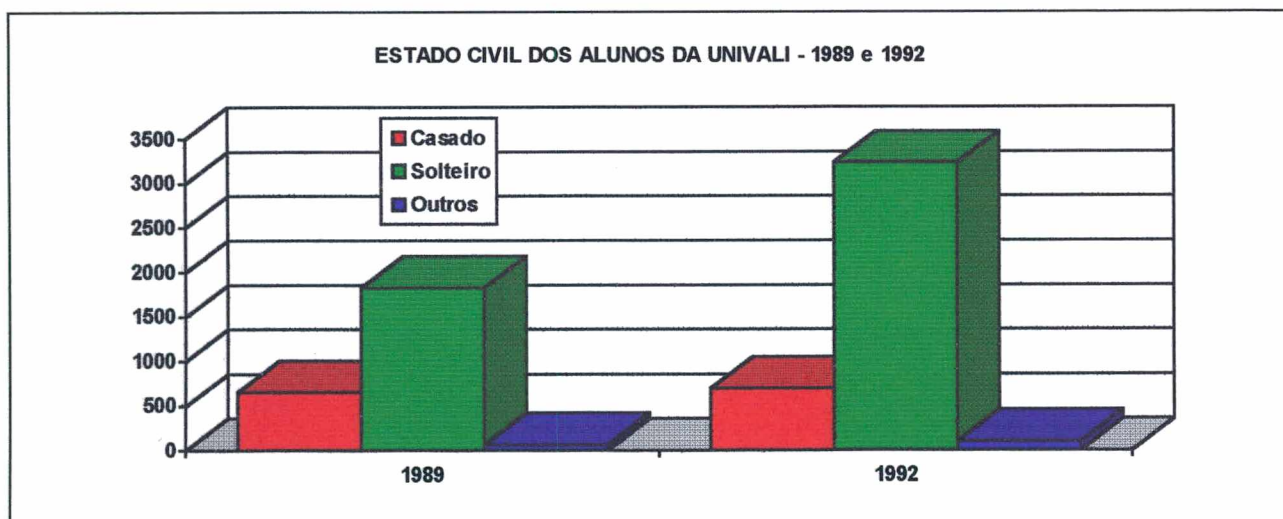
TABELA 2 - ESTADO CIVIL DOS ALUNOS DA UNIVALI

ESTADO CIVIL/ANO	1989	1992
SOLTEIROS	71.65	80.2
CASADOS	25.65	17.3
OUTROS	2.07	2.5

Fonte: Dados primários coletados em 1989 e 1992

Além dos dados observados acima, o estado civil em geral é também dado revelador do perfil do alunado da UNIVALI. O número de alunos solteiros, que em 1989 atingia 71.65%, subiu para 80.2%, deixando bem à mostra em todo o conjunto as características desse grupo, com consequências diretas no trato administrativo da Universidade. Ao mesmo tempo, caiu o número de alunos casados de 25.65% para 17,3% do total. Isto pode nos querer dizer que o perfil do universitário da UNIVALI vem se ajustando ao perfil típico das universidades federais que, como é de comum observação, compõe-se de alunos solteiros e de pouca idade.

GRÁFICO 2 - ESTADO CIVIL DOS ALUNOS DA UNIVALI - 1989 e 1992



Fonte: Dados primários coletados em 1989 e 1992

Os números da pesquisa de 1989 revelam que 72.87% dos alunos que recebiam de um a três salários mínimos eram do sexo feminino, contra 39.85% do sexo masculino. A maioria do alunado, como já vimos, é composta de mulheres e, de forma geral, recebe baixa remuneração. Este dado é significativo para uma instituição que tem a sua receita quase que exclusivamente proveniente da cobrança de mensalidades. O fenômeno da enorme procura feminina pelo ensino superior é universal, não sendo uma característica absolutamente brasileira. Entre nós, porém, este é um fato marcante, que traduz a disposição da mulher em assumir novas funções na hodierna sociedade brasileira.

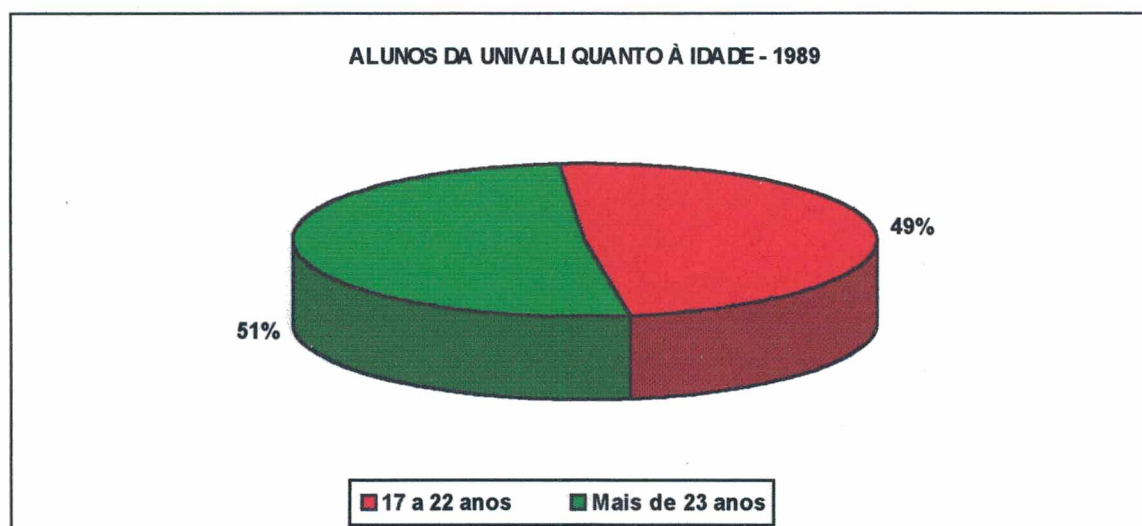
TABELA 3 - ALUNOS DA UNIVALI POR IDADE - 1989 e 1992

IDADE / ANO	1989	1992
De 17 a 22 anos	48.91	-
Com mais de 23 anos	51.09	-
Até 20 anos	-	40.2
De 21 a 30 anos	-	45.9
Com mais de 31 anos	-	13.9

Fonte: Dados primários coletados em 1989 e 1992

Quanto à idade, em 1989, 48.91% dos alunos ficavam na faixa dos 17 aos 22 anos e 51.09% situavam-se acima dos 23 anos. Considerada a idade de ingresso na escola de 1º grau (sete anos), uma pessoa deveria sair do ensino superior, sem percalços, aos 22 anos, sendo esta a idade normal para quem tenha participado do sistema formal de ensino. Naquele ano, mais da metade dos alunos da UNIVALI estava fora dessa progressão etária em relação à vida escolar, caracterizando-se um perfil mais maduro para o alunado. Um tal perfil tem algumas vantagens inegáveis, inclusive no que tange à questão do financiamento, já que se trata de uma clientela mais estável, financeiramente falando. Por outro lado, frequentada a Instituição por alunos tidos por fora da idade escolar, tira-se aos ditos estudantes regulares a oportunidade de ingresso, retardando, por conseguinte, a sua entrada no mercado de trabalho.

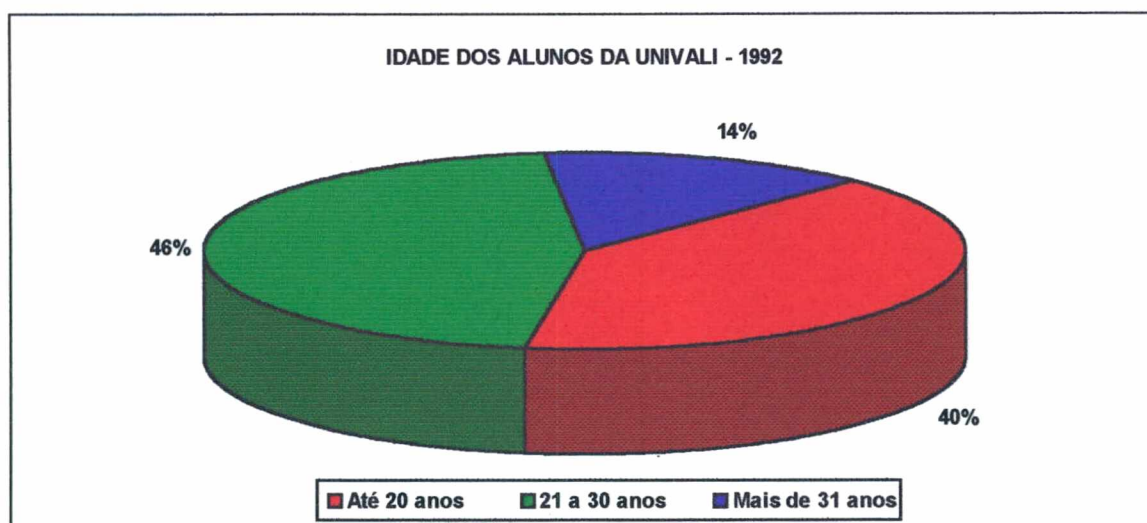
GRÁFICO 3 - IDADE DOS ALUNOS DA UNIVALI - 1989



Fonte: Dados primários coletados em 1989

Três anos mais tarde (1992), outra pesquisa mostrava que 40.2% dos alunos possuíam até 20 anos de idade, contra os 30.85% de 1989; mostrava, ainda essa pesquisa, que na faixa etária dos vinte e um aos trinta anos estavam 45.9% dos alunos, contra os 53.28% de 1989 e que, acima de trinta e um anos de idade havia 13.93% do alunado, contra os 15.78% de 1989.

GRÁFICO 4 - ALUNOS DA UNIVALI POR IDADE - 1992



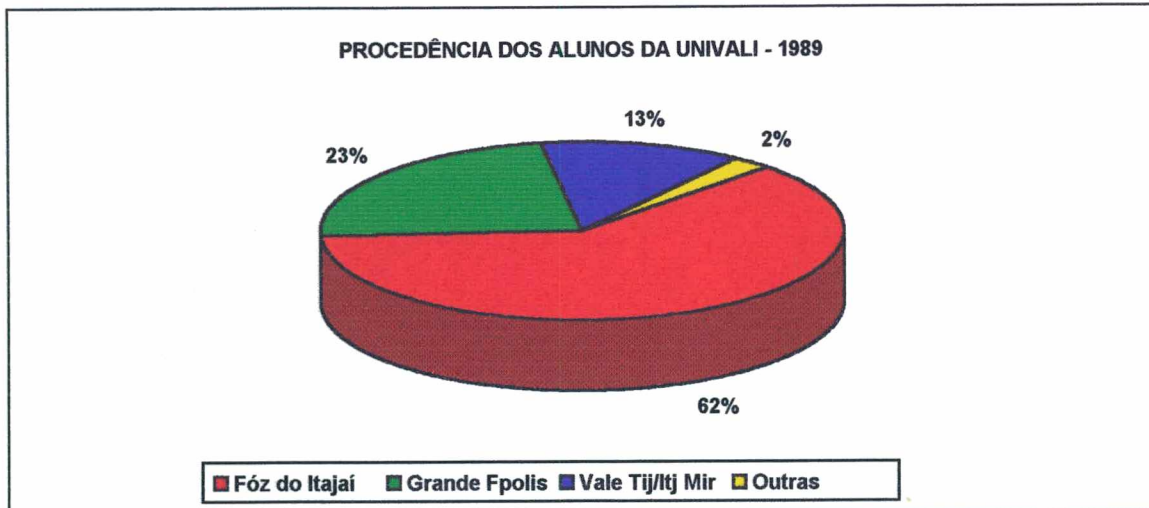
Fonte: Dados primários coletados em 1992

Ora, em todos estes índices, o que se nota é uma inversão dos dados do quadro de 1992 em relação ao de 1989, ano de início de funcionamento da Universidade do Vale do Itajaí. Em apenas três anos diminuiu em 1.80% o número dos alunos com mais de trinta e um anos, diminuiu também em 7.30% o número dos alunos com idade entre vinte e um a trinta anos e, significativamente, revertendo o quadro, aumentou o número do alunado com idade de até vinte anos.

Estes dados também aproximam o perfil do estudante universitário da UNIVALI daquele propalado como sendo prerrogativa dos alunos das IFES.

A UNIVALI é uma universidade nova, que atende a uma vasta região circundante, recebendo sua clientela de inúmeras cidades do Estado de Santa Catarina e dos estados vizinhos. Alguns dados merecem destaque neste detalhe: o número de acadêmicos residentes na cidade de Itajaí caiu de 37.88% para 22.90%, no período que vai de 1989 a 1992, enquanto que o número dos residentes em Florianópolis cresceu de 17.87% para 18.10%. É menor, também, o número de alunos da Microrregião da AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí: em 1989 chegavam a 24.41% do total dos acadêmicos da UNIVALI, sendo que em 1992 este percentual baixou drasticamente para 13.2%, sendo que 45.8% dos alunos provêm de outras microrregiões do Estado de Santa Catarina.

GRÁFICO 5 - PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS DA UNIVALI - 1989



Fonte: Dados primários coletados em 1989

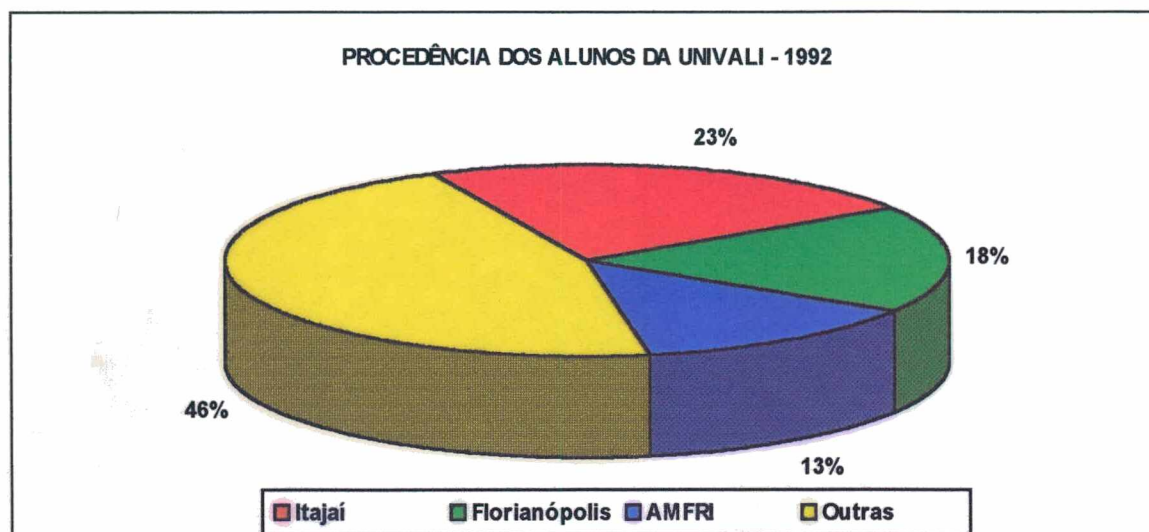
Obviamente, esta diminuição apontada em relação a Itajaí e aos municípios circunvizinhos foi compensada com a expressiva busca de alunos de outras cidades e estados: 45.8% dos acadêmicos provêm de cidades e regiões não atingidas anteriormente a 1992 pela Universidade do Vale do Itajaí.

TABELA 4 - PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS DA UNIVALI - 1989 e 1992

Procedência / Ano	1989	1992
Foz do Rio Itajaí	61.90	-
Grande Florianópolis	23.18	-
Vale Tijucas/Itajaí Mir.	12.70	-
Outras Microrregiões	2.22	-
Município de Itajaí	-	22.9
Município de Fpolis	-	18.1
Microrregião da AMFRI	-	13.2
Outras	-	45.8

Fonte: Dados primários coletados em 1989 e 1992

GRÁFICO 6 - PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS DA UNIVALI - 1992



Fonte: Dados primários coletados em 1992

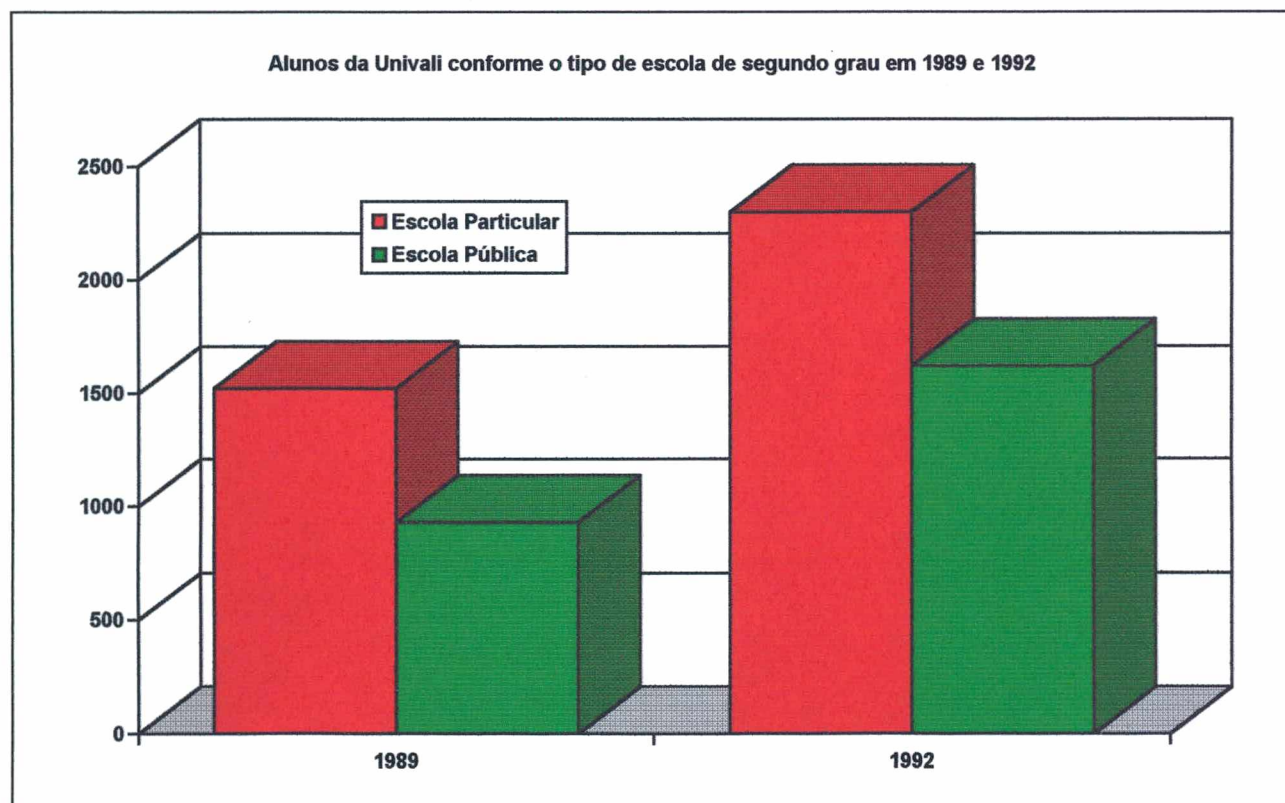
A expansão que a Instituição vem vivenciando a coloca em valorizado destaque, possibilitando o acesso de acadêmicos de outras regiões do País. Nesse quadro de intenso crescimento, está configurado o estabelecimento de sedes universitárias em seis *campi*, em seis cidades diferentes, todas, porém, pertencendo ao SDGE-34.1, que inclui Itajaí e Florianópolis.

A UNIVALI começa a transitar do *status* de uma pequena universidade interiorana, que atendia a uma região delimitada e circunscrita, para o *status* de uma universidade de porte médio e de abrangência mais significativa em âmbito nacional. Segundo a pesquisa efetuada em 1992, 15.4% do alunado provêm de outros estados da Federação.

4.3 - CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS

A maior parte dos acadêmicos concluiu seus estudos de segundo grau em escolas particulares: em 1989, eram 59.68% e em 1992, eram 56.7%. Os índices referentes à escola pública ficam em 36.47% e 39.9%, respectivamente. Nota-se um ligeiro crescimento em relação à escola pública, embora se mantenha a ampla maioria de provenientes de escolas particulares de segundo grau. Este também é um dado que aproxima o perfil do aluno da UNIVALI do das universidades federais.

GRÁFICO 7 - ALUNOS DA UNIVALI SEGUNDO O TIPO DE ESCOLA DE SEGUNDO GRAU FREQUENTADA - 1989 e 1992



Fonte: Dados primários coletados em 1989 e 1992

Em 1989, 3.85% do alunado tinham concluído o segundo grau em cursos supletivos; já em 1992 esse índice ficou em 3.4%. A modalidade de conclusão do segundo grau é um dado pedagogicamente significativo, pois os alunos provenientes de cursos supletivos são, normalmente, menos preparados e academicamente deficientes, alterando o perfil do aproveitamento escolar de uma turma.

Dos fatos precedentes ao ingresso no ensino superior, o de ter freqüentado um "cursinho" pré-vestibular ou "terceirões" é característica notável. Em 1992, 54.5% dos alunos haviam feito um desses cursos preparatórios para o ingresso no terceiro grau, atestando ou que a escola regular de segundo grau é incompetente para tal preparo ou que o aluno necessita de um tempo extra de trabalho escolar para complementar sua aprendizagem. É de levar-se em conta, também, o fato de que, tanto o *lobby*, quanto a propaganda enganosa, convencem os alunos de segundo grau da desnecessidade de aprofundar-se durante os estudos regulares, já que, obrigatoriamente passarão pelos "cursinhos".

4.4 - SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO ALUNO

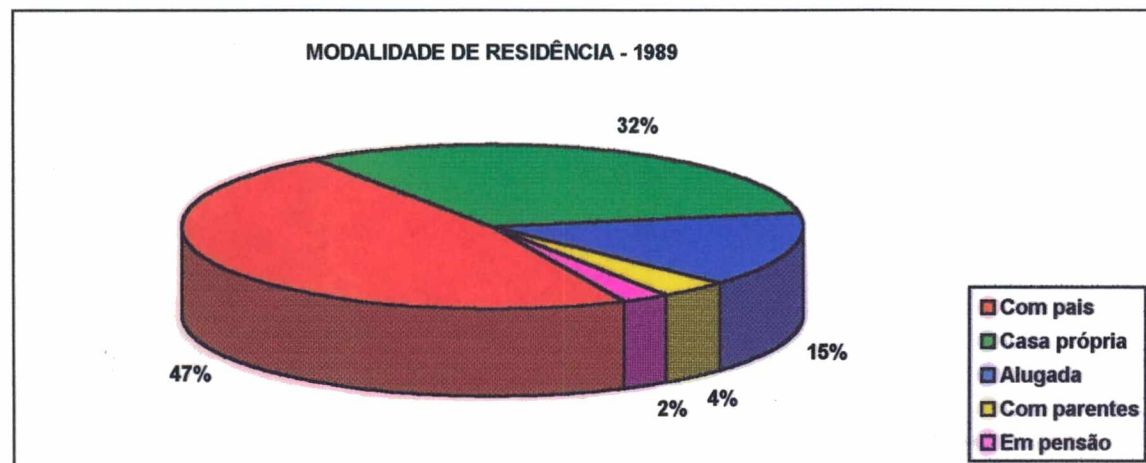
TABELA 5 - RESIDÊNCIA DOS ALUNOS DA UNIVALI - 1989 e 1992

Residência / Ano	1989	1992
Com os pais	47.47	-
Em casa própria	31.72	-
Em casa alugada	14.79	-
Com parentes	3.53	-
Em pensões	2.49	-
Sozinhos	-	9.2
Com os pais	-	74.0
Em pensões	-	2.2
Com amigos	-	8.7
Com parentes	-	4.2
Outros modos	-	1.7

Fonte: Dados primários coletados em 1989 e 1992

Quanto aos aspectos especificamente sócio-econômicos, vamos relacionar os que seguem: em 1989, 47.47% dos alunos residiam com seus pais; 3.53% moravam em casas de parentes; 2.49% em pensões; 31.72% viviam em casa própria; sendo que 14.79% viviam em casas alugadas. O alto índice de alunos que reside com seus pais, está, certamente, ligado ao também elevado índice de estudantes solteiros, o que, de uma forma ou de outra, acaba acarretando, algum encargo financeiro para a família.

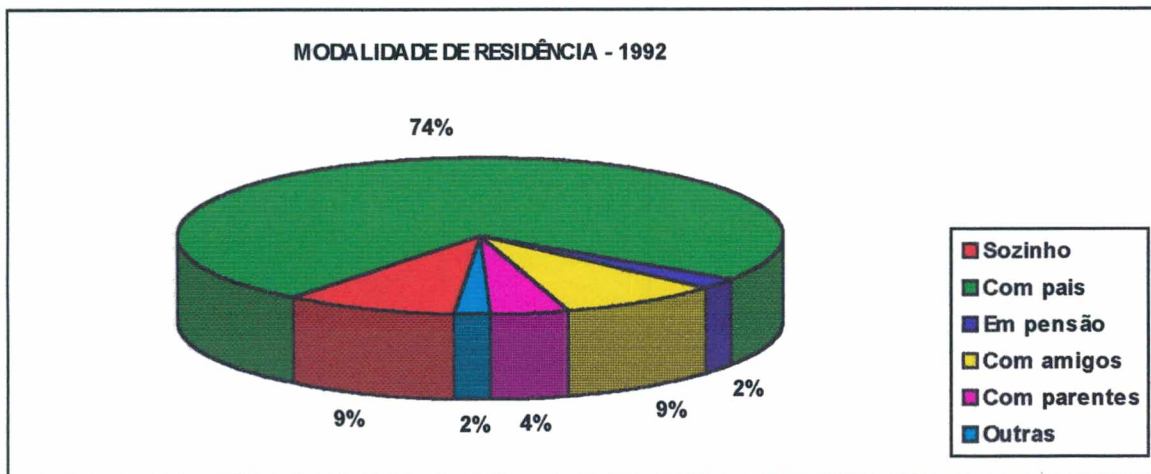
GRÁFICO 8 - RESIDÊNCIA DOS ALUNOS DA UNIVALI - 1989



Fonte: Dados primários coletados em 1989

Do mesmo modo, em 1992, 74.0% dos alunos viviam com seus pais; 4.2% com parentes; 2.2% em pensões; 9.2% moravam sozinhos e 8.7%, com amigos. De todos esses dados, é relevante considerar-se que o número de estudantes que, em 1989, habitava com seus pais cresceu de 47.47% para 74%. Da mesma forma, o índice de 52.53% dos que não viviam com seus pais, naquele ano, caiu para 26% em 1992.

GRÁFICO 9 - RESIDÊNCIA DOS ALUNOS DA UNIVALI - 1992



Fonte: Dados primários coletados em 1992

Na segunda pesquisa evidenciou-se o fato de que 34.2% dos alunos tinham despesas com aluguel de moradia ou com o financiamento de sua residência. Este item costuma pesar bastante no orçamento do estudante que, já normalmente, vive em dificuldades financeiras.

TABELA 6 - MEIOS DE LOCOMOÇÃO UTILIZADOS PELOS ALUNOS DA UNIVALI PARA DIRIGIR-SE AO TRABALHO - 1989

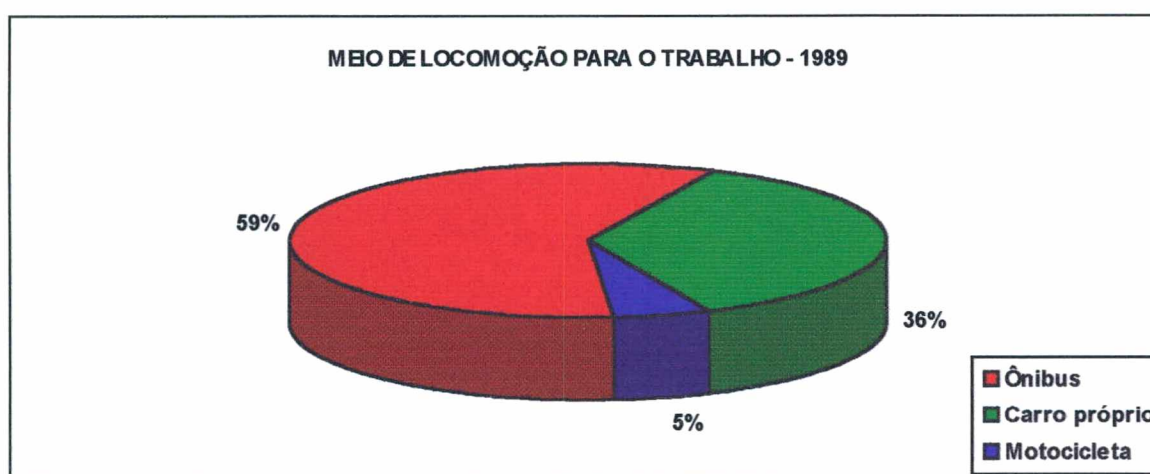
Meio de Locomoção/Ano	1989	1992
Ônibus	58.62	-
Carro próprio	36.28	-
Motocicleta	5.10	-
Ônibus	-	59.5
Carro próprio	-	12.1
Carro da família	-	4.2
De carona	-	6.6
Não utiliza veículo	-	12.5
Outros	-	5.1

Fonte: Dados primários coletados em 1989 e 1992

O meio de locomoção utilizado pelo aluno pode traduzir alguns aspectos do seu perfil sócio-econômico. A pesquisa efetuada em 1989

indagou quanto à utilização de veículo como meio de se chegar ao local dos estudos, levantando que 58.62% dos alunos se utilizavam de transportes coletivos para dirigir-se a seus postos de estudos, este que é o típico meio de transporte das classes baixa e médio-baixa; 36.28% utilizavam carros próprios e 5.10%, motocicletas.

GRÁFICO 10 - MEIOS DE LOCOMOÇÃO PARA O TRABALHO
UTILIZADOS PELOS ALUNOS DA UNIVALI - 1989

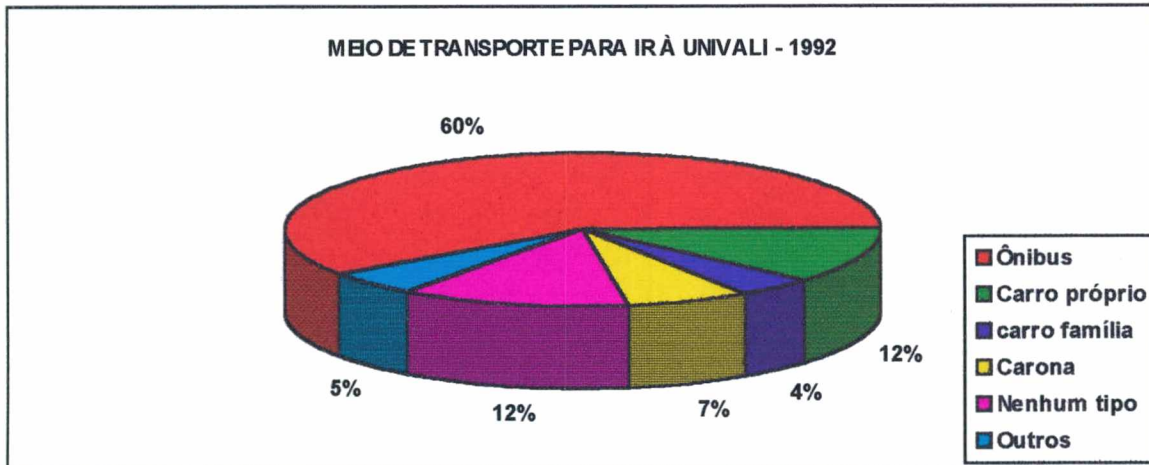


Fonte: Dados primários coletados em 1989

No levantamento efetuado em 1992, enfocou-se o meio de locomoção que o aluno utilizava para conseguir chegar até à UNIVALI. 59.5% viajavam de ônibus; 12,1%, em carros próprios; 4.2% em carros da família; 6.6% iam à universidade de carona; 12.5% declararam não utilizar veículo algum para ir às aulas e 5.1% transportavam-se em motos e bicicletas.

É notória, no Brasil de hoje, a distinção que pode causar o fato de alguém ser ou não possuidor de um veículo automotor. Excetuando-se o grupo que se utilizava do transporte coletivo para dirigir-se às aulas, nota-se que 23% dos alunos da UNIVALI para ela se dirigiam em automóveis. Esse fato, por si só, tem um grande significado, pois as instalações físicas para estacionamento desses veículos requerem muita atenção, já que se trata de um grande patrimônio que ocupa espaços amplos e preciosos da universidade, além do ruído que ocasionam com sua movimentação.

GRÁFICO 11 - MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS PELOS ALUNOS DA UNIVALI PARA DIRIGIR-SE ÀS AULAS - 1992



Fonte: Dados primários coletados em 1992

Nessa última pesquisa, 25.3% do alunado da UNIVALI afirmaram dispor de veículo de seu uso exclusivo, o que nos leva a crer num perfil sócio-econômico razoavelmente elevado, já que isto significa que 1/4 da população estudantil era possuidora desse tipo de bem. É de notar-se que a grande maioria dos alunos da UNIVALI, ao dirigir-se às aulas, transportava-se em ônibus coletivos, por provir de outras cidades.

Outras variáveis sócio-econômicas e escolares que mais propriamente compõem um perfil do estudante universitário da UNIVALI são a ocupação do pai, sua escolaridade e renda; e essas merecem uma análise mais detida.

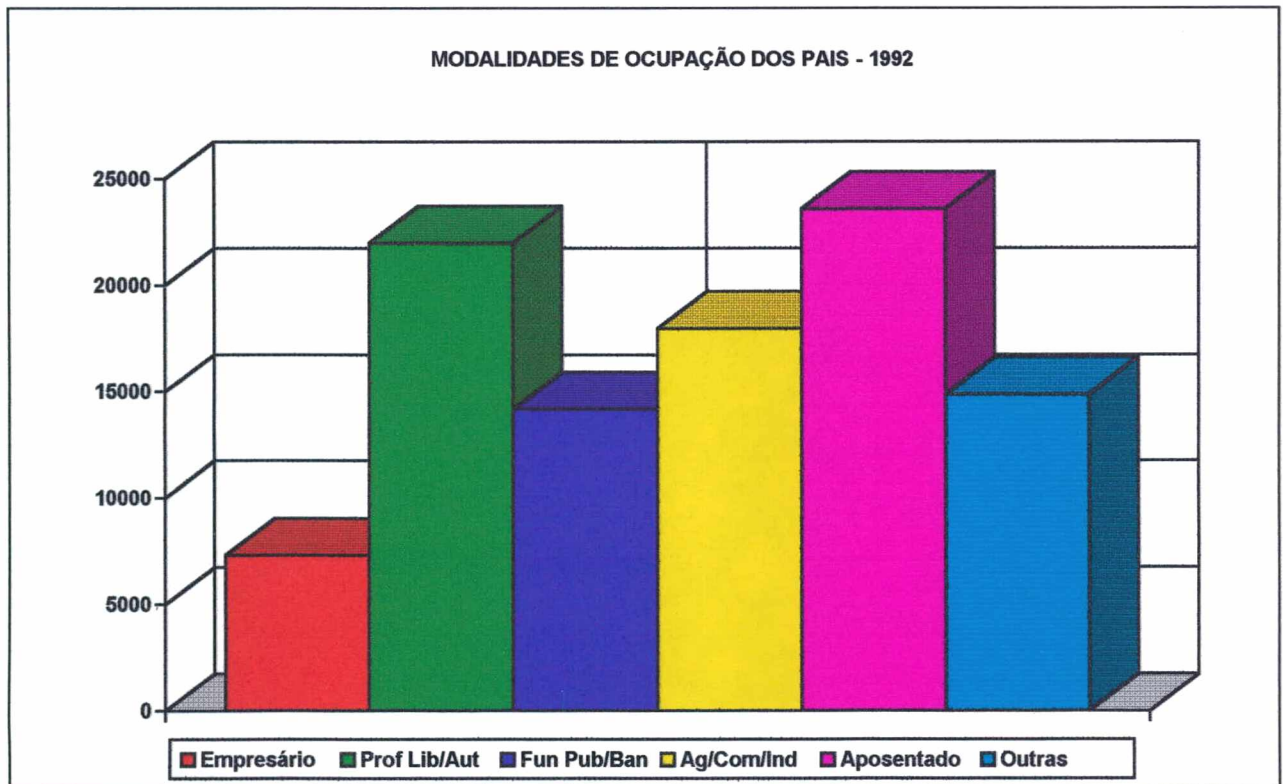
TABELA 7 - OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS PAIS - DA 1992

Ocupação do pai	1992
Empresário	7.3
Profissional Liberal ou Autônomo	22.0
Funcionário Público ou Bancário	14.2
Agricultor, Comerciar., Industriário	18.0
Aposentado	23.6
Outras	14.9

Fonte: UNIVALI - Dados primários coletados em 1992

GRÁFICO 12 - MODALIDADES DE OCUPAÇÃO DOS PAIS DOS ALUNOS DA UNIVALI

- 1992



Fonte: Dados primários coletados em 1992

A ocupação dos pais, levantada em 1992, resume-se no que segue: pais de alunos universitários que eram empresários: 7.3%; profissionais liberais ou autônomos: 22%; funcionários públicos e bancários: 14.2%; agricultores, comerciantes e industriários: 18%; aposentados: 23.6%; outras ocupações: 14.9%.

A ocupação profissional de uma pessoa é um fortíssimo componente de sua alocação em uma determinada classe social e, associada à renda e à escolaridade, podem situá-la definitivamente num estrato social mais ou menos elevado, dependendo do nível alcançado.

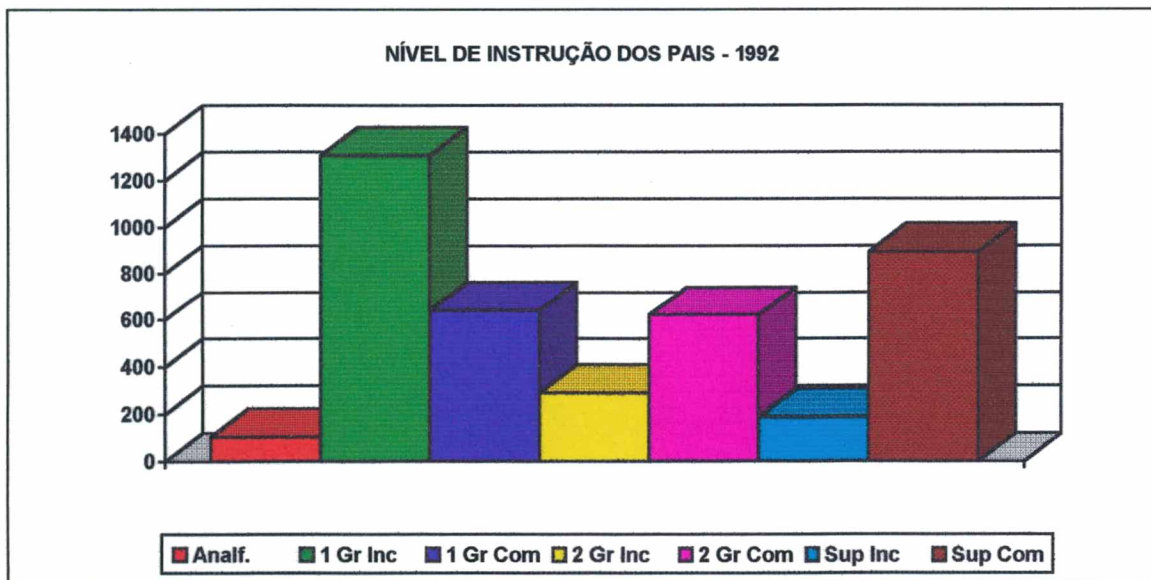
TABELA 8 - ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS ALUNOS DA UNIVALI

Escolaridade do Pai / Ano	1992
Analfabeto	2.5
Primeiro Grau Completo	15.9
Segundo Grau Completo	15.3
Nível Superior Completo	22.1
Primeiro Grau Incompleto	32.3
Segundo Grau Incompleto	7.2
Nível Superior Incompleto	4.7

Fonte: UNIVALI - Dados primários coletados em 1992

A escolaridade do pai também pode ser um dado revelador de um certo traço do perfil do aluno, uma vez que, como já se viu anteriormente, 74% dos universitários da UNIVALI moravam com seus pais e, à sua sombra, são identificados com o mesmo perfil sócio-econômico daqueles. O quadro é o seguinte: 32.3% dos pais possuíam o curso de primeiro grau incompleto, e esse era o maior número deles; 22.1% eram diplomados de nível superior; 15.9% completaram o primeiro grau; 15.3% completaram o segundo grau e 7.2% tinham o segundo grau incompleto; 4.7% tinham um curso superior incompleto e 2.5% dos pais eram analfabetos.

GRÁFICO 13 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS PAIS - 1992



Fonte: UNIVALI - Dados primários coletados em 1992

Disto se infere que 53.3% dos pais possuíam cursos completos, quer de primeiro, de segundo ou de terceiro graus, contra 44.2% dos pais que possuíam uma instrução incompleta, isto é, que cursaram, uns mais, outros menos, alguma parte do ensino regular.

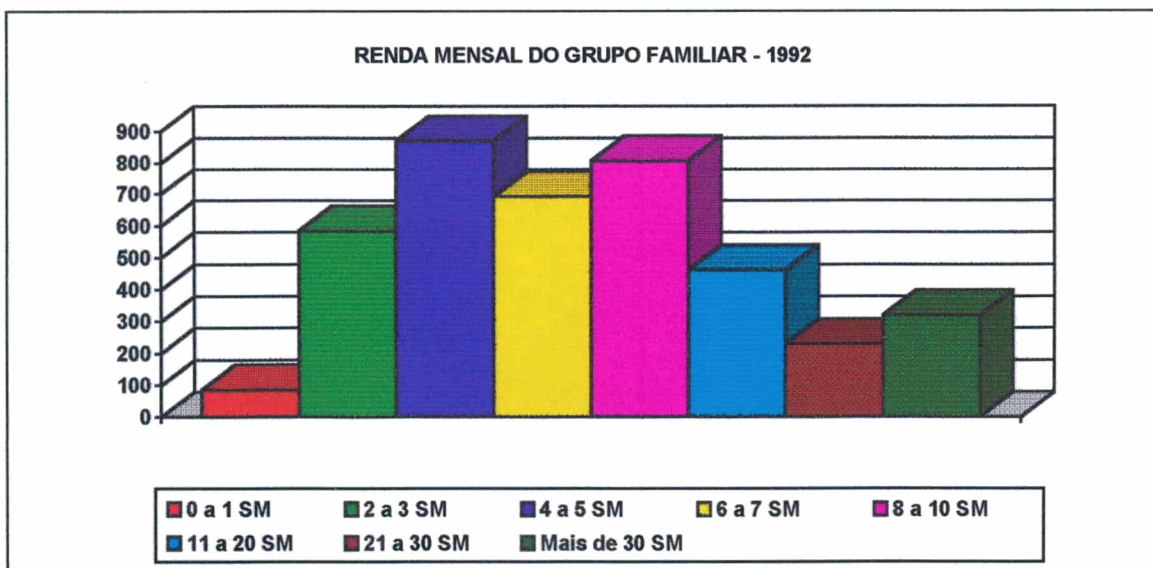
TABELA 9 - RENDA DOS PAIS - 1992

RENDA DO PAI / ANO	1992
De 0 a 1 Salário Mínimo	2.1
De 2 a 3 Salários Mínimos	14.4
De 4 a 5 Salários Mínimos	21.5
De 6 a 7 Salários Mínimos	17.1
De 8 a 10 Salários Mínimos	20.0
De 11 a 20 Salários Mínimos	11.4
De 21 a 30 Salários Mínimos	5.6
Mais de 30 Salários Mínimos	7.9

Fonte: UNIVALI - Dados primários coletados em 1992

A renda dos pais, em salários mínimos, ajuda, certamente, a compor o perfil sócio-econômico do aluno: o maior grupo, em ordem decrescente, ganhava de quatro a cinco salários mínimos, e eram 21.5% dos pais; em seguida, vem o grupo que recebia de oito a dez salários mínimos e que perfaziam 20% dos pais; 17.1% recebiam de seis a sete salários mínimos; 14.4% deles percebiam de dois a três salários mínimos; 11.4% tinham uma remuneração que ia de onze a vinte salários mínimos. Acima de trinta salários mínimos estava uma significativa faixa de 7.9%.

GRÁFICO 14 - RENDA MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS DOS PAIS DOS ALUNOS DA UNIVALI - 1992



Fonte: UNIVALI - Dados primários coletados em 1992

Agrupando-se esses dados em classes de 10 salários mínimos, teremos que, de zero a dez salários, situavam-se nada menos que 75,1% dos pais de alunos universitários; 11,4%, de onze a vinte; 5,6%, de vinte e um a trinta salários mínimos e 7,9% acima dos trinta salários mínimos. Aqui está um forte componente do perfil sócio-econômico do estudante universitário da UNIVALI, dentro do período pesquisado: 74% dos alunos viviam com seus pais e 75% desses pais ganhavam até 10 salários mínimos, o que nos leva a concluir que o perfil daquele aluno da UNIVALI, fosse médio.

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DO ALUNO DA UNIVALI NA ECONOMIA
FAMILIAR - 1992

PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA DA FAMÍLIA	1992
Não trabalha, a família custeia tudo	33.6
Trabalha e recebe ajuda financeira da família	27.1
Trabalha, se sustenta não recebe ajuda da família	15.5
Se sustenta, ajuda família, dela nada recebe	15.8
Trabalha e sustenta a família	8.0

Fonte: UNIVALI - Dados primários coletados em 1992

A pesquisa de 1992 revelou que 17.3% das famílias dos estudantes da UNIVALI se compunham de três pessoas; 28.1% das famílias tinham quatro pessoas e que 25.1% delas tinham cinco pessoas. São famílias consideravelmente numerosas, agravando-se sobremaneira os encargos financeiros do grupo. Cerca de 17.6% das famílias possuíam mais de seis componentes.

TABELA 11 - NÚMERO DE FILHOS QUE COMPÕEM AS FAMÍLIAS DOS
ALUNOS DA UNIVALI - 1992

Componentes da família / Ano	1989	1992
1 filho	0.68	3.6
2 filhos	4.94	8.3
3 filhos	13.28	17.3
4 filhos	40.03	28.1
5 filhos	41.05	25.1
6 filhos	-	10.9
7 filhos	-	3.7
8 filhos	-	2.4
Mais de 8 filhos	-	0.6

Fonte: UNIVALI - Dados primários coletados em 1992

Esses são os dados levantados pelas duas pesquisas efetuadas no interior da Universidade do Vale do Itajaí e que, de alguma forma, revelam o perfil sócio-econômico do seu estudante.

4.5 - A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA UNIVALI

QUADRO Nº 2 - RECEITA DA UNIVALI (PERCENTUAIS):1980-1992

	At En	G Fed	G Est	Gmun	E Pri	Outra	Diver	TrCo	DAux
1980	68.82	-	-	-	-	-	07.35	23.83	-
1981	73.01	-	-	-	-	-	03.44	-	23.55
1982	70.19	-	-	-	-	-	03.82	-	25.99
1983	85.72	-	-	-	-	-	02.54	-	11.74
1984	89.50	-	-	-	-	-	02.02	-	08.48
1985	82.52	06.54	06.58	01.34	00.03	00.08	02.91	-	-
1986	76.41	19.37	-	-	00.11	01.21	01.51	-	-
1987	31.76	66.11	00.11	00.02	00.10	00.39	-	-	-
1988	60.56	39.35	-	00.03	00.01	00.05	-	-	-
1989	93.97	06.29	-	00.42	00.04	00.18	01.18	-	-
1990	90.33	05.81	02.36	00.18	00.06	00.08	00.74	-	-
1991	87.21	03.87	06.53	00.56	00.38	00.71	02.50	-	-
1992	90.36	01.91	04.48	00.33	00.08	00.34	-	-	-

FONTE: Divisão de Contabilidade da UNIVALI

No quadro acima estão expressas todas as fontes de receita da UNIVALI nesse período de doze anos.

Inicialmente, vamos a algumas explicações sobre termos utilizados no quadro, conforme o uso que deles faz a Divisão de Contabilidade da Universidade do Vale do Itajaí.

O item Receita de Atividades de Ensino (At En) compreende toda a arrecadação proveniente da cobrança de mensalidades escolares, sendo essa a maior fonte de financiamento da UNIVALI.

A Universidade do Vale do Itajaí seguia o sistema de contabilidade pública até o ano de 1979. A partir de 1980, passou a adotar o modelo da contabilidade mercantil, em consequência de alteração estatutária efetuada com vistas à obtenção da prerrogativa de ser de utilidade pública, concedida pelo poder público federal e do certificado de entidade de fins filantrópicos, o que libera a Instituição do ônus de recolher a cota patronal do INSS.

Com aquela alteração estatutária, introduziu-se um novo Plano de Contas, adequando-se toda a estrutura contábil da então FEPEVI

(Fundação de Ensino do Pólo Geo-educacional do Vale do Itajaí) à nova realidade jurídica. Assim, itens como Receita Tributária, Transferências Correntes e Receitas de Capital deixaram de existir ou passaram a ter outra nomenclatura.

O item Governo Federal (G Fed) abrange todo o tipo de verba provinda da União, especialmente do Ministério da Educação (MEC), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da Secretaria do Ensino Superior (SESU) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Governo do Estado de Santa Catarina (G Est) por meio da Secretaria da Educação, faz alguns repasses por força do artigo 170 da Constituição Estadual.

Da mesma forma, o sempre omissis Poder Público Municipal de Itajaí (Gmun), a quem efetivamente pertence a UNIVALI, contribui com quantias modestíssimas, por meio do Fundo Municipal de Saúde, de algumas bolsas de estudo e pela devolução do Imposto de Renda Retido na Fonte, por força de comando específico da Constituição Federal (artigo 158, I).

As Entidades Privadas (E pri) são, de maneira geral, empresas que pagam os estudos de seus empregados, ingressando esses recursos na UNIVALI sob a forma de bolsas de estudo. Até 1984, o item Doações e Auxílios incluía justamente tais recursos, provindos da iniciativa privada.

Já o item Transferências Correntes, ainda pertencente ao plano da contabilidade pública, englobava todos os recursos provenientes do poder público, quer federal, quer estadual, quer municipal.

Os itens genéricos finais: Outras e Diversas aglutinam, também de forma englobada, outras modalidades de receita tributária ou patrimonial ou de fontes diversas, que passam a integrar o ativo da Universidade.

Tendo assim procedido à *explicatio terminorum*, resta-nos o debruçarmo-nos sobre os índices constantes do quadro retro e, dele, da

realidade de seus números, extrair e explicitar a política de financiamento que conduz a UNIVALI.

Sem dúvida alguma, o maior aporte de recursos de que a Universidade dispõe vem do pagamento das mensalidades escolares, ficando os demais itens em grande discrepância, ou seja, o aluno é o maior agente financiador da Universidade do Vale do Itajaí. Essa colaboração é altamente significativa, pesando sobre ela, quase que exclusivamente, o ônus da manutenção e do desenvolvimento da Instituição. Além do aluno, não há outras fontes alternativas de financiamento, a não ser as tradicionais e minguadas doações do poder público.

O valor recolhido anualmente pelos alunos corresponde à maior parte do orçamento da Instituição, pouco variando de ano para ano e ficando ao sabor das alternâncias políticas que ocorrem no país. Atingiu 93.07% do orçamento global anual em 1989, significando que somente 7% do total proveio de verbas oficiais e, mesmo assim, 6.29% desse percentual originou-se do Governo Federal.

O item Receita de Atividades de Ensino tem algumas variações muito fortes e até esdrúxulas, como as que ocorreram em 1987 e 1988. O índice que expressa a receita das mensalidades, em relação ao total do orçamento, caiu para somente 31.76% em 1987, ficando o Governo Federal responsável por nada menos que 66.11% do financiamento da UNIVALI naquele ano. Sem dúvida uma inversão que causaria inveja a qualquer instituição federal. Ocorre que, justamente nessa época, um influente político catarinense (e itajaiense) assumiu o Ministério da Educação, passando a UNIVALI a dele receber toda a sorte de benesses. Num orçamento anual de aproximadamente 10 milhões de reais, receber de fonte oficial cerca de seis milhões de reais, é uma parcela muito significativa. Fato semelhante e ligeiramente inverso ao do ano anterior, ocorreu em 1988, quando o Governo Federal cobriu 39.35% das despesas globais da UNIVALI. De lá para cá, o aporte de verbas federais vem caindo drasticamente a cada ano.

Até agora, toda a história do crescimento da UNIVALI esteve sempre intimamente ligada à trajetória de dois políticos itajaienses de renome nacional, de tal sorte que os altos e baixos por que tem passado a Instituição correspondem às alternâncias políticas desses homens que, ao assumir altos postos no Governo, não medem esforços para fazer crescer a instituição de ensino superior de sua terra natal. Este registro se reveste de importância, pois retrata não só a situação da UNIVALI, mas também, a da quase totalidade das universidades brasileiras, quer públicas, quer privadas.

O administrador universitário, por mais medíocre que seja na condução da política de financiamento da instituição, acaba por sair-se bem em sua empreitada, ao ver-se carregado nos ombros por homens politicamente fortes e influentes. Infelizmente esse não é um quadro raro entre nós; uma administração universitária executada por amadores e desprovida de qualquer perspectiva de sucesso, somente terá alguma chance se conseguir apoiar-se em alguém de fora da estrutura, que a impulsione financeiramente.

Por tudo o que se pode inferir dos dados constantes do quadro da receita da UNIVALI, cremos que a política de financiamento da Instituição nele está muito explícita: A Universidade do Vale do Itajaí é uma instituição que tem no aluno o seu maior agente financiador, conseguindo, esporadicamente, auxílios variáveis do poder público. Como se vê, não se trata de nenhum processo elaborado, que exija um planejamento estratégico ou qualquer outro instrumento de gestão com algum grau de sofisticada criatividade.

A política de financiamento da UNIVALI é facilmente explicitável e compreensível, sendo executada de forma cômoda e semi-automática, isto é, não exigindo grandes esforços do Reitor ou o emprego de táticas especiais na busca dos recursos: eles acabam por vir, ou pelo depósito mensal dos alunos, ou por outros meios.

4.6 - Os reflexos do perfil sócio-econômico do alunado sobre a política de financiamento da UNIVALI

Feita a análise descritiva dos dados que compõem o perfil sócio-econômico do estudante universitário da UNIVALI, que revela possuir uma linha semelhante ao dos alunos das IFES, já temos plenas condições para relacionar esse perfil com a política de financiamento que é adotada pela Universidade do Vale do Itajaí.

Recompondo o perfil: O estudante universitário da UNIVALI é, em sua maioria, do sexo feminino (59.1%). Desses alunos, 80.2% são solteiros. A idade média do alunado diminuiu significativamente de 1989 a 1992, de modo especial no que se refere à faixa etária inferior aos 20 anos. O aluno da UNIVALI vem, a cada ano, de regiões mais distantes do *campus* sede, sendo que 45.8% dos acadêmicos provêm de estados, cidades e regiões não atingidas anteriormente a 1992 pela Universidade.

É bem evidenciada também, a situação de que a maior parte dos estudantes da UNIVALI realizou seus estudos de segundo grau em escolas particulares e, da mesma forma, 54.5% deles freqüentaram "cursinhos" pré-vestibulares.

A grande maioria (74%) do alunado reside com seus pais; 59.5% se utilizam de ônibus para se dirigir à Universidade e 12.1% usam carro próprio para tal fim.

23.6% dos alunos têm pais aposentados; 22% são filhos de servidores públicos ou bancários. E, ainda em relação aos pais, 32.3% possuem o primeiro grau incompleto e 22.1% são graduados em nível superior. No que diz respeito à renda, 58.6% dos pais recebem de quatro a dez salários mínimos, 14.4% percebem de dois a três, 11.4% recebem de onze a vinte salários mínimos e 7.9% superam os trinta salários mínimos. Agrupando-se um pouco mais, 75.1% dos pais recebem de zero a dez salários mínimos, constituindo-se na faixa

mais numerosa. Do mesmo modo, 53.2% das famílias dos alunos são compostos de quatro a cinco pessoas.

Com esses dados fica explícito o perfil sócio-econômico do estudante universitário da Universidade do Vale do Itajaí.

A política de financiamento da Instituição, como já se viu páginas atrás, está baseada, quase que exclusivamente, na arrecadação proveniente da cobrança das mensalidades escolares, vindo, esporadicamente, algum dinheiro de fora, sob a forma de doação de verbas públicas e, nunca, por prestação de serviços, projetos de pesquisa ou de extensão. Não se constata a existência de nenhum organismo interno de captação de recursos, ficando essa tarefa ao encargo exclusivo do Reitor.

Ora, os reflexos do perfil sócio-econômico do estudante universitário da UNIVALI atingem, sem dúvida, as ações da administração da Universidade, limitando sobremaneira o desenvolvimento da Instituição, já que baixa arrecadação significa baixo nível de investimentos.

5 - CONCLUSÕES

O que aqui se logrou coletar, e analisar evidenciou uma série de aspectos relacionados com o problema inicialmente proposto, permitindo que se chegasse a algumas conclusões, as quais visam responder às perguntas de pesquisa.

O primeiro resultado a que se chegou foi o traçado do perfil sócio-econômico do aluno universitário da UNIVALI. Restou claro que 59.1% dos alunos daquela instituição pertencem ao sexo feminino. Ora, a mulher, generalizadamente, tem remuneração menor que a do homem. Numa escola paga, esse fator pode vir a tornar-se um problema, tanto para a aluna, limitada em seus recursos, quanto para a universidade, que, por ter sua receita potencialmente reduzida, pode ver seus projetos ameaçados.

Além do perfil predominantemente feminino, releva-se que 80.2% do alunado é composto por pessoas solteiras e com idade abaixo dos 20 anos. Estes são dois dados potencialmente relevantes e que aproximam o perfil sócio-econômico do aluno da UNIVALI do das universidades federais, conforme **SCHWARTZMANN** (1991, p. 22), podendo trazer consigo os problemas específicos dessa característica do alunado. São jovens e solteiros, portanto, nem todos empregados ou financeiramente independentes, estando os já empregados, apenas em início de carreira. A mensalidade escolar é, certamente, um item que pesa bastante em seu orçamento pessoal e, por esse motivo, pode levar um jovem universitário a ter dificuldades em pagar seus estudos. Insistimos em reafirmar a importância de fatores como o sexo e a idade do aluno, pois sendo ele o maior agente financiador da UNIVALI e tendo problemas de ordem financeira, certamente os transferirá para a Instituição.

Outro dado revelado pela pesquisa é o fato de que os universitários que freqüentam a UNIVALI vêm, cada vez mais, de locais remotos em relação ao *campus* sede de Itajaí. Com a transformação em

universidade, houve um acréscimo significativo no número de cursos de graduação oferecidos até então: ao todo, foram criados nove cursos de graduação. Esse fato desencadeou um aumento geral nas estatísticas da UNIVALI, desde os ingressos semestrais (hoje em torno de 1500) até a exigência de novos espaços físicos para acolher essa demanda; tudo cresceu muito rapidamente na UNIVALI. Esse crescimento, somado ao oferecimento de cursos de alta demanda, despertaram a atenção de jovens residentes em regiões antes não abrangidas pela UNIVALI. Hoje a Universidade do Vale do Itajaí atende aproximadamente quatorze mil alunos, vindos de toda Santa Catarina e de outros estados do Brasil.

A quarta evidência que nos proporcionou esta pesquisa é o fato de que 54.5% dos alunos que freqüentam a UNIVALI fizeram “cursinho” pré-vestibular e que 56.7% realizaram seus estudos de segundo grau em escolas particulares. Ambos os dados apontam numa mesma direção, indicando que, provavelmente, o perfil desses alunos se situe entre os estratos médios da sociedade, já que as características que exibem nos autorizam a assim pensar.

Foi possível constatar nesta pesquisa, ainda, o que, aliás, parece ser o que tradicionalmente acontece em nosso País, que o estudante que freqüenta as escolas particulares, geralmente é filho de trabalhadores do setor terciário da economia ou de servidores públicos. Fato próximo a esse, sendo característica bastante comum, além disso, como tivemos oportunidade de constatar no capítulo de fundamentação teórica, é que o aluno da rede privada estuda em cursos noturnos e trabalha durante o dia. Este fato também se observa na UNIVALI. É o trabalhador-estudante que freqüenta a universidade noturna e é ele, também, que leva para o seu interior uma série de problemas que são inerentes a esse estrato social. É ele, além disso, que exige tratamento didático-pedagógico diferenciado do aluno dos turnos diurnos, obrigando a escola, muitas vezes, a se adaptar a seu nível de expectativa e de tempo disponível para o estudo.

Outras duas fortes características do perfil sócio-econômico do estudante universitário da UNIVALI aqui reveladas são, primeiro, que 74%

deles residem com seus pais e que 75.1% dos pais têm uma renda que vai de zero a dez salários mínimos mensais. Esta evidência fica significativamente reforçada se juntarmos a ela o fato de que 53.2% dos alunos pertencem a famílias compostas de quatro a cinco pessoas.

Ora, se a maioria dos alunos mora com seus pais e se, a maior parte dos pais ganha de zero a dez salários mínimos mensais, pode-se deduzir daí que o perfil sócio-econômico do alunado da UNIVALI fica caracterizado como médio. E aqui, talvez, seja a hora e o lugar para questionar-se: como pode uma instituição estar em processo de acelerado crescimento, como de fato o está, se o financiamento de suas atividades é realizado por meio de agentes pertencentes à classe média ou médio-baixa? Significará isso que as pessoas situadas nesses estratos não ganham tão pouco quanto dizem ganhar? Podemos concluir, talvez, que universidades, com as características da UNIVALI, são plenamente viáveis financeiramente, desfazendo-se mitos que acenam para a sua fragilidade e inviabilidade? Ou simplesmente podemos concluir que o crescimento físico de que goza a UNIVALI, só é possível, quando praticado em detrimento das demais funções e das pessoas que a compõem, praticando-se a política de despir um santo para vestir o outro?

Desta forma restou respondida a primeira pergunta de pesquisa e alcançada uma parte do objetivo deste trabalho.

O sistema de contas adotado pela UNIVALI é do tipo mercantil, seguindo inteiramente os parâmetros da contabilidade privada e não tendo a Intituição qualquer documento formalmente constituído que sirva de planejamento financeiro e ao qual se possa chamar orçamento. Neste particular não há previsão formal alguma de despesas ou de receita, sendo a administração realizada de forma imprevisível e circunstancial. Por não haver um orçamento na Instituição, levantou-se, ano a ano, de 1980 a 1992, junto à Divisão de Contabilidade, as quantias que representam a receita da UNIVALI, no que concerne às mensalidades escolares e demais itens.

Feita essa análise e já em decorrência das considerações

feitas acima, deter-nos-emos rapidamente para averiguar em que proporção o aluno é o agente financiador da UNIVALI. A resposta a essa pergunta torna-se quase óbvia, se nos voltarmos para o Quadro nº 2 e fizermos uma rápida leitura dos índices ali expostos. A primeira coluna daquele quadro (At En) mostra, em percentuais, o índice de participação das mensalidades escolares no total da receita obtida pela UNIVALI, a cada ano. Excetuando-se os índices de 1987 (31.76%) e de 1988 (60.56%) os demais sempre ficaram acima de 68%. Em média, esses percentuais superam a casa dos 80%, chegando a 93.97%, como ocorreu em 1989. Essa é a proporção em que participa o aluno como agente financiador da Instituição.

Ter o aluno como o maior agente financiador de uma instituição de ensino superior, sem dispor ou sequer buscar outras fontes de custeio, significa adotar uma visão monocrática de todo o processo de administração da educação superior, acabando-se por relativizar outras funções da universidade que não as do ensino.

O aluno paga por seu estudo. Esta é a sua contraprestação pelo benefício que recebe. As funções custo/benefício são relacionais, não devendo o aluno participar de um se não participar de outro. É uma questão distributiva.

A política adotada pela UNIVALI, tendo no aluno o seu maior agente financiador, conduz diretamente a que se utilize sua contribuição pecuniária, não só na cobertura da Folha de Pagamento (aproximadamente 60% da receita total mensal), como também do investimento total feito em prédios, laboratórios e benfeitorias.

O fundo privado gerado pelo aluno, participa, ainda, globalmente na cobertura dos custos dos cursos que são financeiramente deficitários. A Instituição, por meio de um sistema de rateio, socializa o prejuízo que lhe causam vários de seus cursos. Há programas com bom fluxo de caixa, isto é, com arrecadação superavitária e que cobrem o negativo financeiro de outros. O que pode ocorrer é que o aluno que pertence aos primeiros, não

tenha o investimento nem o benefício que deveria ter em seu curso, pelo fato de o dinheiro com ele arrecadado ser aplicado em programas deficitários.

Consequência direta da política de financiamento adotada pela UNIVALI é ter ela desenvolvido mais extensamente a função de ensino, em detrimento da de pesquisa e da de extensão. Desta constatação se infere que o impacto do perfil sócio-econômico da clientela afeta direta e fortemente o perfil e o andamento administrativo de uma instituição.

A segunda pergunta de pesquisa, que busca as características da política de financiamento adotada pela UNIVALI, fica respondida nessas considerações. Efetivamente, tem ela no aluno seu principal fator, baseando-se a receita da UNIVALI, quase que exclusivamente, no que arrecada entre o alunado.

A relação que existe entre o perfil sócio-econômico do aluno universitário e a política de financiamento adotada pela UNIVALI traduz-se precisamente nisto: sendo o perfil sócio-econômico do aluno caracterizado como médio/baixo e sendo ele o maior agente financiador da instituição, também os níveis de investimento serão médio/baixos. Ou, dito de outra forma: se a receita mensal da UNIVALI for baixa, pelo fato de o perfil do seu alunado ser médio/baixo, evidentemente, não terá ela as condições financeiras necessárias para se desenvolver como universidade de qualidade. A qualidade de seus serviços poderá ficar comprometida pela deficiência financeira.

É palpável, por tudo o que até aqui se considerou, a relação que existe entre o perfil sócio-econômico do estudante universitário e a política de financiamento adotada pela UNIVALI. Há uma ligação entre estes termos: nível sócio-econômico alto do alunado pode significar alto nível de receita, o que, por sua vez, pode significar boas condições de investimento.

O comportamento da receita, considerando-se os dados apresentados no Quadro nº 2, tem variações que merecem algumas considerações. De 1980 a 1984, a conta Doações e Auxílios englobava todos os recursos provindos de órgãos públicos, passando, daquele ano em diante, a ser

discriminada segundo as fontes. Dito isto, pode-se constatar diretamente no citado quadro o que representou a contribuição do Governo Federal para o financiamento da UNIVALI a partir de 1985. A cota de 6.54% traduz a participação do poder público federal na cobertura de imensa dívida deixada pela administração anterior e que pôs a Instituição à beira da falência. Tal contribuição federal subiu significativamente com a ascensão do Sr. Jorge Konder Bornhausen aos altos escalões do governo central, como Ministro da Educação. As verbas federais que cobriram 6.54% do orçamento global da UNIVALI, em 1985; cresceram para 19.3% em 1986 e explodiram em 66.1% em 1987. O ano de 1988 ainda foi marcado pela vultosa ajuda de 39.3%, enquanto Jorge Konder Bornhausen ainda se mantinha junto ao Governo Federal, caindo daí em diante para 6.29, 5.81, 3.87, 1.91, conforme mostra o quadro.

O crescimento da contribuição do aluno tem sido inversamente proporcional ao crescimento da ajuda do poder público: diminuindo o auxílio público, aumentam proporcionalmente, os recursos provenientes das mensalidades no financiamento da UNIVALI, podendo-se constatar isto no supracitado Quadro nº 2, a partir de 1988, quando aquele índice sobe até 93.0%.

Da mesma forma, o índice de contribuição de 6.58%, por parte do governo estadual, em 1985, traduz a ajuda de outro eminente político itajaiense, o Sr. Antônio Carlos Konder Reis. Esse auxílio também se destinou a cobrir a imensa dívida deixada pela desastrada administração anterior. Voltou a crescer a contribuição do governo estadual, a partir de 1990, por força de dispositivo constitucional (artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina), que obriga o Estado a repassar determinado percentual para o Sistema Fundacional Catarinense.

A contribuição da Prefeitura Municipal de Itajaí, a quem efetivamente pertence a Fundação Universidade do Vale do Itajaí, sempre foi historicamente desprezível, mormente depois que assumiram a administração pública municipal políticos do partido contrário ao do dirigente maior da UNIVALI.

Essas considerações de ordem interna precisam ser feitas, para que se possa entender o mecanismo de financiamento de uma importante instituição de ensino superior do interior do Estado de Santa Catarina e por meio dela entender-se, quiçá, tantas outras de nosso Estado e de todo o Brasil.

À guisa de complementação às conclusões apresentadas acima, vamos tecer algumas considerações de ordem geral, esperando que sirvam de sugestão à Instituição aqui enfocada.

A UNIVALI é uma jovem e promissora universidade, à qual está reservado um relevante papel no seio da comunidade regional onde se insere. É uma organização em fase de crescimento e expansão, exibindo claramente os problemas e as características desse estágio de seu desenvolvimento. Sua expansão é rápida e contínua, cingindo-se, porém, mais especificamente, à implantação de cursos de graduação e às construções.

Mesmo numa rápida análise que se faça da administração universitária da UNIVALI, percebe-se que ela apresenta características de uma estrutura centralista e com um processo decisório pouco elaborado. É uma instituição que funciona sem um sistema formal de planejamento, não dispendo a reitoria de uma estrutura humana mínima para desenvolver projetos específicos e avançados. Seu esquema organizacional é aquele tradicionalmente encontrado em universidades: três pró-reitorias básicas e os órgãos colegiados costumeiros.

Considerando-se que todo o governo centralista somente se mantém enquanto seu projeto econômico estiver em ascensão, é facilmente previsível para as administrações centralistas o mesmo fim: perdurarem como "necessárias", enquanto durar a fase de crescimento/expansão da instituição, caindo, em seguida, quando seu carisma não mais for indispensável. A UNIVALI vem sendo administrada dessa forma desde seus primórdios, não se observando ainda uma preocupação em estabelecer uma estrutura mais descentralizada, com efetiva delegação de poderes, ou com um razoável nível de previsão e de aperfeiçoamento do processo decisório.

A título de sugestão, deveria a administração da UNIVALI

estabelecer uma sólida base para o planejamento estratégico, criando uma estrutura mínima para realizar essa importante função administrativa e da qual constasse a organização de um sistema de informações gerenciais, uma secretaria de planejamento propriamente dito, um escritório de desenvolvimento, uma atuante equipe de pesquisa institucional e um órgão específico de captação de recursos. Um planejamento de todas as atividades, integrando a gestão financeira, daria uma nova feição à Universidade e desenvolveria mecanismos de diversificação das fontes de financiamento da Instituição.

Como a política de financiamento da UNIVALI resume-se, basicamente, em mantê-la por meio das contribuições estudantis, seria interessante provocar e ampliar criativamente as fontes de arrecadação e as formas de financiamento, pois somente assim seria possível gerar novos recursos e aumentar o nível dos investimentos em qualidade da Instituição.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUIES. El Financiamiento de Educacion Superior. Revista de la Educacion Superior. 1(73), enero-marzo. Mexico, 1990.
- BAPTISTA FILHO, Olavo. Economia da Educação, Planejamento e Explosão Demográfica. Livraria Pioneira Editora, São Paulo. 1975.
- BERTCHER, Dieter & HECQUET, Ignace. L'université de demain. Ed. Elsevier Séquoia, Paris-Bruxelles, 1974.
- BLAUG, Mark. Introdução à Economia da Educação. Porto Alegre, Ed. Globo, 1975.
- BRAGA, Ronald. O ensino superior brasileiro na década de noventa. Educação Brasileira. Brasília, 11(23):23-40, 2 Sem. 1989.
- BRAGA, Ronald. Qualidade e eficiência do modelo de ensino superior brasileiro: uma reflexão crítica. NUPES/USP, 1989.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Senado Federal, Brasília, 1988.
- BRASIL. Redação final do projeto n.1258-c, de 1988, "que fixa diretrizes e bases da educação nacional". Diário do Congresso Nacional, Seção I. Ano XLVIII, Suplemento ao n.80, 14/05/93.
- BRUYNE, Paul et alii. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica. 2.ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- BUARQUE, Cristóvam. O destino da Universidade. Estudos n.12. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Florianópolis, agosto de 1991.
- CAMPINO, Antônio C. Coelho. Custo do ensino superior. São Paulo, NUPES/USP, 1989.

CASALI, Alípio M. Dias. Alternativas de captação de recursos na universidade brasileira (Uma experiência em uma Universidade Particular: PUC/SP). Educação Brasileira. Brasília, 19:235-241, 2 Sem. 1987.

CASTANHO, Maria Eugênia. Universidade à Noite: Fim ou Começo de Jornada? Campinas, SP. Papirus, 1989.

CASTRO, Cláudio de Moura. Qualidade e Padrões de Ensino no Mundo. (Conferência pronunciada no XXIII Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino. 24-27/julho/1993. Belo Horizonte, MG.)

----- A Prática da Pesquisa. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CASTRO, Nancy Campi de. Vale a pena investir em educação? Educação Brasileira. Brasília, 13(26):179-202, 1 Sem. 1991.

COELHO, Eduardo J. Pereira. O papel e o financiamento público das instituições de ensino superior particulares. Educação Brasileira. Brasília, 18:61-80, 1 Sem. 1987.

COSTA, Messias. Alternativas de Financiamento do Ensino Superior. Educação Brasileira. Brasília, 13(26):227-236, 1 Sem. 1991.

COUTINHO, Joaquim. Reflexões sobre alguns problemas educacionais da América Latina e do Caribe. La Educación - Revista interamericana de desarrollo educativo. Año XXXI, n.101, 1987/I-II.

CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. 3 ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1978.

DAINTON, Frederick. Financing of Higher Education. The International Encyclopedia of Higher Education. Vol. 4 D-F. Jossey-Bass Publishers. San Francisco, Washington, London. 1978.

DELICH, Francisco. La Inversión de la Universidad. Tomo II, Editorial Universitaria de Cordoba, 1990.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. Globo, 1969, p.67.

DREZE, Jacques & DEBELLE, Jean. Concepções de Universidade. Ed UFC, Fortaleza, 1983. p. 131.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A educação depois da nova Constituição: a universidade e a lei de diretrizes e bases da educação nacional. Em Aberto. Brasília, ano 8, n. 43, jul./set. 1989.

----- & SCHWARTZMAN, Simon. Situação e perspectivas do ensino superior no Brasil: os resultados de um Seminário. NUPES/USP, 1989.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-econômico - Diagnóstico Municipal de Itajaí. Florianópolis, 1990.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, Ed. Moraes, 1980.

GARCIA, Francisco Castillo. La Universidad Venezolana y el problema del Financiamiento. Universitas 2000, Vol.12, n.2, 1988.

GARCIA, F. Coutinho. A Crise da Universidade Brasileira: gerência da miséria, ineficiência administrativa ou democracia conservadora?. UFMG. Mimeo, 1988.

GIMENO, José Blat. La educación en América Latina y el Caribe en el último tercio del siglo XX. UNESCO, 1981.

GOMES, C. Alberto. Trajetória educacional e ocupacional de jovens empregados no Brasil. Revista Interamericana de Desarrollo Educativo. N. 105, 1989, III. OEA, Washington, D.C.

GOMES, Paulo Alcântara. Avaliação e Financiamento: causa ou efeito? (Conferência realizada no III Seminário Internacional de Administração Universitária - UFRN - Abril/1992)

JORNAL DO BRASIL. 23/04/91. O custo das Universidades.

KERLINGER, Fred N. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual. São Paulo, EPU, 1979.

- KLEIN, Lúcia. **Política e Políticas de Ensino Superior no Brasil: 1970-1990.**
NUPES/USP. São Paulo. 1992.
- MATTOS, Pedro Lincoln. Administração e mudança nas Universidades Federais:
Questões-chave. **Educação Brasileira.** Brasília, 13(26):24-49, 1 Sem. 1991.
- . Avaliação e alocação de recursos no ensino superior federal. **Educação
Brasileira.** Brasília, 12(24):139-164, 1 Sem. 1990.
- MELCHIOR, José C. de Araújo. **Alguns Aspectos do Financiamento do
Ensino superior no Brasil.** (Conferência pronunciada para o Conselho de
Reitores das Universidades Brasileiras). Curitiba, PR. Jan./1980.
- MELCHIOR, José C. de Araújo. Financiamento da Educação: subsídios à
Constituinte. **Educação Brasileira.** Brasília, 7(14):31-53, 1 Sem. 1985.
- MEYER JR., Victor. **Financiamento do Ensino Superior no Brasil - reflexões
sobre fontes alternativas de recursos.** Ed. do Instituto Politécnico de
Bragança. Bragança, Portugal. 1991.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Uma nova política para a educação superior.**
Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior. Mimeo.
Brasília, Nov./1985. p. 1-4 e 41-47.
- O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/08/87. **As Universidades, a União e os
Estados.**
- PAUL, Jean J. & RIBEIRO, Z. Dias. As condições de vida e de trabalho dos
alunos do Ensino Superior brasileiro: o caso da Universidade de Fortaleza.
Educação Brasileira. Brasília, 13(26):71-127, 1 Sem. 1991.
- PLANK, David N. Os interesses público e privado na educação brasileira: males
crônicos, soluções longínquas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.**
Brasília, v.72, n.170, jan./abr. 1991, p. 31-44.
- PONTES, Hélio. **Educação para o desenvolvimento.** São Paulo, Ed. Nacional,
1971, p. 75-101.

- PSACHAROPOULOS, George. Higher Education in Developing Countries: a cost-benefit analysis. World Bank Staff Working Paper n.440. Washington, D.C., 1980.
- QUEIROZ, A. Diomário de. Captação e administração de recursos financeiros pela universidade. Estudos e Debates 12. Brasília, julho/1986.
- RABELLO, Ophelina. Um Estudo Sócio-econômico do Estudante Universitário. Campinas, E.G. Editora Palmeiras, 1974. p. 92.
- RAMOS, José Ferreira et alii. Política de Ensino Superior para uma Estratégia de Mudança. Educação Brasileira. Brasília, 3:31-34, maio/agosto, 1979.
- REIS, J. Educação é Investimento. IBRASA, São Paulo, 1968, p. 337.
- RIBEIRO, Tarcísio de Campos. Financiamento das Universidades Públicas. Educação Brasileira. Brasília, 11(22):149-153, 1 Sem. 1989.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo, Atlas, 1985.
- RODRIGUEZ, Luiz Lorenzo. Administração Universitária em tempos de crise - Perspectivas para o ano 2000. Vol. I, OUI, Salvador, 1983.
- ROSA, Luís E. Prestes. O Diferencial Competitivo da Gestão. (Conferência pronunciada no Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino. 24-27/julho/1993. Belo Horizonte, MG.)
- RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Petrópolis, Vozes, 1983.
- RUIZ, Antonio Ibañez. Pelo Ensino Público e Gratuito. ASSER - Fundação Extensionista do Brasil. Brasília-DF. Jun/92. Ano V.
- SALEME, Wagner. Orçamento-fórmula em instituições universitárias brasileiras. Educação Brasileira. Brasília, 18:137-153, 1 Sem. 1987.
- SCHWARTZMAN, Jacques. A Administração de Universidades Públicas: a

- racionalidade da ineficiência. Educação Brasileira, Brasília, 13(26):11-27, 1 Sem. 1991.
- SELLTIZ, WRIGHTSMAN E COOK. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. Vol. I Delineamentos de Pesquisa. São Paulo, EPU, 1987.
- SHIMIZU, Tsukusa. El apoyo para las instituciones de educacion superior. Universitas 2000. Vol. 14, n. 4, 1990.
- SILVA FILHO, Renato Pires da. Captação de recursos: o caso da Universidade Estadual de Campinas. Educação Brasileira, Brasília, 18:191-199, 1 Sem. 1987.
- SOARES, Paulo E. Brenner. A Economia do Ensino Superior. Documento apresentado no Plenário do CRUB. Agosto/1987.
- SOUZA A. de Mello e. Financiamento da Educação e Acesso à Escola no Brasil. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1979.
- Considerações sobre o Financiamento do Ensino Superior. Liderança e Administração na Universidade. OEA-UFSC, Florianópolis, 1986.
- Financiamento do Ensino Superior: recomendações. Estudos e Debates **13**. Reforma universitária: propostas e controvérsias. Brasília, Jan. 1987. p. 123-132.
- SOUZA, Edson Machado. Ensino Superior: Crescimento em tempo de recessão econômica. Administração Universitária em tempo de crise - Perspectivas para o ano 2000. OUI. Vol.I. Salvador, 4-8 de abril de 1983.
- SPÓSITO, M. Pontes et alii. O Trabalhador-estudante: um perfil do aluno do Curso Superior Noturno. São Paulo, Ed. Loyola, 1989.
- TRAMONTIN, Raulino & BRAGA, Ronald. As Universidades Comunitárias: um modelo alternativo. São Paulo, Co-edição Leopoldinum Editora e Edições Loyola, 1988.
- Exame dos instrumentos que regulam a expansão do ensino superior e

sua adequação às necessidades exigidas pela moderna tecnologia. Educação Brasileira, 13(26): 53-70, 1 Sem. 1991.

----- Índice de Qualificação do Corpo Docente das Universidades Brasileiras - 1991/1986/1981. BsB/maio/92.

TRIPODI, Tony et alii. Análise da Pesquisa Social. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LOJA. Financiamiento de la Universidad. Memoria. Ecuador, 1983-1988.

VAHL, Teodoro Rogério. A Privatização do Ensino Superior no Brasil: Causas e Consequências. Florianópolis, Ed. Lunardelli, co-edição UFSC, 1980, p. 311.

----- O Acesso do Ensino Superior no Brasil. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1980.

----- O ensino superior privado no Brasil - Evolução, realidade e perspectivas. Educação Brasileira. Brasília, 6:59-91, 1 Sem. 1981.

----- A atuação dos diferentes níveis de governo no financiamento do ensino superior no Brasil. Revista La Gestión Educativa y la Calidad de la Educación. Antofagasta, Chile, junho de 1987.

----- Estrutura e Gerenciamento das Universidades Brasileiras. In: Temas de Administração Universitária. Florianópolis, NUPEAU, UFSC, 1991.

VAIZEY, John. Economia da Educação. São Paulo. IBRASA. 1968.

VELLOSO, Jacques. O GERES, a Constituinte e a Política de Financiamento da Universidade. Estudos e Debates 13. Reforma universitária; propostas e controvérsias. Brasília, Jan. 1987.

VELOSO, Cid. Desfazendo equívocos sobre a universidade pública. Educação Brasileira. Brasília, 10(21):175-179, 2 Sem. 1988

VILLARREAL, A. Infante. Administracion y distribucion de los recursos financieros provenientes de la investigacion y la consultoria e interaccion entre la universidad y el sector productivo. **Primer Foro Nacional sobre las Finanzas de la Educacion Superior**. Universidad de Los Andes. Colombia, Bogotá, 1991.

WINKLER, Donald R. **Higher education in Latin America: issues of efficiency and equity**. p. cm. (World Bank discussion papers: 77), Washington, D.C., 1990.

7 - ANEXOS

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
CEPAVI

COLETA DE INFORMAÇÕES PARA ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS DOS
ACADÊMICOS E ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DA UNIVALI

PREZADO ACADÊMICO: A UNIVALI, através deste questionário, pretende iniciar estudos sobre seus acadêmicos, objetivando a elaboração de um perfil sócio-econômico, bem como obter informações gerais que possibilitem melhor identificação de determinados aspectos administrativos e educacionais.

Este instrumento fornecerá dados preliminares, os quais serão complementados posteriormente por outros estudos. Por gentileza, preencha este questionário corretamente, com letra de forma, para que os resultados expressem adequadamente a realidade.

Curso..... Período..... Ano

CARACTERIZAÇÕES:

- 1 - Nome completo..... 2 - Sexo: M.... F.....
3 - Estado civil: solteiro.... casado.... viúvo.... divorciado... outro
- 4 - Idade..... 5 - Município de residência..... 6 - Tempo
- 7 - Endereço residencial..... 8 - Telefone.....
- 9 - Endereço dos pais.....
- 10 - Município..... 11 - Estado.....

ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

- 12 - profissão..... Cargo..... Tempo em anos.....
- 13 - Nome da empresa onde trabalha.....
- 14 - A empresa é: pública... privada... própria.....
- 15 - Horário: matutino.... vespertino... noturno.....
- 16 - Meio de transporte empregado para ir ao trabalho: ônibus... carro próprio... moto...
- 17 - Endereço comercial.....

ASPECTOS FINANCEIROS E FAMILIARES:

- 18 - Residência: própria... alugada... com pais... parentes... pensão...
- 19 - Rendimento mensal: 1-3SM... 4-5SM... 6-8SM... 9-10SM... +10SM.....
- 20 - N° de filhos. 21 - N° filhos estudando: Pré... 1°G... 2°G... 3°G...
- 22 - Profissão da esposa.....

23 - Rendimento mensal da(o) esposa(o) em salários mínimos.....

ASPECTOS EDUCACIONAIS:

24 - Formação de 2º Grau: regular..... Supletivo.....

25 - Habilitação no 2º Grau..... Exerce-a? Sim... não.....

26 - O curso atualmente freqüentado foi a 1ª opção... ou a 2ª opção.....

27 - Pretende transferir-se para outro curso? Sim... não... 28- Qual?.....

29 - O curso está atendendo às suas expectativas? Sim... Não... ..

30 - Você conhece os campos de atuação de sua futura profissão?

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

Pró-Reitoria Comunitária

A Universidade do Vale do Itajaí, por sua Pró-Reitoria Comunitária, pretende com este questionário colher informações a respeito do seu aluno universitário, objetivando conhecer-lhe o perfil sócio-econômico. Você dar apenas uma resposta em cada item. Transcreva o código escolhido para a grade de respostas. Os resultados desta pesquisa reverterão em seu próprio benefício. Obrigado.

Idade.....Sexo.....Estado civil.....Nacionalidade.....

Estado.....Cidade.....

1 - SEU INGRESSO NA UNIVERSIDADE INTERFERIU NA MUDANÇA DE DOMICÍLIO, LEVANDO VOCÊ A:

- Mudar de Estado 1
- Mudar de cidade em SC..... 2
- Mudar de País 3
- Não interferiu 4

2 - COMO FEZ SEUS ESTUDOS DE 2º GRAU?

- Em escola pública..... 1
- Em escola particular 2
- A maior parte em escola pública 3
- A maior parte em escola particular..... 4
- Supletivo ou equivalente 5

3 - FEZ "CURSINHO" PRÉ-VESTIBULAR?

- Sim..... 1
- Não 2

4 - ESTÁ SATISFEITO COM O CURSO QUE FREQUENTA?

- Totalmente 1
- Parcialmente 2
- Nem um pouco 3

5 - NA ESCOLHA DO CURSO INDIQUE A PRINCIPAL INFLUÊNCIA QUE RECEBEU:

- Sua preferência 1
- A competição pelas vagas é menor que nos demais..... 2
- Prestígio econômico da profissão..... 3
- Prestígio social da profissão 4

- Família e/ou amigos	5
- Professores	6
- Ambiente de trabalho	7
- É mais adequado às suas aptidões e interesses	8
- Outras influências	9

6 - QUANTO A SEU CURSO:

- Pensa em transferir-se para outro	1
- Já se transferiu	2
- Não pensa em transferir-se	3

7 - DE QUANTAS PESSOAS SE COMPÕE SUA FAMÍLIA? (INCLUA SOMENTE OS QUE MORAM EM SUA CASA, INCLUSIVE VOCÊ)

- uma pessoa	1
- duas pessoas	2
- três pessoas	3
- quatro pessoas	4
- cinco pessoas	5
- seis pessoas	6
- sete pessoas	7
- oito pessoas	8
- acima de oito pessoas	9

8 - ESTE GRUPO FAMILIAR É MANTIDO COM QUANTO SALÁRIOS MÍNIMOS?

- até um	1
- até três	2
- até cinco	3
- até sete	4
- até dez	5
- até vinte	6
- até trinta	7
- acima de trinta	8

9 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DE SEU PAI:

- analfabeto	1
- 1º Grau incompleto	2
- 1º Grau completo	3
- 2º Grau incompleto	4
- 2º Grau completo	5
- Superior incompleto	6

- Superior completo 7

10 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DE SUA MÃE:

- analfabeta 1

- 1º Grau incompleto 2

- 1º Grau completo 3

- 2º Grau incompleto 4

- 2º Grau completo 5

- Superior incompleto 6

- Superior completo 7

11 - PRINCIPAL OCUPAÇÃO DE SEU PAI OU RESPONSÁVEL:

- Profissional liberal 1

- Funcionário público 2

- Empresário 3

- Autônomo 4

- Agricultor 5

- Industriário 6

- Comerciante 7

- Bancário 8

- Aposentado 9

- Outra 10

12 - PRINCIPAL OCUPAÇÃO DE SUA MÃE:

- Profissional liberal 1

- Funcionária pública 2

- Empresária 3

- Autônoma 4

- Agricultora 5

- Industriária 6

- Comerciante 7

- Bancária 8

- Aposentada 9

- Do lar 10

- Outra 11

13 - QUAL A SUA PARTICIPAÇÃO NA VIDA ECONÔMICA DA FAMÍLIA?

- Não trabalha e seus gastos são financiados pela família ou por outras pessoas 1

- Trabalha, mas recebe ajuda financeira da família/de outras pessoas 2

- Trabalha e é responsável pelo próprio sustento, não recebendo ajuda financeira de ninguém 3

- Trabalha e é responsável pelo próprio sustento e contribui parcialmente para o sustento da família ou de outras pessoas 4
- Trabalha e sustenta a família 5
- 14 - DISPÕE DE BOLSA OU ESTÁGIO REMUNERADO?
- Sim 1
- Não 2
- 15 - RESIDE:
- Sozinho 1
- Com a família 2
- Em pensão 3
- Com amigos 4
- Com parentes 5
- Outras opções 6
- 16 - TEM DESPESAS COM ALUGUEL OU FINANCIAMENTO DE CASA PRÓPRIA?
- Sim 1
- Não 2
- 17 - PRINCIPAL ATIVIDADE DE LAZER:
- Leitura 1
- Cinema 2
- Teatro 3
- Música 4
- Outras 5
- TV/Vídeo 6
- Viagens 7
- Saídas com amigos 8
- Esportes 9
- 18 - MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA SE DIRIGIR À UNIVALI:
- Ônibus 1
- Carro próprio 2
- Carro da família 3
- Carona 4
- Não utiliza veículo algum 5
- Outros 6
- 19 - POSSUI CARRO OU MOTOCICLETA PARA SEU USO EXCLUSIVO?
- Sim 1
- Não 2

20 - O QUE MAIS ONERA SEU ORÇAMENTO?

- Despesas com moradia	1
- Despesas com alimentação	2
- Despesas com vestuário	3
- Despesas com saúde	4
- Despesas com lazer	5
- Despesas com material escolar	6
- Despesas com transporte	7
- Outras despesas	8

21 - DOS BENEFÍCIOS QUE A UNIVALI OPORTUNIZA AO ESTUDANTE, QUAL DELES VOCÊ CONSIDERA MAIS IMPORTANTE?

- Bolsa de trabalho	1
- Bolsa de estudo	2
- Aulas particulares	3
- Atendimento psico-social	4
- Orientação habitacional	5
- Apoio às entidades estudantis	6

22 - QUANTO ÀS ATIVIDADES ACIMA MENCIONADAS, VOCÊ:

- Conhece	1
- Conhece e já utilizou	2
- Desconhece	3

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22